Nº 65 — CR$ 100,00 — JULHO DE 1981

COOJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Uma inversão resolveria

O Brasil se debate contra os fatos e as evidências. O IPM do I Exército desperdiçou 60 dias e 29 depoimentos para montar um inquérito de 700 páginas preocupado, fundamentalmente, em inocentar os dois militares do Puma e desmentir as evidências da imprensa sobre o atentado do Riocentro. Na sexta-feira, dia 3, em Porto Alegre, a 1ª Auditoria da Justiça Militar gastou onze horas e meia para condenar quatro repórteres do mensário **Coojornal,** *com base no Código Penal Militar, pela publicação de documentos do Exército sobre a luta contra as guerrilhas, entre elas a do ex-capitão Carlos Lamarca, nos anos de 1968 a 1974.*

Os jornalistas foram condenados a 5 meses de detenção e dois deles — Osmar Trindade e Rafael Guimarães — foram levados diretamente da auditoria para o presídio, sob a alegação de que tinham maus antecedentes: ambos respondem a processos por crimes de imprensa ainda nem julgados. Trindade e Guimarães, agora, são os únicos jornalistas encarcerados do País. O desfecho desastroso dos casos do Riocentro e do **Coojornal** *não parece ser uma simples coincidência: na mesma semana em que a imprensa desmontou com informação lógica a versão sinuosa sobre as bombas do Riocentro, o mensário da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre foi punido pelo crime de publicar a verdade, contida em documentos militares que dizem respeito à história do Brasil de dez anos atrás.*

Criticado pela imprensa no Rio, o Exército condenou a imprensa em Porto Alegre. Num momento delicado em que o IPM ajuda a minar a credibilidade do Exército e do próprio Governo, a sentença da Justiça Militar gaúcha soa como uma retaliação imediata sobre toda a imprensa brasileira e uma afronta direta à liberdade de expressão. A absolvição do Riocentro surpreendeu e a condenação de Porto Alegre assustou os jornalistas e a consciência nacional. Uma inversão teria livrado o Brasil deste duplo equívoco: bastava trocar o coronel do IPM pelo juiz de Porto Alegre.

Luís Cláudio Cunha

A CONDENAÇÃO DA IMPRENSA

Luis E. Achutti

Jornalistas vão para a cadeia por publicarem documentos sobre fatos passados há dez anos

Do Prêmio Esso à

Em fevereiro de 1980, o *Coojornal* publicou os relatórios do Exército sobre a guerrilha no Vale da Ribeira, em São Paulo, e a perseguição final a Carlos Lamarca no sertão da Bahia. A reportagem obteve grande repercussão, ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo, o mais importante do país, e provocou um processo movido pelo III Exército. Em 4 de julho de 1981, os autores da reportagem Osmar Trindade e Elmar Bones, mais os jornalistas Rosvita Saueressig e Rafael Guimarães, foram julgados e condenados.

A cena lembrava os anos mais negros da década passada: vários carros do Terceiro Exército cercavam a 1ª Auditoria Militar, na rua Duque de Caxias, centro de Porto Alegre, enquanto a guarda especial da Polícia do Exército vigiava as portas do prédio com metralhadoras portáteis. Mas havia duas diferenças: os réus não eram acusados de assaltos a bancos ou de pertencer à organizações clandestinas, mas simplesmente da publicação de relatórios sigilosos do II e do IV Exércitos e, pela primeira vez nos últimos 17 anos, fotógrafos e cinegrafistas tinham acesso à sala de julgamento.

A decisão de permitir a presença de jornalistas foi do auditor-substituto Mário César Monteiro, da Auditoria Militar de Santa Maria. Monteiro substituiu no processo seu colega de Porto Alegre, Luís Dariano, que declarou impedido. No espaço restrito da Auditoria, a parte normalmente ocupada pelos familiares dos réus foi quase toda tomada por militares. A explicação, provavelmente, esteja na convocação, feita na véspera do julgamento, pelo Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre. Através da Rádio Gaúcha, o Sindicato apelou aos colegas dos réus para que comparecessem ao julgamento.

Eram oito e meia da manhã de sexta-feira, três de julho. Trinta e cinco minutos depois começava o julgamento do presidente da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, Osmar Trindade, e de Elmar Bones da Costa, Rosvita Saueressig e Carlos Rafael Guimarães Filho, também do **Coojornal.** Além deles, era julgado o cabo do Exército Carlos Mar Echevarria de Quadros, que teria vendido os relatórios ao **Coojornal.**

Daniel de andrade

O Conselho

No Conselho Permanente de Justiça estavam, além de Monteiro, o tenente-coronel Eurico Beck Camargo (presidente), e os capitães João Bosco Maracci, Luis Carlos de Oliveira e Luís Ernani Giorgis. Todos, com exceção de Monteiro, enfrentavam seu primeiro julgamento — os Conselhos tem composição alterada por sorteio a cada quatro meses. Na defesa de Echevarria de Quadros estava a advogada de ofício Lúcia Helena Queruz, enquanto na Procuradoria Militar ficou o promotor César Canarim.

A denúncia acusava os jornalistas de corrupção ativa (teriam comprado os documentos do cabo), prevaricação e divulgação dos relatórios. O Cabo Quadros, do 13º Regimento de Cavalaria Mecanizada de Dom Pedrito, respondia por corrupção passiva, prevaricação e supressão de documentos. A seguir foi lido o depoimento do historiador Hélio Silva (*veja matéria na página 6*).

A primeira surpresa do julgamento ficou por conta do procurador Cesar Canarim. Ele apenas leu, na íntegra, as 60 páginas de conclusão do Inquérito Policial-Militar (IPM), deixando de fazer qualquer sustentação. Faltavam 10 minutos para o meio-dia, quando Canarim terminou a leitura. Só restou ao presidente do Conselho suspender a sessão para o almoço.

O julgamento era assistido por cerca de 30 jornalistas e mais os deputados César Schirmer, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, Antenor Ferrari, Lélio Souza, todos do PMDB, e Carlos Augusto de Souza, do PDT. Depois viram o senador Pedro Simon (PMDB-RS), o líder do PMDB na Câmara Federal, Odacir Klein, e o vereador Antônio Cândido, do PT (Cândido, por sinal, custou a convencer a guarda de que era vereador e poderia entrar, mesmo sem documentos. Teve que voltar à Câmara Municipal e trazer recortes de jornais com sua fotografia para poder entrar).

No começo da tarde, a advogada Lúcia Helena Queruz disse que seu cliente, o cabo Quadros, "não poderia ser transformado em bode expiatório, diante da situação criada por um insucesso das Forças Armadas". Insistiu que a condenação "não iria lavar a honra do Exército". Para a advogada, as Forças Armadas não tinham nenhum interesse na divulgação dos documentos porque isto seria "uma forma de humilhação. Para se manter no poder, naquela situação e ambiente, o caminho mais correto era de divulgar sempre as vitórias e nunca as derrotas". Lúcia Queruz considerou "um erro de perspectiva" a abertura do IPM. E explicou: "O **Coojornal** é um publicação mensal e de circulação limitada e com o inquérito e o processo, o caso alcançou uma repercussão que a publicação não teve".

— E como se alguém tivesse roubado um travesseiro a autoridade o cortasse, espalhando as penas" — comparou a advogada. Para ela, o clima criado com a instauração do IPM prejudicou Echevarria Quadros: "O procurador militar de Bagé, Orlando Brasil, optou por artigos que tivessem penas maiores, influenciado pela situação".

cooJORNAL

Diretor-Editor
Osmar Trindade
Editores
Ayrton Centeno (Geral), Antonio Manoel de Oliveira (Política), Manoel Canabarro (Cultura), Victor Hugo Sperb (Comportamento), Daniel de Andrade (Fotografia), José Antonio Vieira da Cunha (Cooperativismo), Edgar Vasques (Arte).
Redação/Fotografia
Rafael Guimarães, Elaine Lerner, Luiz Edurado Achutti, Luiz Fernando Flores, Juarez Fonseca, Marcelo Auler, Thais de Mendonça, Neusa Ribeiro, Delmar Marques, Luiz Carlos Merten, Nelson Jobim, José Guaraci Fraga.
Diagramação/Arte
Luiz Antonio Pinheiro, Eugênio Neves, Luiz Gustavo Machado.
Correspondentes
Geraldo Hasse (São Paulo), Riomar Trindade (Rio), Ariosto Teixeira (Brasília).
Secretária Executiva
Vera Maria Moreira
Endereço: Rua Comendador Coruja, 372 — CEP 90.000 — Porto Alegre, RS.
Distribuição exclusiva em todo o território nacional: Fernando Chinaglia Distribuidora S/A — Rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro — RJ — CEP 20.563
Assinaturas: País: Cr$ 1.100,00 por 12 edições; América Latina: 50 dólares; Demais países: 60 dólares.
Números atrasados: À venda somente a partir da edição nº 30, ao preço da última edição na banca. Os pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor em cheque ou vale postal em nome da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.

(Associado à Ajeccop)

Aos Leitores

Não acreditávamos mesmo que uma corte militar de primeira instância, sujeita às pressões e aos condicionamentos do meio, tivesse a necessária independência para absolver jornalistas, embora a denúncia principal fosse pelo exercício da própria profissão. A favor de quem deveria julgar, ainda existe uma legislação controvertida, feita para impedir por todos os modos que aquilo que o Sistema considera de seu exclusivo interesse chegue ao público, que hoje já divide em externo e interno. Até considerávamos a eventualidade da prisão. Mas é amargo o gosto de saber que uma corte atropela a lei e vai buscar em processos inconclusos a "razão" para mandar prender.

Os nossos antecedentes: denunciamos as fraudes que um delegado de polícia praticou contra sua própria associação de classe (responde processo para indenizar a entidade) e a participação jamais desmentida de um coronel no seqüestro de dois uruguaios. Se insatisfação de terceiros valesse como antecedentes, poderíamos oferecer outras pistas.

Certamente não se trata de mera implicância contra os quatro jornalistas condenados, mas de uma questão que envolve a imprensa de forma geral — e aí está um tema que sempre dissemos nos interessar discutir até as últimas conseqüências. Isto é, até que seja reconhecido o direito de informar e ser informado, até que a informação se torne impermeável a pressões e aborrecimentos indevidos e ultrapassados. Até que os tribunais reconheçam que há uma legislação específica para se questionar a atividade profissional do jornalista.

A Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre completa agora em agosto seu sétimo aniversário. É a primeira do gênero do país e um dos motivos que reuniu um grupo de jornalistas (hoje são mais de 400 associados) em torno do projeto, foi justamente as restrições impostas, de um lado pelo Estado e de outro pela interferência de interesses que desejam controlar a informação.

Portanto, a Cooperativa nasceu com a marca da independência. Seu filho predileto, o **Coojornal,** *que atinge a edição de número 65, naturalmente é o reflexo desse posicionamento e ficou conhecido nacionalmente pela busca insaciável da informação, sem qualquer compromisso com entidades sociais, políticas e econômicas. A ideologia que sempre norteou este jornal foi a verdade e a respeitabilidade adquirida (dois prêmios Esso de Jornalismo e outro da Associação Riograndense de Imprensa), as quais estão a provar que agimos dentro de sérios propósitos.*

Contudo, enquanto o **Coojornal** *era lido e apreciado nos amplos setores da opinião pública, outras forças se arregimentavam em torno de um objetivo insano: colocar dificuldades de toda a ordem no caminho trilhado pelo jornal e pela Cooperativa que o edita. Anunciantes do jornal foram amedrontados por ameaças, veladas em alguns casos e ostensivas em outros; clientes de serviços gráficos proporcionados pela Cooperativa foram sugestionados a trocarem de oficina; o nome do jornal freqüenta listas de organismos de segurança que o apontam como "publicação perigosa" ou algo do gênero; exemplares do jornal foram queimados em bancas que sofreram atentados a bomba; e os negócios da Cooperativa numa dezena de vezes foram prejudicados por anônimos e bem situados agentes que prestam serviços a setores do Governo.*

Pesquisado nos últimos tempos, tudo isto deverá constituir um dossiê para ser analisado pelos organismos dirigentes da Cooperativa. Não desejamos que seja apenas mais um dossiê de impacto, vazio, inconsistente e mal intencionado, como aquele recentemente brindado ao Congresso Nacional pelo chefe do Departamento da Polícia Federal. Pelo contrário, pretendemos mostrar que um dossiê como aquele é parte integrante de um plano que visou, nos últimos anos, asfixiar uma empresa de jornalistas cujo crime foi ter procurado se situar nos limites da informação séria, responsável, crítica, mas sem fugir nunca dos padrões éticos da sociedade. Se ao longo desses anos não mandamos flores, não somos os culpados.

Osmar Trindade
Diretor-Editor

N.R. — Este editorial foi redigido no dia 7 de julho de 1981, no presídio Madre Pelletier, de Porto Alegre.

prisão

Por José Mitchell

Fotos Luis E. Achutti

Elmar Bones, Rosvita Saueressig, Rafael Guimarães e Osmar Trindade. Abaixo, o sorridente cabo Echevarria de Quadros

Nas duas horas e meia que gastou para fazer a defesa dos jornalistas, o advogado Marco Tulio do Rose centralizou sua argumentação nas "mentiras e na falsidade" da confissão do cabo Quadros, que durante todo o julgamento, surpreendentemente, parecia muito alegre. Marco Tulio observou que, apesar de existirem algumas distinções entre a Imprensa e as Forças Armadas devido à formação profissional, "as finalidades das duas instituições se encontram e convergem na salvaguarda da Nação e no seu desenvolvimento harmônico".

O advogado acusou o IPM de ser "uma conta de chegar, para amoldar os fatos à confissão do cabo", lembrando que o depoimento do militar, reinquirido quatro vezes, tornou-se a peça fundamental da acusação. Ele apontou várias contradições nos depoimentos: após afirmar que vendera os relatórios por Cr$ 7.500,00, Quadros alterou o valor para Cr$ 15.000,00 no segundo depoimento.

Ao contrário da advogada Lúcia Queruz — que dissera que o cabo possuía qualidades altamente elogiáveis — Marco Tulio de Rose estranhou que Quadros, tão disciplinado, contasse a amigos, como cabo Nei Paulo Vieira, que pretendia assaltar o carro-pagador da empresa Swift-Armour. Quadros ainda revelou que tencionava assaltar uma pedreira e que possuía quatro pistolas. Além disso, o tenente Vicente Caputo, superior de Quadros na 2ª Secção do 13º RecMec, informou o cabo nunca passara difidulldades financeiras.

Tais dificuldades, segundo Quadros, foram um dos motivos para a suposta venda dos documentos, ao lado de sua "indignação por ver a corrupção no quartel não ser punida". Ele acusou um tal capitão Tassinari de ter roubado gado, usando a invernada do Regimento para esconder os animais. Ainda segundo Quadros, Tassinari chamou de ladrão a outro cabo, conhecido como Taltíbio, que nunca foi punido. O mesmo ocorreu com o sargento reformado Rosecler Boch. Quadros garante que Boch roubava alimentos do almoxarifado do Regimento.

Marco Tulio de Rose mostrou a "falta de coerência dos depoimentos" que, além de não poderem ser considerados, pela jurisprudência atual, como prova principal", não se amoldavam às outras provas dos autos. O advogado citou outras "mentiras palpáveis e flagrantes do cabo". Uma delas: no seu retorno a Santana do Livramento, após a suposta venda dos comentos ao **Coojornal,** em Porto Alegre, ele jogou metade dos documentos pela janela do ônibus no rio Guaíba, "com medo de ser pego numa batida". E Marco Túlio de Rose comentou: "Ora, se isto ocorresse, qual a diferença entre ser preso com todos os documentos ou somente com a metade deles?"

Havia ainda duas outras acusações: corrupção ativa e divulgação dos relatórios. Marco Tulio de Rose sustentou que, no primeiro caso, "não houve ação". "Não houve, antes da retirada dos relatórios, promessa de dinheiro — mesmo dentro desta hipótese de compra dos relatórios, que não aceitamos. Não se arromba uma porta já arrombada". E, no segundo caso, não houve divulgação indevida e abusiva dos documentos — como determina o artigo 325 do Código Penal Militar — "já que Rosvita e Rafael não podem responder por uma reportagem da qual não são autores" (a matéria foi assinada por Osmar Trindade e Elmar Bones).

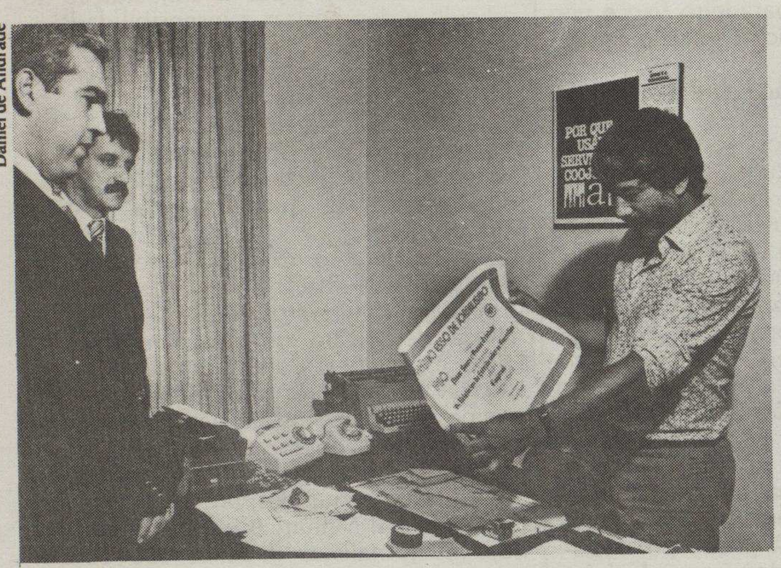
"O jornalista tem o dever e o direito de divulgar. É essa sua função precípua, um ato normal e regular do seu direito", lembrou o advogado. E acrescentou: "Não houve matéria desprestigiosa às Forças Armadas, já que só ocorreu uma transcrição dos relatórios. Não há conteúdo que as desmereça".

Às 17 horas, o Conselho se reuniu para uma sessão secreta, das mais demoradas dos últimos anos. Três horas e 45 minutos depois, a sentença: Osmar Trindade, Rosvita Saueressig, Elmar Bones e Carlos Rafael absolvidos dos crimes de prevaricação e corrupção, mas condenados pela publicação dos documentos a cinco meses de detenção. O enquadramento foi pelo artigo 325 do Código Penal Militar, e a todos foi negada *sursis*. Aos que o Conselho considerou primários — Elmar Bones e Rosvita Saueressig — foi dado o direito de recorrer em liberdade.

Na mesma hora, Osmar Trindade e Rafael Guimarães receberam voz de prisão. O juiz-auditor Mário César Monteiro argumentou que existia uma "condicionante objetiva" da qual não poderia fugir: Os dois estão sendo processados com base na Lei de Imprensa e, por isso, não teriam o direito de recorrer em liberdade (*veja entrevista com Marco Túlio de Rose, na pág.* 4).

O cabo Echevarria de Quadros recebeu a pena maior, 18 meses, dos quais será descontado o ano que passou na prisão. Ele foi desqualificado das três imputações, mas enquadrado no artigo 326 do Código Penal Militar (violação de fato de que se tem conhecimento pela função que exerce). Primário, Echevarria Quadros recorrerá ao Superior Tribunal Militar em liberdade.

Daniel de Andrade



Trindade recebendo o Esso...

Daniel de Andrade

... e no pátio da prisão com Rafael

O brique das idéias gostosas.

Móveis. Louças. Cerâmicas. Palhas. Livros.
Luminárias e aquelas coisinhas pra presente.

tempos modernos

AV. INDEPENDÊNCIA, 925 FONE: (0512) 25.4453

MÓDULO

"Os jornalistas não cometeram crime algum"

Em 1976, quando era repórter do diário gaúcho *Folha da Tarde*, Marco Túlio de Rose formava-se também em direito. Naquela ocasião, recebeu uma homenagem especial por ter sido laureado com o primeiro lugar da turma, alcançando a média final de 9,92. Três anos mais tarde, já desligado do jornalismo e mantendo um escritório de advocacia em Porto Alegre, ele tornou-se conhecido pela defesa, juntamente com o advogado Otávio Caruso da Rocha, dos vereadores Marcos Klassmann e Glênio Peres, cassados, que reivindicavam o direito de voltar à Câmara Municipal com base no projeto de anistia. Foi o primeiro caso vitorioso do gênero.

Em 1980, com 29 anos e apenas cinco de profissão, Marco Túlio novamente voltaria às páginas dos jornais, atuando na defesa dos jornalistas Elmar Bones, Osmar Trindade, Rosvita Saueressig e Rafael Guimarães no processo aberto contra eles pelo III Exército, pela divulgação dos relatórios secretos sobre a guerrilha do Vale da Ribeira e a perseguição e morte do ex-capitão Carlos Lamarca. Nesta entrevista ele explica detalhadamente todo o processo e dá sua opinião sobre a sentença:

— O que é o processo movido contra os jornalistas?

— É uma denúncia oferecida pelo Ministério Público Militar, mais especificamente pelo dr. Orlando Brasil, procurador militar da área de Bagé, enquadrando os jornalistas como incursos nos artigos do Código Penal Militar que tipificam os delitos de corrupção, prevaricação e divulgação de documentos de interesse das Forças Armadas.

— Por que foi o procurador de Bagé quem tomou esta iniciativa?

— Porque também é denunciado no processo um cabo do Exército, Carlos Mar Echevarria de Quadros, sob a alegação de que ele, após haver retirado estes documentos da Seção de Informações do 14º Regimento de Cavalaria Mecanizada de Dom Pedrito, onde trabalhava, teria negociado, aqui em Porto Alegre, tais documentos com os jornalistas. Em função disso o Inquérito Policial-Militar (IPM) concluiu que a competência era da Auditoria Militar de Bagé, à cuja jurisdição pertence o município de Dom Pedrito. No entanto, após recurso da defesa julgado pelo Supremo Tribunal Militar (STM), o processo foi desaforado da área de Bagé para Porto Alegre.

— Quais as provas em que se baseou o procurador para fazer a denúncia?

— Em quatro confissões do cabo, cada uma delas integralmente diferente das outras anteriormente realizadas, e basicamente em duas testemunhas que afirmaram no IPM que um dos jornalistas teria sido visto junto com o cabo Carlos Mar. É importante salientar que a Auditoria Militar, no julgamento, parece ter reconhecido as profundas contradições existentes nos depoimentos do cabo. E teve também a oportunidade de verificar que estas testemunhas, que haviam reconhecido o cabo e um dos jornalistas, vieram depois a juízo e desmentiram suas primeiras declarações, afirmando textualmente que haviam "sido induzidos ao reconhecimento pelo cabo".

— E as provas apresentadas pelos jornalistas em sua defesa?

— Elmar Bones da Costa comprovou que não usava mais bigode e cabelo comprido quando da suposta data dos contatos com o cabo, ao contrário do que este afirmara. Rosvita Saueressig, na semana em que teria falado com o cabo — e o mesmo apontava essas entrevistas como sendo feitas à noite —, esteve todas as noites em reuniões no Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre, preparando o Congresso Nacional pela Liberdade de Imprensa — que se realizou no Rio Grande do Sul em 17 de outubro de 1979 —, e no qual foi secretária-executiva.

Daniel de Andrade

De Rose: "Uma reportagem que ganha o Prêmio Esso não pode levar seus autores à cadeia"

Osmar Trindade e Carlos Rafael Guimarães nem sequer estavam em Porto Alegre no período de oito, nove e 10 de outubro de 79. Estavam em Torres, na casa do jornalista Erni Quaresma, juntamente com o jornalista Pedro Maciel e o fotógrafo Baru Derquin, ouvindo o depoimento qual foi revelado o nome do inspetor de polícia João Augusto da Rosa — o Irno —, que participou do seqüestro dos uruguaios, conforme decidiu a justiça gaúcha.

Os quatro jornalistas trouxeram ainda, em abono de seus antecedentes, os depoimentos do atual e anterior presidente do Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre, bem como os testemunhos de historiador Hélio Silva e do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, relativos à importância histórica e jornalística dos documentos e à forma ética e serena da publicação das reportagens.

— Qual foi a tese da defesa no julgamento?

— Com base nas provas apresentadas, bem como nos depoimentos do próprio cabo, a defesa comprovou que não houve corrupção ativa e prevaricação (*NR: Crime de praticar ou deixar praticar ato funcional*). Com base no depoimento dos historiadores já mencionados, demonstrou que a Lei de Imprensa dá aos jornalistas o direito de exercer sua profissão regularmente, através da publicação de documentos, mesmo oficiais, quando estes não têm mais valor imediato para a segurança ou a defesa do País. Finalmente, a defesa alegou que Rosvita Saueressig e Rafael Guimarães não podiam sequer ser processados por divulgação de documentos, uma vez que não são autores da reportagem *O Exército e as Guerrilhas*, assinada por Elmar Bones da Costa e Osmar Trindade, e que originou o processo.

— Como explicar, então, uma vez que não são autores da reportagem, que Rosvita e Rafael tenham sido condenados?

— Não se explica. Qualquer pessoa medianamente informada em assuntos de impresa sabe muito que o autor de uma reportagem é quem a assina — ou, não havendo assinatura, responde penalmente por ela o editor do jornal ou revista em que foi publicada. No editorial *Caro Sr. Agente do SNI* (publicado na edição de novembro de 79 do **Coojornal**), a responsabilidade era do editor Elmar Bones da Costa. E Elmar e Trindade são os autores da reportagem *O Exército e as Guerrilhas*. Logo, foram eles, e não Rosvita ou Rafael, que divulgaram aqueles documentos.

— O que representa esse fato?

— Representa uma certa contradição do processo. Aliás, a acusação e o próprio julgamento foram cheios de contradições. O promotor militar defendeu uma denúncia que ele mesmo afirmou em plenário "dar graças a Deus por não ter sido seu autor". O Conselho de Sentença, é bom que se diga, julgava pela primeira vez em sua vida, dado que era constituído por quatro militares que haviam sido sorteados para integrá-lo em 1º de julho — apenas dois dias antes do julgamento.

Isso se deve principalmente à injustificável rapidez com que o auditor designou a data do julgamento, dando ciência à defesa apenas 48 horas antes do dia da sessão — e inclusive antes de ler as alegações finais da defesa e aproximadamente 40 documentos juntados no prazo final de dois de julho.

— Por que você diz "pressa injustificável"?

— Porque julgamentos dessa natureza, em que os réus têm paradeiro fixo e não são marginais, não são marcados jamais com esse açodamento.

— Qual a sua opinião sobre o resultado do julgamento?

— Na verdade, os jornalistas não cometeram crime algum, apenas exerceram a sua profissão. Enquanto isso não for reconhecido pela Justiça, não há resultado que satisfaça. Em benefício do Conselho de Sentença, o que se pode dizer é que ao menos a decisão eliminou as monstruosidades de "corrupção" e "prevaricação", mas isto não é o suficiente. Uma reportagem que ganha o maior prêmio do jornalismo brasileiro não pode levar seus autores para a cadeia.

— Dois dos condenados, Osmar Trindade e Rafael Guimarães, foram imediatamente recolhidos à prisão por registrarem maus antecedentes, segundo juiz. Quais são esses maus antecedentes?

— Rafael e Osmar foram os autores de uma reportagem relacionada com supostas irregularidades na administração da Associação dos Delegados do Rio Grande do Sul. O presidente da Associação naquela época — que aliás está hoje sendo processado pela própria Associação — entrou com uma queixa-crime contra os autores da reportagem. Os dois se defenderam e a ação foi julgada em primeira instância e declarada extinta. Houve recurso deste delegado, recurso esse que até agora não andou, porque o delegado sequer pagou as custas do processo. Então, por enquanto — e a sentença dificilmente vai ser alterada — os mesmos se encontram absolvidos. Esse é um dos "maus antecedentes".

O segundo diz respeito à uma denúncia formulada em nome do coronel Átila Rohrsetzer, tendo em vista que o mesmo havia sido apontado como possivelmente participante do seqüestro dos uruguaios, em matéria do extinto semanário *O Rio Grande*. Esta notícia foi amplamente divulgada em todos os jornais do país, antes da publicação da informação, feita com as devidas cautelas, por Osmar Trindade. No entanto, não se sabe bem por que, o coronel Átila resolveu processar somente a Osmar Trindade. O jornalista, aliás sequer foi citado para defender-se e isto significa que ainda não se sabe se haverá processo ou não, pois é de conhecimento notório, menos do Conselho de Sentença, que os processos pela Lei de Imprensa somente se instauram formalmente quando o juiz coteja a denúncia com a defesa. Este é o segundo "mau antecedente".

— O juiz auditor declarou, após o julgamento, que a existência destes processos constituíam uma "condicionante objetiva" e que por isso, mesmo independentemente do resultado do processor, os dois jornalistas deveriam ser recolhidos à prisão. O que você tem a dizer sobre isso?

— Os processos pela Lei de Imprensa são de certa forma o preço que o jornalista paga pela inexistência de censura. Qualquer pessoa pode sentir-se melindrada por uma notícia publicada em jornal. E como, em tese, a Constituição não admite censura prévia, não há outro procedimento que senão o processo judicial. Daí admitir que isto seja "mau antecedente" vai uma diferença que a realidade normalmente vem contrariando.

— Como assim?

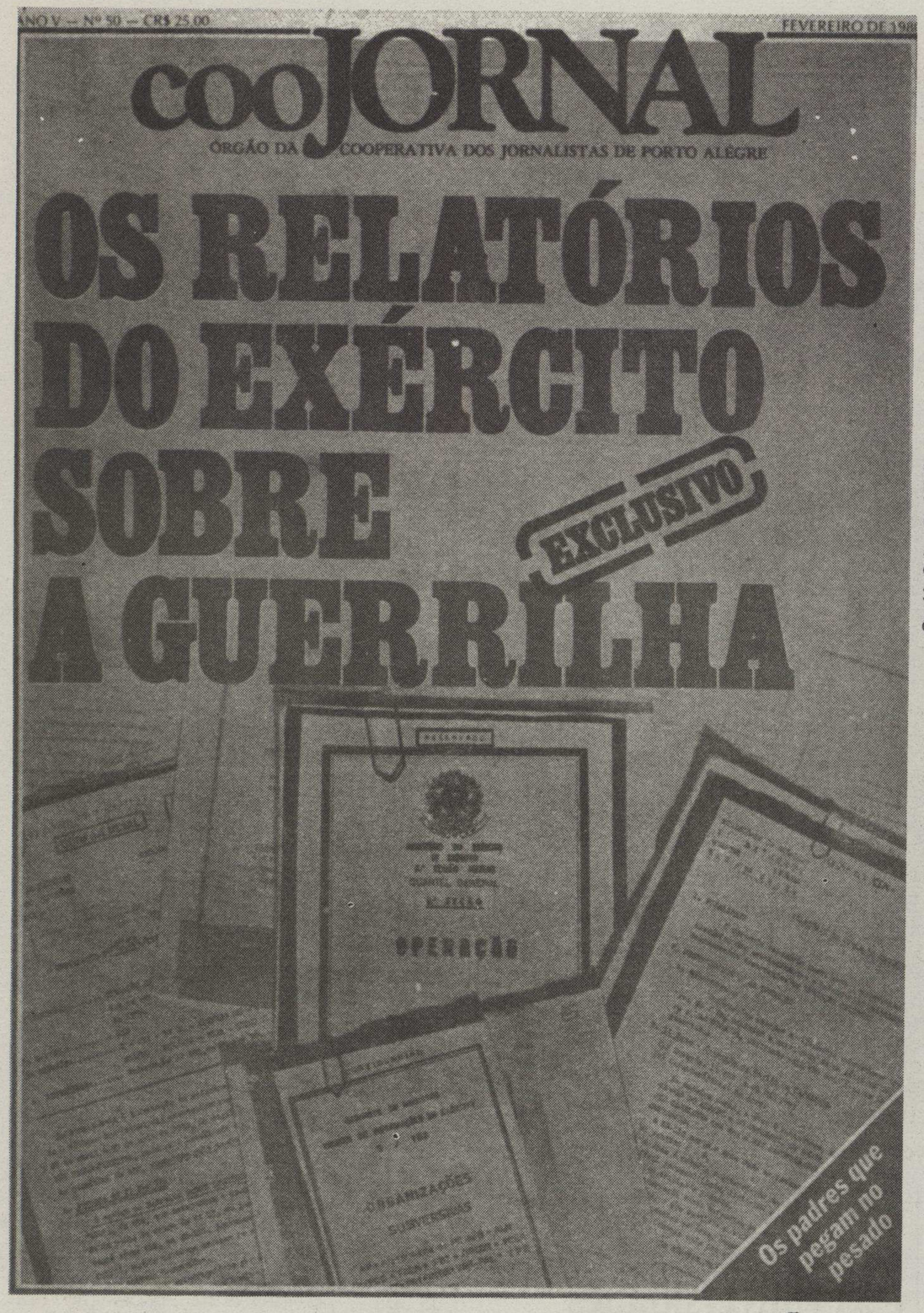
— Monteiro Lobato, por exemplo, foi processado várias vezes, e absolvido, por seus artigos. Carlos Lacerda também. Aqui no Rio Grande do Sul, tivemos o caso notório do dr. Serafim Machado, por causa de seu livro *Por que não acredito em Lobisomem*. Da mesma forma, o jornalista Sérgio Jockymann. E muitas vezes, Hélio Fernandes, hoje proprietário do diário carioca *Tribuna da Imprensa*. Dizer que estes intelectuais, por raciocínio de "condicionantes objetivas", tenham, algum dia na vida, gozado de maus antecedentes é, de certa forma, expor à condenação ao ridículo e demonstrar a insensibilidade — como já era de se esperar — de um Tribunal Militar para julgar jornalistas por questões de imprensa.

— Por falar em Tribunal Militar, qual a sua opinião sobre o fato deste processo, envolvendo jornalistas e a publicação de reportagens, ser julgado pela Justiça Militar?

— Sobre isto existe um recurso da defesa no Supremo Tribunal Federal. Como principal argumento deste recurso, a defesa demonstra que no famoso caso Hélio Fernandes contra o Ministro da Guerra(*), o próprio STF decidiu pela incompetência da Justiça Militar. A coincidência entre os dois casos é espantosa. Apenas para citar, o artigo da denúncia contra Hélio Fernandes, previsto no antigo Código Penal Militar, é o mesmo em que hoje os jornalistas gaúchos são condenados.

(*) O general Jair Dantas Ribeiro, ministro da Guerra do governo João Goulart, mandou uma circular secreta aos quartéis do Rio de Janeiro, recomendando a máxima vigilância sobre o então governador Carlos Lacerda, e autorizando a prisão do governador caso ele intentasse qualquer "movimento subversivo". O jornalista Hélio Fernandes recebeu esta circular e publicou-a na íntegra na *Tribuna da Imprensa*, com um pequeno comentário em baixo: dizia ao general Dantas Ribeiro que não perdesse seu tempo, porque qualquer ordem secreta ou sigilosa que ele enviasse aos quartéis do Rio de Janeiro chegaria antes à redação da *Tribuna da Imprensa*.

O general tentou processar Hélio Fernandes como incurso no artigo 325 do Código Penal Militar — o mesmo aplicado contra os jornalistas gaúchos — mas teve sua pretensão negada pelo Supremo Tribunal Federal, que decidiu pela incompetência da Justiça Militar para julgar casos da Lei de Imprensa.



Os relatórios do Exército

Um resumo dos documentos oficiais que levaram os jornalistas à prisão

Geraldo Guimarães/Abril

O general Canavarro, aqui com o ex-governador Abreu Sodré, de São Paulo

O que contém a reportagem *Os Relatórios do Exército sobre a Guerrilha,* que levou Osmar Trindade e Rafael Guimarães para a prisão? Nada mais, como o próprio nome indica, do que relatórios oficiais das Forças Armadas sobre as operações desencadeadas no período de 1968 a 1974 para combater a guerrilha no país. Do ponto de vista jornalístico, a publicação feita pelo **Coojornal** foi considerada irrepreensível.

Com base nos relatórios assinados pelo general José Canavarro Pereira, comandante do II Exército na época, em São Paulo, tem-se uma idéia concreta do que aconteceu, por exemplo, entre abril e junho de 1970, quando as Forças Armadas realizaram uma das maiores mobilizações militares desde o final da II Guerra Mundial. O objetivo era destruir uma base de treinamento de guerrilha da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) no Vale do Ribeira, a 200 quilômetros de São Paulo.

A grande mobilização em torno da *Operação Registro,* como foi denominada pelo Exército, deveu-se à presença no local do ex-capitão e líder guerrilheiro Carlos Lamarca, que acabaria escapando após um cerco de 40 dias. O próprio relatório oficial demonstra que, apesar de seu relativo fracasso, as operações militares do Vale do Ribeira proporcionaram a talvez **mais importante experiência prática às Forças Armadas, que aplicariam suas lições em outros episódios decisivos** na luta contra a guerrilha, especialmente a caçada final à Lamarca, no interior da Bahia, e o combate à guerrilha do Araguaia, no interior do Pará.

Com a leitura dos relatórios compreende-se como e por que as cenas do Ribeira significaram um aprendizado para as Forças Armadas. Ao transcrever trechos de um dos relatórios assinados pelo então comandante do II Exército, o **Coojornal** revelara, pela primeira vez na imprensa brasileira, o ponto de vista militar sobre aqueles episódios. Quase dez anos depois da realização da *Operação Registro,* fora também a primeira vez que se publicavam cifras reais sobre o efetivo militar empregado no Vale do Ribeira. Até então, persistia o mito de que o Exército havia lançado entre 5 mil e 20 mil soldados contra Lamarca. Mas as tropas, na verdade, não chegaram a dois mil homens, ou seja, menos de 200 por guerrilheiro.

Uma das partes dos documentos que o **Coojornal** publicou dá em detalhes o *Diário da Guerrilha* — isto é, o cotidiano das operações no Vale do Ribeira, de acordo com o relatório do II Exército. O Diário é dividido em duas fases. A primeira vai de 17 de abril de 1970, dia em que chegou ao II Exército o primeiro informe sobre a existência de guerrilheiros na região, até 9 de maio, quando, segundo o relatório, as tropas procuravam "infrutiferamente os guerrilheiros". A segunda fase vai de 10 de maio, quando foi preso um guerrilheiro "que se extraviara dos companheiros", até primeiro de junho de 1970, um dia depois que Lamarca e seus companheiros conseguiram fugir ao cerco, dirigindo-se para São Paulo.

Outro documento publicado, e que estava anexo ao relatório da *Operação Registro,* trazia o relato do fracasso de uma patrulha militar que fora enviada ao rio Dois Irmãos, para emboscar os guerrilheiros. No dia 30 de maio de 1970, ao encontrar-se cara a cara com os guerrilheiros, a patrulha refugou o combate. O tenente que comandava a patrulha, o oficial R2 (formado pelo CPOR) José Carlos Bellini, declarara ao cabo Mariano, segundo o relatório, que "sabia que iria ser advertido, mas como era oficial R2, não arriscaria a vida perseguindo os guerrilheiros".

Carlos Namba/Abril

Amilton Vieira/Abril

Uma revelação dos relatórios: o Exército mobilizou 1.600 homens no Vale do Ribeira, entre abril e maio de 1970, cercando a região

As últimas palavras do capitão Lamarca: "Sei quando perco"

A reportagem do **Coojornal** dava, ainda, a relação dos *troféus da guerra,* isto é, todos os armamentos, roupas, livros e objetos apreendidos nas duas choupanas que serviam de base aos guerrilheiros no Vale do Ribeira.

Outro documento relata o último episódio da caça aos guerrilheiros: o seqüestro de um caminhão Mercedes, pertencente ao Exército, pelo grupo de Lamarca, no dia 31 de maio. O **Coojornal** publicou também dois documentos interceptados pelos agentes de segurança, que contam a história da guerrilha segundo os militantes da VPR. Até então os documentos não tinham sido divulgados no Brasil.

Um ano depois da *Operação Registro* houve a *Operação Pejussara,* dirigida pelo general Argus Lima, que comandava a 6ª Região Militar. Os documentos sobre ela também foram publicados, e entre eles estava um diário resumido dos principais episódios e decisões relativos à perseguição final à Lamarca no interior baiano.

O diário da *Operação Pejussara* começa em 21 de agosto de 1971, quando agentes do Codi da 6ª Região Militar, de Salvador, são enviados a Brotas de Macaúbas, a quase 700 quilômetros da capital, para checar a informação de que Lamarca estaria escondido ali. Naquele dia começaram a chegar agentes do CIE, Cisa e Cenimar, todos do Rio. Tudo termina em 17 de setembro, quando Lamarca e seu companheiro Zezinho são descobertos e mortos.

A descrição literal da cena de morte, segundo o relatório da *Operação Pejussara,* também foi divulgada pelo **Coojornal.** Ali se tem o diálogo final entre o comandante do DOI e Carlos Lamarca:

"— Você é Lamarca? — nenhuma resposta foi obtida: retirando então de seu bolso o retrato e fazendo a comparação, repetiu a pergunta, obtendo como resposta:

— Sim, sou Lamarca.
— Como é o nome de sua amante?
— Iara — respondeu.
— Sabe o que aconteceu com ela?
— Suicidou-se, não é?
— Morreu. Onde está a sua família?
— Em Cuba.
— O que você acha disso?
— Sei quando perco.
— Você é um traidor do Exército Brasileiro".

Logo após este diálogo, o relatório revela: "Não foi obtida resposta. Carlos Lamarca estava morto. Eram 15h40min de 17 set 71, 6ª feira". O custo da caçada a Lamarca, segundo o relatório oficial, foi de Cr$ 319.104,58, valor que, corrigido monetariamente, estaria hoje em torno de Cr$ 8 milhões.

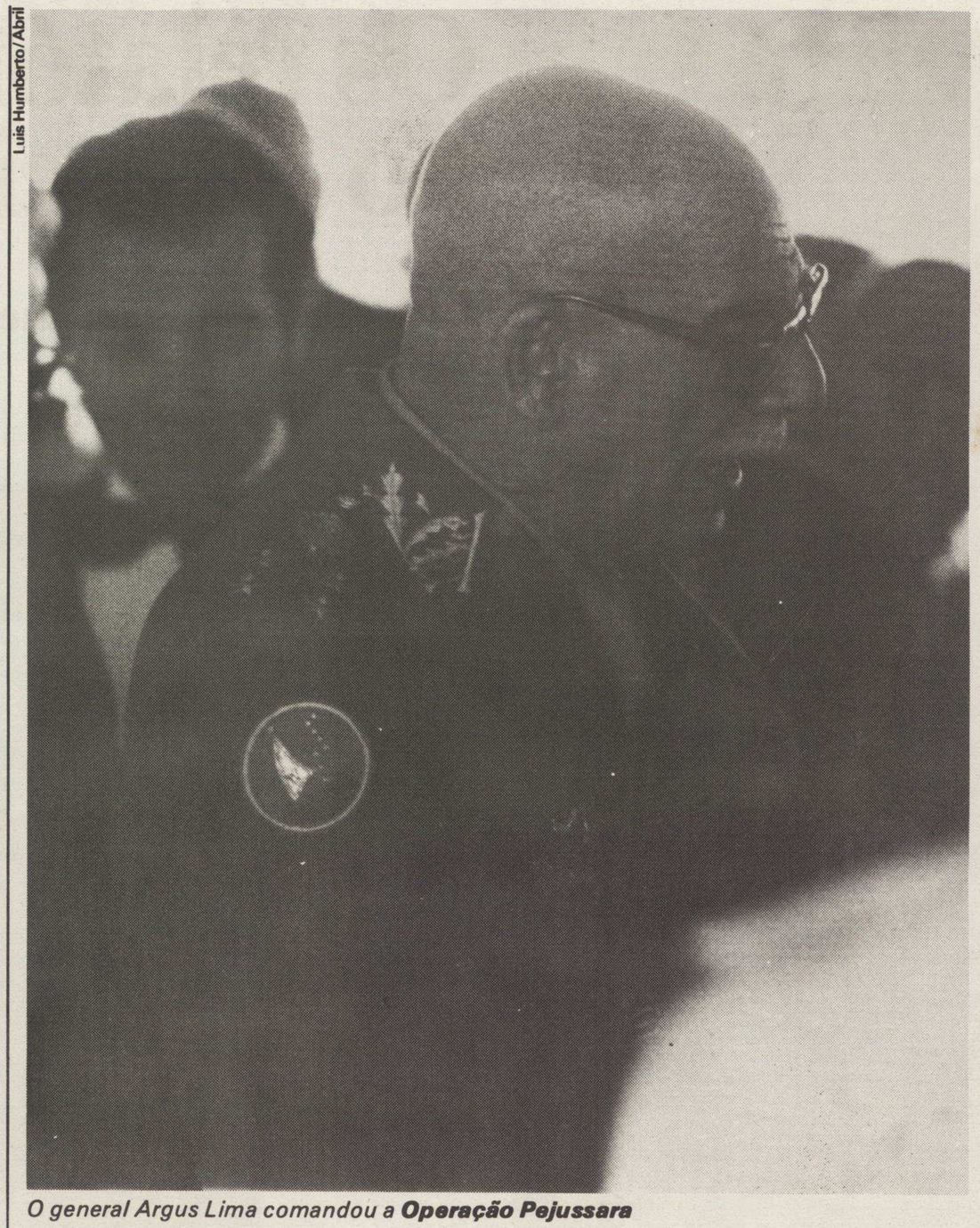
Outra parte do relatório descreve as razões pelas quais a caçada a Lamarca resultara exitosa. E por aí se vê que este êxito deveu-se, em boa parte, ao aprendizado obtido com os erros ocorridos na ação anterior, a *Operação Registro.* Segundo o general Argus Lima, o sigilo e o apoio civil foram essenciais para isso.

A guerra no Vale do Ribeira: uniformes e coturnos rasgados

Na análise que fez acerca da *Operação Registro,* o general Canavarro Pereira deixa claro que houve erros e falhas, a começar pelo emprego precipitado da tropa **numa missão que poderia ser melhor resolvida por um grupo bem treinado de agentes policiais.** Ele apontou ainda o despreparo e a falta de motivação dos soldados, a deficiência das comunicações e uma série de dificuldades operacionais causadas pela estrutura inadequada das Forças Armadas.

A seguir, alguns trechos deste relatório que o **Coojornal** publicou em sua edição nº 50, de fevereiro de 80:

Luis Humberto/Abril



O general Argus Lima comandou a ***Operação Pejussara***

"Foi notada a falta de conhecimento no uso da ração R2 (Ração Operacional). Algumas unidades as consumiram sem abater do número de rações normais (R1). A tropa consumia R2 sem autorização".

"O Estabelecimento Regional de Subsistência/2 estava com suas rações R2 com prazo de consumo vencido, portanto, sem nível em rações operacionais. A dotação prevista para 1970 ainda não havia sido recebida do órgão provedor".

"O tecido de que é feito o uniforme de campanha dos soldados não resiste às ações através de matas. A costura dos mesmos também deixou muito a desejar".

"Os coturnos, à semelhança dos uniformes, também não resistiram às operações, mesmo de elementos que não se engajaram nas ações (Dst Log.). Foi um dos pontos que mais chamou a atenção dos Comandantes de Subunidades e Unidades.

"A OPERAÇÃO REGISTRO teve início como uma típica Operação de Informações, visando processar um informe obtido num interrogatório de um elemento aprisionado no RIO DE JANEIRO".

"Precipitadamente, porém, diante das primeiras informações positivas sobre a existência do inimigo, transformou-se numa Operação Militar, visando aprisioná-lo ou destruí-lo, com o emprego, inclusive, de cobertura aérea por helicópteros e aviões T6, sem que se conhecesse exatamente o valor, onde e como se encontrava esse inimigo.

"É certo que uma busca de informes, feita com mais profundidade e com menos precipitação, e o estudo detalhado da área, conduziriam fatalmente ao emprego da tropa em melhores condições. **Talvez mesmo, levasse à conclusão de que seu emprego, no caso, não seria necessário. É possível que a situação pudesse ser resolvida através de ação tipo policial,** *como tocaias, campanas, emboscadas e outros artifícios, menos ruidosos, capazes de conduzir a melhores resultados.* Isto é particularmente vantajoso quando o inimigo é militarmente fraco, como no caso. Na realidade, este erro, provocado pelo açodamento, fruto da inexperiência e do louvável intuito de capturar o inimigo, no mais curto prazo, determinou o prolongamento das operações, **emprestando-lhe uma importância que, na realidade, não teve".**

"A tropa empregada na área, apesar de já ter tido algumas instruções antiguerrilha, evidenciou que a instrução recebida tinha sido insuficiente ou mal ministrada. Isto foi verificado na maioria das Unidades, particularmente no que se refere à execução de patrulhas, vasculhamento e serviço em campanha".

"De um modo geral, nas ações de patrulha, em qualquer parada para descanso, o homem se deitava, abria o blusão e esquecia a arma, sem a menor preocupação de segurança".

"Finalizamos até agora a OPERAÇÃO REGISTRO, e dela tiramos todos os ensinamentos militares mais importantes e, para finalizar, gostaríamos ainda de ressaltar os seguintes aspectos:

"A repressão à subversão e ao terrorismo que estamos todos realizando, quase exclusivamente à base de ações militares, embora necessária e indispensável, por si só, nada resolve se, paralelamente, não tentarmos eliminar os focos de infecção que alimentam seus quadros e que têm origem, principalmente, nas Escolas e Universidades do país. É impressionante a constatação desse fato. Cerca de 98% dos subversivos-terroristas presos têm origem nas escolas de filosofia e de ciências sociais do país".

"É também imprescindível e necessário que se tente atenuar, pelo menos, o foco de infecção externo de CUBA, principal responsável pelo preparo e adestramento desses homens que, periodicamente, injeta nas fileiras subversivas de toda a AMÉRICA".

"Outra imprescindível medida que se impõe é o desencadeamento de uma intensa e bem planejada ação psicológica, de âmbito nacional, visando a conquista da população e o revigoramento dos excelentes predicados cívicos, morais e religiosos que formam a mentalidade do nosso povo, bom e generoso.

"Estamos certos de que a conjugação dessas três formas de ação, levar-nos-á, seguramente, ao total desmantelamento das organizações subversivo-terroristas que agem em nosso país".

Canavarro: "Os focos de infecção são Cuba e as Universidades"

Luiz Fernando Gomes

Hélio Silva: "Publicação oportuna"

"O próprio Governo deveria revelar os documentos"

— Se estes relatórios tivessem chegado à redação de qualquer jornal brasileiro, nenhum teria deixado de publicá-los, dado que tinham notório interesse jornalístico e histórico e não continham nenhum segredo militar.

A afirmação é do jornalista, escritor e ex-governador Barbosa Lima Sobrinho, de 65 anos, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em depoimento prestado no IPM instaurado pelo III Exército contra os quatro jornalistas do **Coojornal.** Para Barbosa Lima Sobrinho, "os documentos são históricos e o Exército demonstrou seus recursos no combate às guerrilhas, que eram mais uma fantasia. O próprio Governo deveria mostrar os relatórios à opinião pública para demonstrar a inviabilidade das guerrilhas".

Hélio Silva, o mais importante historiador brasileiro, autor de dezenas de livros sobre o passado brasileiro, que também depôs no IPM, manifestou opinião semelhante. "Não vi crime algum na publicação dos relatórios do Exército porque os mesmos não continham qualquer segredo militar. Do ponto de vista histórico, a publicação dos documentos foi muito oportuna". Hélio Silva lembrou, a propósito, que quando precisou fazer a crônica histórica do Brasil na II Guerra Mundial, teve "mesmo não tendo acesso aos documentos brasileiros pôde consultá-los nos serviços militares dos Estados Unidos, do Marrocos e da França".

Para o historiador, os documentos publicados pelo **Coojornal,** "demonstravam muito bem a eficiência do Exército em desbaratar a atividade guerrilheira. Eles são a melhor prova de que a guerrilha estava isolada do povo".

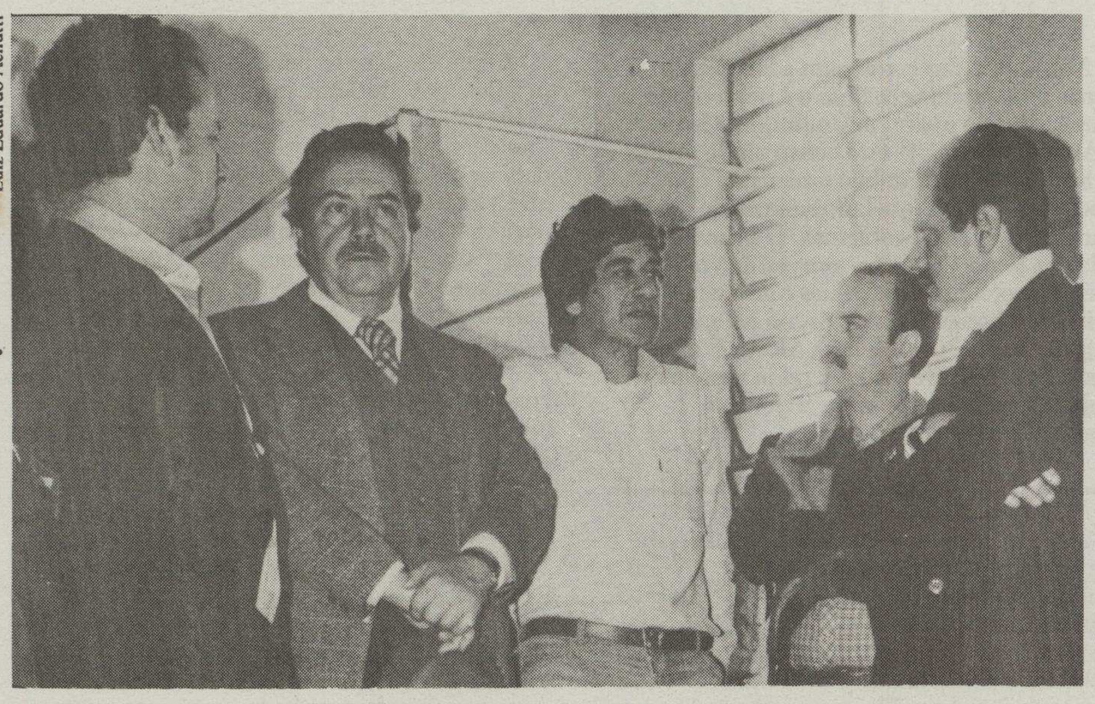
Hélio Silva afirmou ainda que, no passado, houve tentativa semelhante por parte do Ministério Público em processar o então deputado Carlos Lacerda, pelo que foi considerado revelação de um segredo de Estado. Na época, Lacerda teve acesso a um telegrama do Ministério das Relações Exteriores argentino endereçado ao então vice-presidente João Goulart, onde era proposta uma atuação conjunta, em termos militares, econômicos e políticos, entre os partidos peronista argentino e o trabalhista brasileiro. Lacerda leu o documento da tribuna da Câmara Federal. O então presidente Juscelino Kubitschek, diretamente interessado na tentativa de conseguir licença da Câmara para processar Lacerda, não obteve êxito, uma vez que o plenário do Congresso Nacional não concedeu a licença para processar o deputado da UDN.

Em todo País, uma certeza: a exceção ainda é uma regra

O julgamento dos quatro repórteres do **Coojornal** pela Justiça Militar com base na Lei de Segurança Nacional, e sua condenação, foram atos intimidatórios e constrangedores como se pode constatar pela repercussão em todo País. Os depoimentos a seguir comprovam:

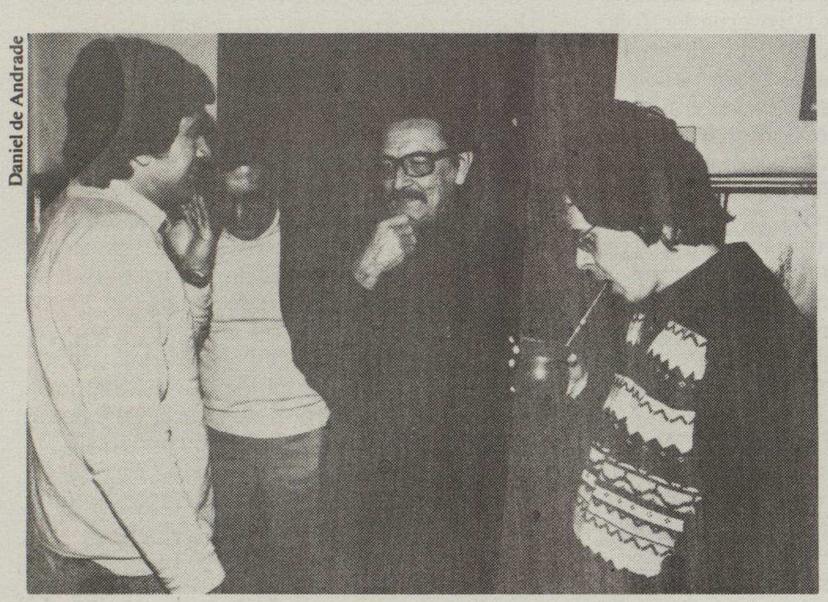
Pompeu de Souza, representante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em Brasília: "Este processo contra o **Coojornal** é uma anomalia típica de uma legislação excepcional e autoritária, que transforma os assuntos de interesse jornalístico e público em objeto de proibições absurdas. Longe de representar algo de gravidade semelhante à divulgação dos Papéis do Pentágono, o caso da publicação do **Coojornal** sobre a campanha militar contra a guerrilha frustrada do Capitão Lamarca constitui um serviço prestado ao País e à sua história".

Carlos Chagas, diretor da sucursal em Brasília do jornal O Estado de São Paulo: "Estranhamente, de uns tempos para cá, decidiu-se no Brasil punir a notícia, como se a notícia fosse culpada pelos fatos que divulga. Ao invés de corrigir estes fatos, as autoridades públicas ainda acham que o melhor é punir a informação. Esta é uma posição cômoda daqueles que pretendem transformar a notícia num simples agente a serviço do Estado quando, na verdade, ela tem que estar a serviço da sociedade. Determinados assuntos devem realmente ficar sob o manto do sigilo. Mas, de 17 anos para cá, tudo neste País é sigiloso. Isso virou uma bobagem. A nação tem o direito de ser informada".



Luiz Eduardo Achutti

O apoio do PMDB: Odacir Klein, Brossard, César Schirmer e Simon



Daniel de Andrade

Depois do senador Teotônio Vilela...

Daniel de Andrade

... Aldo Pinto, presidente da Assembléia

Hélio Doyle, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal: "Fez-se contra os jornalistas o julgamento pela Justiça Militar, o que caracteriza exceção e arbítrio, uma vez que jornalistas, por eventuais excessos ou crimes presumíveis, deveriam ser julgados pela Justiça Comum e submetidos apenas à Lei de Imprensa. Não se trata, aqui, de defender a impunidade para os jornalistas. Documentos como estes pertencem à história brasileira. Se eles são sigilosos, compete ao Exército mantê-los sob sigilo. E cabe ao Exército punir internamente os responsáveis militares pelo vazamento das informações. Nada além disso".

Carlos Castelo Branco, colunista político do Jornal do Brasil: "Nossa liberdade é condicional, consentida. Para o regime, todos nós somos culpados. O processo de jornalistas pela Lei de Segurança Nacional já é algo indevido, mas pelo Código Penal Militar é absolutamente inédito. Pela disciplina militar, assim, somos considerados soldados. A ameaça paira sobre todo o jornalista brasileiro. Agora há pouco, o Boris Casoy (da *Folha de São Paulo*) foi absolvido pelo mesmo crime que condenou Walter Fontoura (do *Jornal do Brasil*). São dois pesos e as duas medidas que prevalecem".

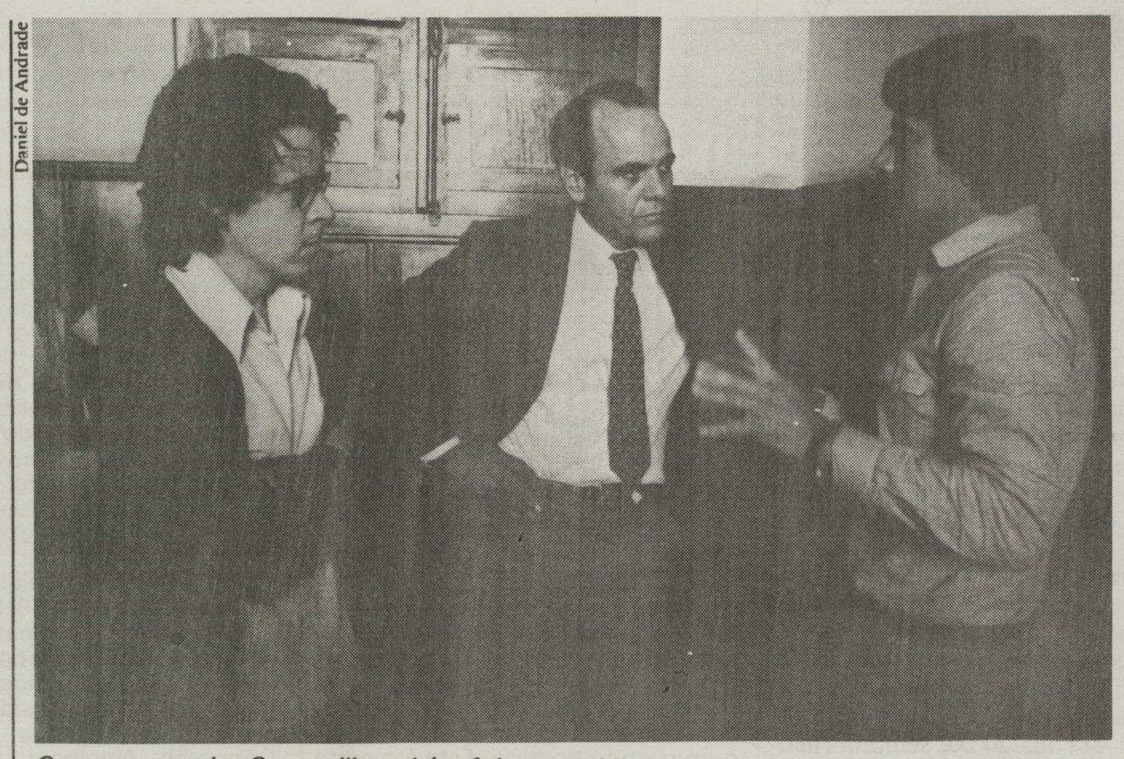
O JULGAMENTO NOS JORNAIS

Nos jornais, noticiários envolvendo a condenação de Osmar Trindade, Rafael Guimarães (ainda presos), Elmar Bones e Rosvita Saueressig, todos a cinco meses de detenção, foi igualmente nacional.

O *Jornal do Brasil,* em sua edição do dia 4, com chamada na primeira página, descreveu um dos pontos a que se ateve a defesa: "Apoiando-se em depoimentos do presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, e do historiador Hélio Silva, o sr. Marco Túlio de Rose defendeu o direito da população de conhecer a sua história, através de documentos como os publicados, que nada afetam a segurança nacional ou as Forças Armadas, por ser um episódio que já passou para a história".

O jornal *Zero Hora* deu ampla cobertura ao julgamento em suas edições de sábado, domingo, segunda-feira e terça-feira (dias 4, 5, 6 e 7), publicando também a repercussão nos meios políticos. Em sua edição do dia 4, o jornal abordou um dos enfoques do direito de informar levantados pelo advogado de defesa: "Citando o general Otávio Costa, observou (o advogado) que os militares e os jornalistas têm a mesma preocupação, a preservação e o aperfeiçoamento das instituições, embora adotem comportamento diferentes. A defesa das instituições se faz também pela notícia e não se pode esquecer que as instituições são sempre um conjunto de homens, e a rigor, a diferença entre um militar e um jornalista é que para um o fato é quase sempre informação, e , para outro, notícia".

O Globo divulgou no dia 7, na íntegra, a nota de protesto dos partidos de Oposição representados na Câmara dos Deputados, e assinada por Audálio Dantas (PMDB), Thales Ramalho (PP), Getúlio Dias (PDT) e Airton Soares (PT). Diz a nota: "Esta condenação demonstra, ao mesmo tempo, que acima da propalada abertura política prevalece no País o arbítrio que se sustenta no conjunto de leis de exceção, dentre as quais se destaca, por suas características fascistas, a Lei de Segurança Nacional". Adverte: "O resultado do julgamento de Porto Alegre é extremamente inquietante...". E conclui a nota: "Os parlamentares abaixo-assinados, no exercício da liderança de seus partidos na Câmara dos Deputados, manifestam o seu mais veemente protesto contra o enquadramento de profissionais da imprensa em leis de exceção e hipotecam sua irrestrita solidariedade aos jornalistas do **Coojornal".**



Daniel de Andrade

O ex-governador Guazzelli também foi ao presídio

OS PROTESTOS JUSTIFICADOS

Sindicatos e entidades também se manifestaram, inconformados com o ato que marcou o enquadramento e condenação dos jornalistas.

O Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro diz em sua nota oficial: "... a diretoria do Sindicato reafirma sua posição de que eventuais delitos da imprensa devem ser apreciados e julgados pela Justiça Comum. E condena também a postura adotada pela Justiça Militar, mandando recolher à prisão os jornalistas Osmar Trindade e Rafael Guimarães, uma vez que eles são, como os demais punidos, réus primários, com direito assegurado pela chamada *Lei fleury* de apelar à instância superior em liberdade".

Já o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo diz em sua nota de protesto que "volta a denunciar a escalada de violência contra a imprensa, o macartismo que procura obstar o livre trânsito das informações e impedir que o povo brasileiro lute pela implantação de um regime democrático no País".

Em Porto Alegre, uma nota oficial condenando o julgamento reuniu a Associação Riograndense de Imprensa, a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, o Sindicato dos Radialistas do Rio Grande do Sul, o Sindicato dos Publicitários e o Sindicato dos Profissionais de Relações Públicas, para "manifestar sua integral solidariedade e apoio aos jornalistas punidos pela Justiça Militar", ressaltar que "não estranha que o povo brasileiro, muitas vezes, venha a saber de eventos, inclusive recentes, de sua história, através de escritores e jornalistas estrangeiros"; considerar que "eventuais delitos de imprensa devem ser apreciados e julgados de acordo com a Lei de Imprensa"; denunciar "as contínuas ameaças e as prisões de jornalistas ultimamente ocorridas"; e estranhar, finalmente, "o que no processo em apreço foi negado aos jornalistas o direito de aguardar em liberdade o julgamento da apelação criminal". No Rio, a Associação Brasileira de Imprensa divulgou nota criticando a decisão da 1ª Auditoria Militar e considerando a sentença "uma violência contra a liberdade de imprensa".

A Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre recebeu, ainda, inúmeras mensagens de solidariedade em face da condenação dos quatro colegas. Entre elas, a do Movimento Gaúcho em Defesa da Cultura, que bem pode ser uma síntese dos reflexos da condenação: "...O cerceamento da liberdade, em qualquer época, é uma mostra concreta do divórcio existente entre o poder dominante e a sociedade. A condenação, dessa maneira, é extensiva a toda esta sociedade..."

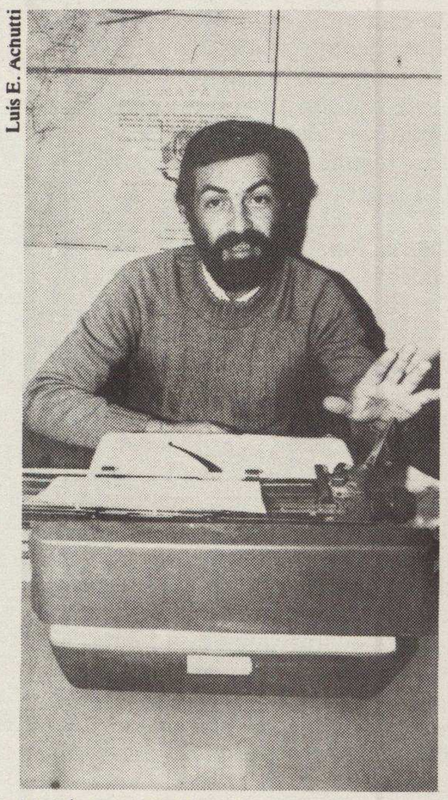
SOLIDARIEDADE

Enquanto isso, no presídio feminino Madre Pelletier, de Porto Alegre, para onde foram recolhidos por falta de prisão especial no Presídio Central, os jornalistas Osmar Trindade e Rafael Guimarães receberam a visita e solidariedade de inúmeros líderes políticos e representantes de associações de classe. Entre outros lá estiveram os senadores Paulo Brossard, Pedro Simon, Teotônio Vilela, o ex-governador Synval Guazzelli, os deputados Aldo Pinto, Presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, César Schirmer, Odacir Klein, Carlos Augusto de Souza, Ibsen Pinheiro, José Fogaça, o ex-deputado Cândido Norberto (agora no PDS), os vereadores Glênio Peres, Marcos Klassmann, Rubem Thomé e Antônio Cândido.

Escândalo

Taquigrafia pelo método consangüíneo

Luis E. Acnutti



Valduga: decifrando portarias

Se o episódio das taquígrafas da Câmara Municipal de Porto Alegre não tiver outras conseqüências, como a responsabilização dos que lesaram a boa fé pública, pelo menos ficará como um exemplo de jornalismo investigativo, espécie rara nos tempos atuais. O episódio veio à tona quando o editor de política da *Folha da Tarde,* Érico Valduga, ouviu de um vereador, numa roda informal, que entre as 12 primeiras classificadas no concurso para admissão de taquígrafas, 10 eram parentes de vereadores, e publicou a *coincidência* em sua coluna diária.

A partir daí, desconfiado, passou a decifrar complicadas portarias que, direta ou indiretamente, pudessem ter ligações com o concurso. Examinou atos de admissão e exoneração, checou as informações obtidas com fontes da Câmara e a partir do dia 1º de junho passou a bombardear os leitores com as revelações que não deixavam dúvidas quanto às irregularidades que cercaram a realização do concurso e ao favorecimento de funcionários e parentes de vereadores.

Em primeiro lugar, o edital de realização do concurso ficou restrito aos murais da própria Câmara; em segundo, um artigo do Estatuto dos Funcionários Públicos estabelecia o acréscimo inconstitucional de 30 pontos ao funcionário que se submeter a concurso público; em terceiro, os funcionários da Câmara receberam cursos de Taquigrafia e Português pagos pela municipalidade; em quarto, o edital pedia pessoas com conhecimento *superior,* sem especificações maiores; em quinto, anunciava uma remuneração de apenas Cr$ 18.720,00, sem informar que as aprovadas seriam nomeadas para regime especial de trabalho, passando a ganhar, portanto, Cr$ 72.840,00; e, por último, cinco das 15 aprovadas, não obstante a alegada necessidade urgente de taquígrafas, foram desviadas para os gabinetes de seus parentes vereadores, recebendo o dobro do salário.

"Durante a cobertura, tive até que adotar um codinome para me comunicar com as fontes, assustadas com os boatos de que os telefones estavam vigiados", diz Valduga. O caso provocou constrangimento no PDT gaúcho — o presidente da Câmara, Cleom Guatimozzim, que teve cinco familiares e amigas aprovadas, uma das quais não tinha qualquer conhecimento de taquigrafia, pertence ao partido de Brizola — e originou uma ação popular impetrada pelo advogado Werner Becker.

Negócios

Brasil importa

As Nações Unidas condenam a instalação de usinas de alumínio em ilhas e à beira de rios e mares. Mesmo assim, a Aluminium Company of America (Alcoa) está construindo na ilha de São Luis do Maranhão uma usina que produzirá 100 mil toneladas anuais de alumínio e muitos problemas. O principal deles é a *lama vermelha,* um resíduo tóxico que envenena plantas, peixes e animais, inclusive o homem. São Luis, no entanto, briga na justiça para deter a Alcoa. É uma luta difícil. O Governo Federal já aprovou o projeto, considerando-o de "relevante interesse nacional".

Até agora, o povo de São Luiz não sabe o que acontecerá na ilha. A Alcoa não revelou a planta, os estudos técnicos, como tratará os resíduos, nenhum detalhe. O lixo industrial da bauxita (minério de alumínio), também conhecido como *lama vermelha,* é extremamente perigoso. Ele se espalha na água e permeia solos arenosos. Contém soda cáustica, fluoretos e cianuretos, óxidos de silício, titânio e ferro, gases fluorídricos e sulfurosos. Para cada tonelada de alumina, sobram 850 quilos de *lama vermelha,* tão poluente que é depositada em lagos especiais, abandonados após algum tempo de uso.

Prevendo justamente o problema da *lama vermelha,* existe uma resolução da Organização das Nações Unidas condenando expressamente a implantação de usinas como a da Alcoa em ilhas, margens e desaguadouros de rios, baías e terrenos arenosos. Um só destes itens colocaria a população da capital do Maranhão em risco, mas São Luis entra em quase todas as situações, o que multiplica o perigo.

Contra tais acusações, a Alcoa acena com progresso e riqueza. Afinal, trata-se de um investimento de 1,3 bilhão de dólares, quatro mil empregos na construção civil e 2.400 na fase de operação, cifras para encher os olhos de uma das regiões mais subdesenvolvidas do Brasil. Mas, com a poluição das águas, 300 mil pessoas que vivem da pesca serão prejudicadas. E a população dos mangues e das palafitas terá suas maiores fontes de proteínas — peixes, camarões, mariscos e caranguejos — envenenadas.

Cerca de 20 mil pessoas estão sendo despejadas dos dez mil hectares destinados ao pólo minero-metalúrgico. Os posseiros, a grande maioria dos despejados, recebem indenizações de Cr$ 5 mil por casa de material ou Cr$ 30 mil por casa e roça. "Esta gente vai para a cadeia ou o cemitério", apos o poeta José Nascimento Moraes Filho, um dos organizadores do Comitê de Defesa da Ilha, para quem "São Luiz vive a ilusão de ser sócia da Alcoa".

Sócia minoritária que — garantem os ecologistas e defensores do patrimônio histórico — seguramente sairá perdendo. Eles afirmam que os gases do pólo industrial destruirão a azulejaria colonial de São Luis, a mais rica do país, pondo em risco também os casarões da cidade histórica de Alcântara.

Mas a cidade não espera passivamente. Enquanto a Alcoa promete uma produção de 100 mil toneladas de alumínio por ano a partir de 1984, cumprindo um projeto já aprovado pelo presidente João Figueiredo em janeiro deste ano e considerado de "relevante interesse nacional", o Comitê de Defesa da Ilha move uma ação popular contra o governador João Castelo e o presidente da filial brasileira da Alcoa, Alain Belda. O Comitê — formado por estudantes, pescadores, camponeses e intelectuais — acusa Castelo de vender terras públicas sem autorização da Assembléia Legislativa e exige a divulgação dos contratos.

Para processar a bauxita de Trombetas (Pará), a multinacional usará a estrada de ferro de Carajás do porto de Itaqui, construída pelo governo federal por um bilhão de dólares, e a energia barata da hidrelétrica de Tucuruí (custo de 2,3 bilhões de dólares), sobre a qual terá 15% de desconto. Terá água grátis, isenção de 90% do ICM e não pagará imposto de renda por 15 anos. Uma barbada. "Assim, também me transformo no maior produtor nacional de alumínio", protesta o empresário Antônio Ermírio de Morais, da Companhia Brasileira de Alumínio.

A Alcoa é uma das seis empresas que controlam as reservas e a produção mundial de alumínio. Sua ação no Brasil, país com a terceira maior jazida de bauxita (4,5 bilhões de toneladas), é parte fundamental desta estratégia. Aqui, vai realizar os processos da industrialização — os que exigem mais energia e mais poluem. Vai exportar alumina e alumínio que o Brasil importará depois em produtos manufaturados. Nos últimos dias de junho, a Alcoa obteve outra vitória: ficou com as minas de bauxita da Mineração Santa Patrícia, do milionário norte-americano Daniel Ludwig. Com isso, a fatia da Alcoa no filão da bauxita brasileira passou a ser de 375 milhões de toneladas.

Foi através do ministro César Cals, das Minas e Energia, em 24 de maio de 1980, que o governo anunciou publicamente a intenção de dar todo o apoio ao projeto da Alcoa em São Luis. Os protestos não demoraram. Dia três de junho, o deputado estadual Haroldo Sabóia (PMDB) acusava o governo de transformar São Luis em *lixeira das multinacionais.* Até hoje ele insiste que não há sequer um projeto, mas um *grande blefe* para barganhar favores oficiais:

— A cronologia da Alcoa aqui é a cronologia do fato consumado. Primeiro querem impor a questão, para depois obterem vantagens. Conseguiram 750 milhões de dólares em dezembro de 80, mas já tinham implantado desde 31 de julho de 1980 um projeto que o Figueiredo só aprovou em janeiro de 81.

De fato, em 31 de julho de 1980, o presidente da Alcoa no Brasil, o governador João Castelo e o prefeito Roberto Macieira plantavam uma muda de pau d'arco, símbolo da instalação da empresa em São Luis e de sua *preocupação* com a natureza. Em agosto surgia o Comitê de Defesa da Ilha, do qual participam todos os partidos de oposição, propondo a transferência da fábrica para fora da ilha. Foram organizados mais de 20 comícios, distribuídos 300 mil panfletos, pichados muros e paredes. Mas uma grande manifestação foi proibida pelo Supremo Tribunal Federal depois de vitória do Comitê no Tribunal de Justiça do Estado por 10 a 0.

Mais tarde soube-se a razão. Em 23 de dezembro a Alcoa obteria um empréstimo de 750 milhões de dólares em bancos norte-americanos. O *New York Times* concluíra sua reportagem sobre os 10 anos da Alcoa no Brasil com o protesto ecológico em São Luis. Os bancos poderiam recuar.

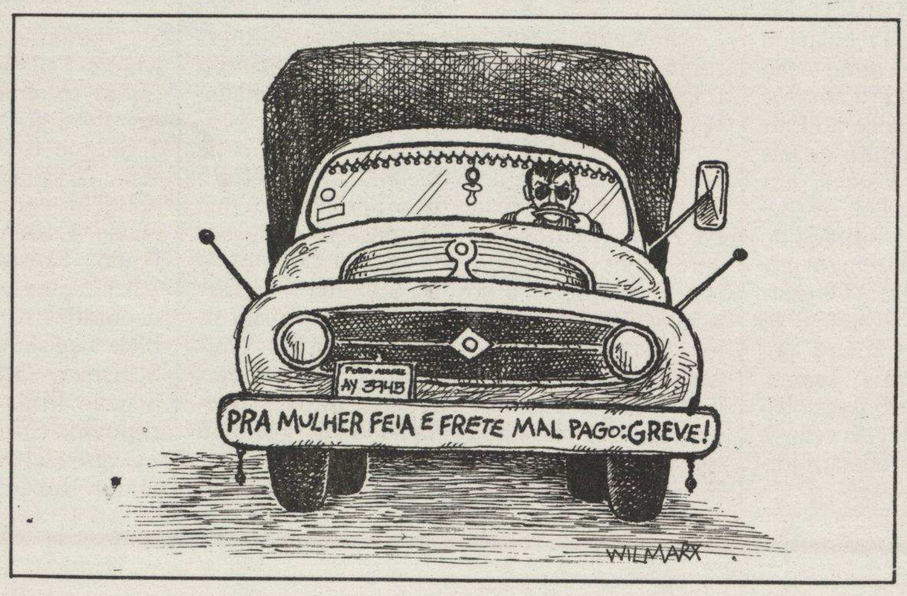
Depois da Alcoa, chegarão outras fábricas. O Relatório de Progresso do Plano Preliminar de Desenvolvimento da Amazônia Oriental, feito pela Companhia Vale do Rio Doce, destina 10 mil hectares, um nono da ilha e 20%

Trabalhadores

Entra em cena o "grevista biológico"

Ele é um homem desinformado sobre sua própria situação, geralmente vem do campo, quase sempre trabalha com a ajuda de drogas, está despreparado para qualquer espécie de luta social e nem mesmo tem simpatia por algum partido político. Este é o perfil de um grevista incomum: o camioneiro. Nos últimos meses, este personagem surgiu como o mais recente exemplo de insatisfação: promoveu greves em três das principais estradas do Rio Grande do Sul nas regiões da Serra, do Planalto Médio e do Litoral. Calcula-se que mil camioneiros aderiram às greves de Caxias do Sul, Torres e Soledade, afetando a circulação de mercadorias em todo o Sul do Brasil. O movimento terminou com a morte de dois camioneiros num choque de piquetes e fura-greves e um acordo com as empresas.

"Foram greves biológicas", diz Antonio Mainieri, 59 anos, há 18 presidente do Sindicato dos Condutores Autuônomos de Porto Alegre. "Foram biológicas porque surgiram da necessidade de sobrevivência", explica. Segundo a Comissão Nacional de Estudos Tarifários (Conet) o camioneiro recebia 30% do que gastava para fazer cada frete.



Acertada uma tabela de preços que vai desde Cr$ 1.105,00 (preço de tonelada num trajeto até 50 quilômetros) até Cr$ 14.160,00 (preço de tonelada num trajeto de seis mil quilômetros), os ânimos serenaram. Mas foi por pouco tempo. Logo surgiram denúncias de que as empresas transportadoras não estão obedecendo as tarifas.

Há seis meses, um caminhão custava Cr$ 600 mil. Hoje está por Cr$ 2.500 mil. Por, isso mesmo, Joaquim Alves, 47 anos, 15 de estrada, está querendo abandonar o caminhão e arrumar outra profissão: "Tenho um Mercedes 78, pago Cr$ 60 mil por mês só de prestação que tenho de manter em dia. Se atrasar duas promissórias, o Bradesco me tira o caminhão. Agora veja o seguinte: em média a gente faz quatro carretos por mês para São Paulo. Tiro em cada uns Cr$ 20 mil e de que maneira vou viver se só a prestação é três vezes maior? Aí é que entra a boleta, o *arrebite,* pois a gente tem que fazer o dobro das viagens para conseguir algum dinheiro. Daí fico 30 horas sem dormir e dou *banguela* na janta".

Mas parece que a categoria está abrindo os olhos. O Brasil escoa 80% de sua produção pelas rodovias, mas inexiste um movimento sindical de camioneiros suficientemente forte para usar o cacife que tem nas mãos. "Estamos com um plano para fundar a Federação de Condutores Autônomos do Rio Grande do Sul", anuncia Mainieri. E prossegue: "Até atingirmos uma união nacional vai demorar um pouco. Isso a gente pensa, porque, na prática, as coisas podem se precipitar".

Prodígios

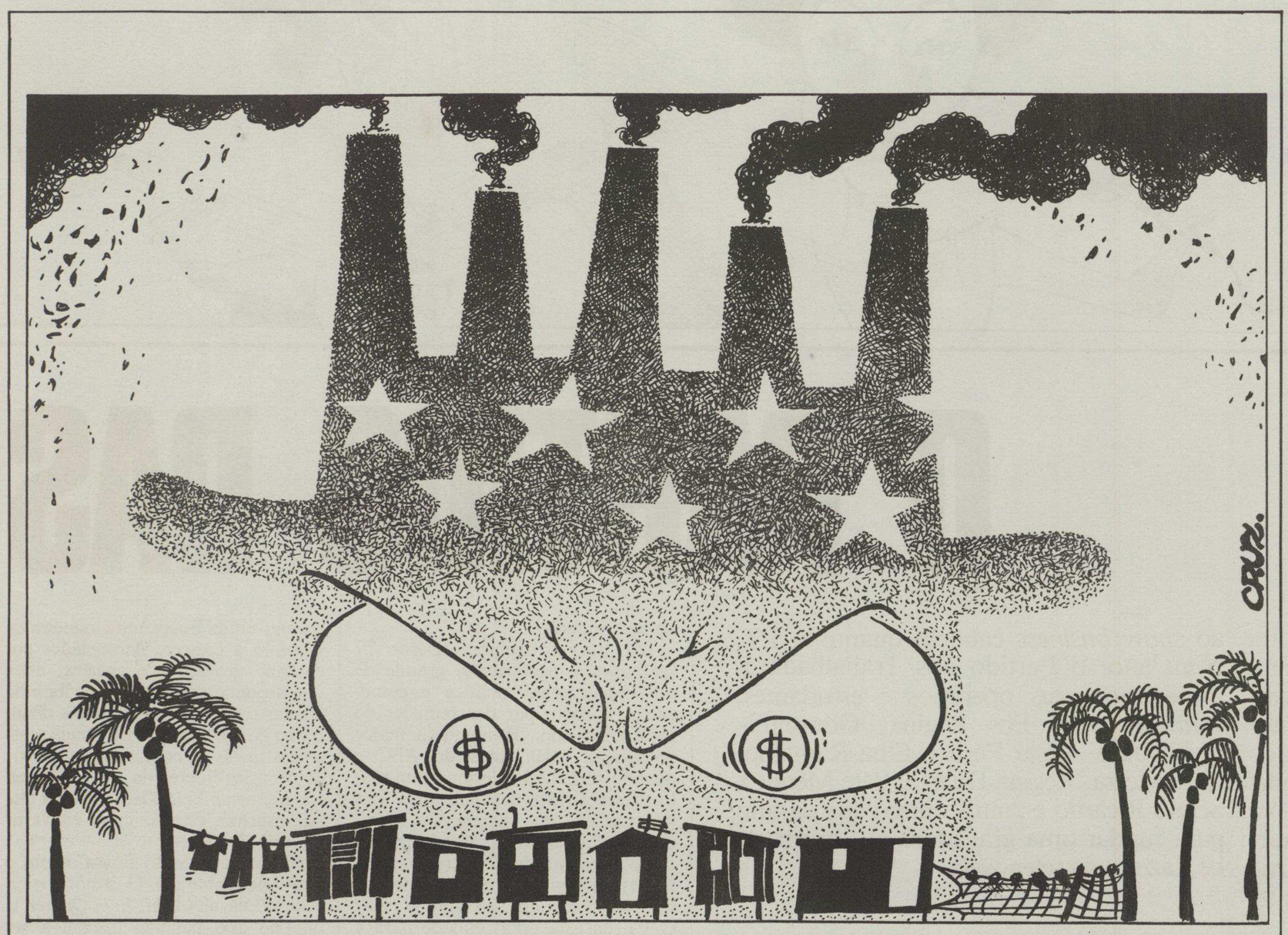
Os pobres comem cada vez menos

Ninguém deve consumir menos do que seis quilos e meio de carne por mês, sete litros e meio de leite e quatro quilos e meio de feijão. Isto é o que o Decreto-Lei 399, de 1938, antigo mas ainda não revogado, recomenda como mínimo indispensável para repor a força de trabalho de uma pessoa. Após entrevistar 400 famílias em 12 vilas da Grande Porto Alegre, uma equipe de pesquisadores da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul chegou à conclusão que, para os vileiros, tamanha quantidade de comida não passa de uma miragem.

Senão vejamos: um morador da periferia come 20% do peso de carne determinado pela lei. E, ainda por cima, é carne com osso. Não é só isso. Também come três vezes menos feijão, quatro vezes menos batata, metade da manteiga, menos da metade do pão, 14 vezes menos tomate e, supremo recorde, 23 vezes menos laranjas.

A pesquisa foi feita nas vilas Pinto, Ramos, Beco do Adelar e Morro da Cruz, de Porto Alegre; Jardim Universitário e Vila Augusta, de Viamão; Vista Alegre e Fátima, de Cachoeirinha; Piratini e Arroio Feijó, de Alvorada; e

nova poluição



de São Luis, ao pólo minero-metalúrgico. O porto de Itaqui vai movimentar mais de 50 milhões de toneladas por ano. Esse aumento da atividade econômica deve atrair 280 mil pessoas. A capital do Maranhão, hoje com 450 mil habitantes, terá quase 800 mil em 1990.

Para atender às novas necessidades serão gastos 2 bilhões 295 milhões de dólares em estradas, abastecimento e tratamento de água, energia, moradias e comunicações. É aí que os defensores da velha São Luís perguntam: não seria melhor construir outra cidade? Onde estão as *vantagens infra-estruturais* para instalação do pólo? Onde está a *vocação siderúrgica?*

Nelson Sobim

Mathias Velho e Santo Operário, as duas de Canoas. E teve algumas pecualiariedades. A principal delas é que, ao contrário de outros organismos que acompanham a oscilação do custo de vida, como o Dieese, de São Paulo, a equipe não foi buscar seus dados junto aos grandes supermercados, quase sempre plantados em bairros da classe média.

"Fomos visitar os armazéns das próprias vilas, onde a população faz a maioria de suas compras", explica o pesquisador Carlos Schmitt. Assim, surgem no relatório nomes inesperados como "Armazém da Dona Olívia" (Vila Ramos) e "Baratilho Viamonense" (Vila Pinto), num total de 26 casas comerciais. A Comissão de Direitos Humanos — que pretende manter um acompanhamento regular do nível de consumo das populações pesquisadas — aponta uma renda média individual de Cr$ 3.242,31 mensais para a periferia. Esta renda às vezes, cai verticalmente, impondo quase a abstinência total da estrutura de consumo. É o caso de uma família pesquisada que se alimenta apenas de ossos.

O CARDÁPIO DA PERIFERIA

Produto	O mínimo mensal indispensável	O que a pesquisa constatou
CARNE	6,60 kg	1,33 kg (c/osso)
LEITE	7,50 l	4,58 l
FEIJÃO	4,50 kg	1,54 kg
ARROZ	3,00 kg	3,25 kg
FARINHA TRIGO	1,50 kg	2,38 kg
BATATA	6,00 kg	1,40 kg
TOMATE	9,00 kg	0,61 kg
PÃO	6,00 kg	2,49 kg
CAFÉ (PÓ)	0,60 kg	0,33 kg
LARANJA	7,50 dz	0,32 dz
AÇÚCAR	3,00 kg	refinado - 1,91 kg cristal - 1,32 kg
BANHA	0,90 kg	0,23 kg
MANTEIGA	0,75 kg	0,42 kg

Sucessão

Será que agora Dom Vicente sai mesmo?

Neste mês, Dom Vicente Scherer completa 35 anos à frente da Arquidiocese de Porto Alegre que controla toda a Igreja gaúcha. Ao mesmo tempo, nos meios eclesiásticos, crescem os rumores dando como certa a aposentadoria do cardeal, de 78 anos, ainda em julho. Há três anos, Dom Vicente atingiu a idade-limite mas, embora tenha formalmente colocado seu cargo à disposição, como rege o Estatuto da Santa Sé, ele relutou em deixar a arquidiocese sem a garantia de que pudesse influir na escolha do novo arcebispo, a cargo da Congregação dos Bispos do Vaticano.

De início, Dom Vicente rechaçou o nome de Dom Ivo Lorscheider, bispo de Santa Maria e presidente da CNBB, afinado com as correntes progressistas da Igreja e apontado como candidato natural ao posto. Da mesma forma, a sugestão do arcebispo foi mal recebida pelos outros bispos. Ele escolhera, como herdeiro, seu discípulo, Dom Claudio Colling, bispo de Passo Fundo, cujo autoritarismo, segundo se comenta, suplanta o do próprio D. Vicente e que, além disso, é adepto de um passatempo pouco comum, em se tratando de um bispo: participa de caçadas em companhia de famílias da alta sociedade local.

Outro nome que freqüenta as listas de possíveis candidatos, com a torcida entusiasta dos moderados e dos progressistas, é o de Dom Luciano Mendes, secretário executivo da CNBB. A ele, Dom Vicente prefere o bispo de Pelotas, Dom Jaime Chemello, que faz um trabalho de base mas evita confrontações com o cardeal.

A solução mais provável, porém, é a criação de mais quatro arquidioceses no Rio Grande do Sul. As dioceses de Pelotas, Santa Maria, Caxias do Sul e Uruguaiana seriam transformadas em províncias eclesiais, reduzindo assim os poderes do sucessor de Dom Vicente.

Lobby

Nuclebrás ganha espaços e muda imagem

A Nuclebrás, antes avessa a imprensa, está mudando seu comportamento. Ela partiu para um grande *lobby* na imprensa. Seu *slogan* é "Um país sem tecnologia é um país fraco politicamente". E por isso os brasileiros vão pagar a bela soma de 30 bilhões de dólares, o valor das oito usinas nucleares que o Brasil pretende comprar da Alemanha até 1995.

Como a maioria dos grandes empreendimentos, entretanto, o *lobby* começou com algumas falhas. A Nuclebrás promoveu uma visita da imprensa às suas instalações nucleares no Estado do Rio e Minas Gerais. Gastou Cr$ 2 milhões e, apesar disso, algumas matérias saíram com disparates. A do *"Jornal de Brasília,* por exemplo, dizia que" a Nuclebrás, depois de 1990, construirá uma usina nuclear a cada 18 meses (o prazo mínimo para isso, em qualquer parte do mundo, é de oito anos).

Os assessores da Nuclebrás — os jornalistas especializados na área, Cesarion Praxedes e Eduardo Pinto — tem suas convicções: são contra Furnas, por exemplo. Pretendem mostrar a eficiência (até hoje não testada) da Nuclebrás, criticando a administração de Furnas, que há nove anos constrói a primeira usina nuclear brasileira comprada a Westhinghouse Furnas está atrasada quatro anos. Até agora já custou um bilhão e 400 mil dólares para gerar apenas 620 megawatts — Itaipu custará oito bilhões de dólares para produzir mais de 12 mil megawatts, quase vinte vezes mais do que gerará a Nuclear I.

Para o presidente da Nuclebrás, Paulo Nogueira Batista, os recursos hidroenergéticos do país estarão esgotados antes do ano 2.000. Pelo menos é o que ele afirmou no programa Globo Revista, da TV Globo. Interessado em divulgar como a Nuclebrás se prepara para o futuro, Nogueira Batista levou uma caravana de jornalistas a Argentina. Lá, a Nuclebrás faria grandes negócios. No entanto, o maior negócio do órgão foi a compra de 160 mil metros de tubos *zircaloy* (para fabricação de varetas destinadas a acondicionar do combustível nuclear), no valor de três milhões e 200 mil dólares, e a venda, através da Nuclep (que não passa de uma simples subcontratada da KWU alemã, já que os alemães tem poder de veto, mesmo como acionistas minoritários) da parte inferior do vaso de pressão do reator para a usina de Atucha II por um milhão e 100 mil dólares. Quer dizer, a Nuclebrás foi a Argentina para fazer compras e intermediar para os alemães.

Emoldurar um quadro é complementá-lo.

DELPHUS

ARTE EM MOLDURAS

Cristóvão Colombo, 1.103 — Fone: 22-3232 — Porto Alegre — RS

ESTRELAS

Por Marcelo Auler e Rafael Guimarães

profundamente no povo brasileiro".

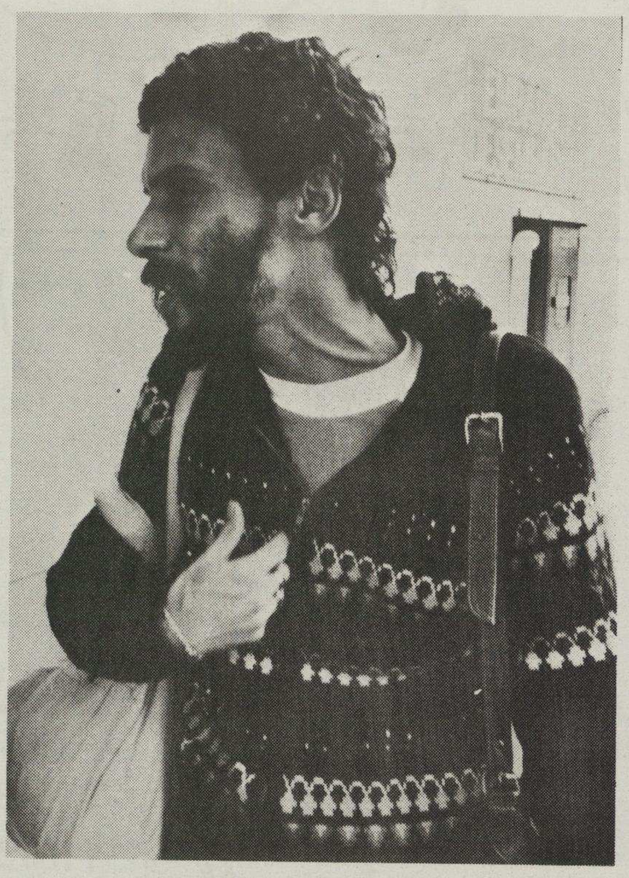
Já Luiz Gonzaga Júnior concorda com o PT, mas não abre mão de subir ao palco e criticar qualquer partido, "inclusive o PT". Ele e os cinco músicos com quem trabalha há três anos simpatizaram com o Partido de Lula desde o começo. Alguns, como o guitarrista Frederico e o tecladista Jotinha Moraes, se filiaram. "O que me ligou ao PT foi justamente o tipo de trabalho que escolhi, ou seja, uma postura coletiva de discussão com o resto da equipe", observa Gonzaguinha. "Não diria que a opção pelo PT é coerente com meu trabalho musical. Pelo contrário. Meu trabalho é que é coerente com a proposta do PT, que é muito maior".

Como se vê, entusiasmo é o que não falta e, em relação aos músicos, a direção do PT já vislumbra uma tarefa ainda não utilizada, pelo menos em larga extensão. "Estes companheiros", diz o bancário Olívio Dutra, vice-presidente do PT, "têm uma contribuição a dar na divulgação e na preparação de shows com a presença de trabalhadores, buscando veicular a música popular e também obter recursos para os magros cofres do partido". E se depender do peso de seus quadros musicais, as finanças do PT sofrerão considerável melhora.

A dupla Teca e Ricardo, ambos filiados, tem desempenhado esporadicamente esta tarefa, "sempre que o partido nos pede". Eles estiveram quase 10 anos fora do país, por razões políticas. Ricardo, ex-militante do MR-8, banido em 71, considera o PT como "o partido que de melhor forma pode conduzir as lutas populares". Ele já apareceu na revista *Veja* sobressaltando os petistas mais conservadores ao que a liberação da maconha fizesse parte do programa do PT. Hoje Ricardo diz que houve um mal entendido: "Acho que temas como a descriminalização das drogas devem ser discutidos, assim como a libertação da mulher, dos negros e das minorias, mas naturalmente o PT deve ter uma ordem de prioridades, principalmente quanto às condições de vida da maioria da população".

Da mesma forma, Zezé Motta, não menos engajada, entende que, "só o PT, por suas características, terá condições de assumir, junto com as lutas populares, as lutas específicas dos negros e das mulheres, dois segmentos marginalizados da sociedade". Integrante do Movimento Negro Unificado, cuja presidente, a socióloga Lelia Gonzales, também "fecha" com o PT, Zezé sempre votou no MDB. Mas, quando saiu a reforma partidária, passou a ler as declarações dos presidentes dos partidos e achou a argumentação de Lula mais atraente. "Eu já estava inclinada a entrar para o PT. Acho que a política precisa de sangue novo e novas lideranças". Mesmo assim, ela faz questão de discutir o programa e a ação do partido e ainda conversar com as lideranças para encontrar a melhor maneira de participar da vida interna do partido.

Ricardo: "O PT deve discutir as drogas, mas isto não é prioritário"



Gonzaguinha: "Estou no PT, mas não abro mão de subir no palco e criticá-lo"

"O PT é o samba autêntico, de baixo para cima, de dentro para fora, claro, sincero, contagiante, cheio de enredo. Por isto simpatizo com ele", diz o outrora maldito e censurado Sérgio Ricardo, que compõe seus sambas num galpão em plena favela do Vidigal, uma das mais pobres do Rio. Sérgio Ricardo não é filiado mas integra um grupo de petistas do Vidigal, ao lado de obscuros partideiros.

Mas a invasão do PT pelo meio cultural não se restringiu aos cantores e atores. A fascinação pelo partido alcança outras áreas, onde o nome PT é pronunciado sempre acompanhado de elogios. É o caso do jurista Hélio Bicudo, ferrenho combatente do Esquadrão da Morte e organismos afins, cuja candidatura ao Governo de São Paulo já foi lançada por correntes do partido, dos professores Antônio Cândido, teórico de literatura dos mais respeitáveis, e Paulo Freire, inventor de um método de educação popular empregado largamente na Europa e África, mas proibido no Brasil, e dos teólogos Leonardo Boff e Frei Betto.

Sem esquecer os psicanalistas Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas, dissidentes da psicanálise oficial. Para Pellegrino, que chegou a presidir uma convenção no Rio, "o PT é o mais original dos partidos brasileiros. Ele exprime, mais do que qualquer outra coisa, a vontade de protagonismo histórico da classe operária em nosso país, contra todos os paternalismo de esquerda, de direita e de centro". Seu colega Mascarenhas parte para a ironia, comparando os partidos políticos segundo o jargão da psicanálise oficial, para quem as rebeldias contra autoridades constituídas são explicáveis por problemas de rivalidade com o pai não resolvidos na infância. Ou seja, o Complexo de Édipo.

"Então", diz ele, "as pessoas que pertencem ao PDS teriam um Complexo de Édipo mais bem resolvido que as engajadas no PP. Para estas, tudo bem, afinal nem sempre o pai está certo e havendo uma oposição responsável é possível que o pai se convença a fazer as coisas de outra maneira. Se pertencerem ao PMDB já poderão estar com um problema de competição com o pênis do pai, e se forem do PT, estarão dominados por um infantilismo psicológico e serão, evidentemente, pessoas sôfregas e impacientes"., Ironia à parte, Mascarenhas acha que os partidos tradicionais estão defasados e por isto aposta no sucesso do PT.

Nos campos esportivos, o PT igualmente tem marcado seus gols. O centroavante Reinaldo, que há quatro anos deu uma histórica entrevista ao semanário *Movimento,* pronunciando-se a favor da anistia e do MDB, agora veste a camisa do PT. Não faz muito, para delírio dos petistas, ele declarou-se "politicamente mais consciente que naquela época" e argumentou que "o PMDB está muito vinculado à esquerda ortodoxa, enquanto o PT aproxima-se mais das minhas idéias". Seu companheiro de tabelas, Sócrates, ídolo da maior torcida do Brasil, seguiu-lhe os passos e, no terreno partidário, também defende as cores do petismo. Do gramado para o tabuleiro, o advogado e presidente da Federação Gaúcha de Xadrez, Werner Becker, milita no PT e compara o partido ao Santos dos bons tempos: "Todo mundo tinha seu time mas torcia pelo Santos. Muita gente do PMDB faz o mesmo com o PT".

E no Rio Grande do Sul, terra do trabalhismo, o PT já anuncia novidades para incrementar seus quadros propagandísticos: em breve, um grupo de tradicionalistas e apresentadores de rádio deverá assinar ficha com o partido, numa cerimônia pública, regada a cachaça e chimarrão. A nominata ainda é guardada em segredo, mas sabe-se que inclui gente como a incansável Tia Eva, cinqüentenária radialialista que passa a madrugada mandando recados para motoristas de táxi, tocando música caipira e regionalista, e alfinetando o governo, através das ondas da Rádio Eldorado, líder de audiência; o repentista Formiguinha, um dos mais conhecidos do Estado; o folclorista Glênio Fagundes; e o pesquisador e radialista João Batista Marçal, este filiado há mais tempo.

A inflação do PT: 800% ao ano

Em junho do ano passado, um balanço do PT revelou a existência de apenas 25 mil filiados em todo o país, provocando uma delcaração enérgica de Lula a seus correligionários. "Se ninguém se mexer, teremos que votar nos partidos dos patrões!". A resposta foi imediata: um ano depois, por ocasião das convenções, o número de petistas registrados já superava a marca dos 200 mil — um crescimento de 800%. Há exemplos expressivos: no Rio de Janeiro, em abril deste ano, o PT tinha pouco mais de três mil filiados. Em dois meses, pulou para 32 mil, menos da metade do número de filiados em São Paulo.

Os dirigentes reconhecem que o cumprimento das exigências legais atropelou o processo de formação do partido e que muitas filiações foram feitas sem a necessária discussão. "O PT está legalizado mas ainda precisa ser construído", diz Olívio Dutra. Em todo o caso, o partido realizou convenções municipais em 14 Estados, seis a mais do que a legislação eleitoral exige. São eles: Acre (com 1.500 filiados), Alagoas (2.000), Amazonas (idem), Bahia (7.000), Ceará (5.900), Espírito Santo (idem), Goiás (10.000) Maranhão (4.000), Mato Grosso do Sul (3.000), Piauí (3.500), Rio de Janeiro (32.000), Rio Grande do Norte (1.000), Rio Grande do Sul (20.000), Santa Catarina (5.000) e São Paulo (70.000).

edgar vasques

Futebol

No país do futebol, um e outro vão mal

Claro que o futebol não termina amanhã cedo. Ele tem uma grande capacidade para recuperar-se de suas dificuldades e reaparecer sob outra forma. Isto é, encontrado outra maneira de pagar seus jogadores.

Os jogadores estão cada vez mais caros. É uma queixa comum dos dirigentes de futebol. Só em parte é verdadeira: alguns poucos jogadores, não mais que dez, são bem caros. Os demais custam menos do que um executivo de segundo escalão.

A lista dos que ganham mais de Cr$ 1.000.000,00 por mês (explique-se: salários + prêmios por jogos vencidos + parcela mensal das luvas, isto é, o que o jogador ganha como prêmio por contrato + cachês de publicidade + eventual participação em negócios dos clubes) não chega a cinco: Zico, Sócrates, Leão, quem mais?

O futebol é uma atividade que envolve, em média, 22 jogadores, um time e um time reserva. A contabilidade dos clubes não é publicada nos jornais mas sabe-se que nenhum clube brasileiro suportaria dois jogadores de Cr$ 1.000.000,00 por mês. Terá um, ou nenhum, e mais conco que estão pelos Cr$ 500.000,00 (sempre incluindo todos os ganhos fixos e eventuais). Os demais ganham bem menos.

Um terço destes 22 jogadores mal saíram das divisões inferiores onde recebiam ajuda de custo, quatro a cinco salários-mínimos em média, alta. Então, faça-se a conta:

1 jogador × Cr$ 1.000.000,00 = Cr$ 1.000.000,00
5 jogadores × Cr$ 500.000,00 = Cr$ 2.500.000,00
8 jogadores × Cr$ 250.000,00 = Cr$ 2.000.000,00
8 jogadores × Cr$ 60.000,00 = Cr$ 480.000,00

---

22 jogadores = Cr$ 5.980.000,00

Trata-se da lista de 22 jogadores de clube chamado grande. Tão grande que não deve ter mais do que cinco no Brasil. E não passa de uma lista aproximada dos números reais; há uma consentida arrumação dos salários de modo a permitir uma variação bem razoável. Se o número de ex-juvenís for menor, por certo diminuem os que ganham Cr$ 500.000,00 em benefício dos que ganham aproximadamente Cr$ 250.000,00 e assim por diante. No fim, dá mais ou menos no mesmo.

É caríssimo um time de futebol que custa Cr$ 6.000.000,00 por mês. Seria preciso arrecadar, líquido, Cr$ 1.000.000,00 a cada jogo, e não deixar de jogar ao menos seis vezes por mês. Para isso seria indispensável ocupar todos os domingos e mais duas quartas-feiras por mês. E o que é pior: Cr$ 1.000.000,00 por jogo equivale a uma renda de Cr$ 3.000.000,00 porque 30 por cento são despesas e descontos, e a metade do restante cabe ao adversário.

Não há rendas de Cr$ 3.000.000,00 no Brasil a cada domingo e quarta-feira. Nem em São Paulo. Não é demais: se o preço médio for de Cr$ 300,00, bastam 10 mil pagantes no estádio. Mas acontece que o preço médio não fica em 300 há sócios e menores) e nem a média de público chega a 10 mil pagantes em qualquer estádio do País.

Os Clubes, por isto, não podem viver da bilheteria. Devem viver de outras rendas como da venda de carnês liberados generosa e comprometidamente pelas autoridades financeiras do País, da locação de ginásios, quadras de tênis, futebol sete, da cobrança de taxa de serviços dos sócios piscina, parque náutico, sede campestre, etc) e até da exploração dos chamados jogos de azar no salão de festas.

Diante desta quadro irritam-se os profissionais de marketing entendendo que "se vende muito mal o futebol", fortalece-se a teoria sobre catástrofes, "o futebol vai acabar", repetem-se gerações de dirigentes sempre dispostos a mudar a administração do futebol o caso mais recente é de José Asmuz), atrevem-se alguns a sugerir a padronização geral dos salários com base na elevação dos menores e rebaixamento dos maiores. Enfim, suspiramos todos nós que nem só o País vai mal: o futebol do País também.

Rui Carlos Ostermann

Imprensa

O placar da greve do ABC

Nas páginas do jornal carioca *O Globo,* Lula perdeu de nove a um para Murilo Macedo. No *Jornal do Brasil,* Lula ganhou de 12 a seis de Macedo e na *Folha de São Paulo* o líder metalúrgico derrotou o Ministro do Trabalho por nove a quatro. O placar é o resultado do número de fotos publicadas pelos três jornais durante os 41 dias de greve do ABC paulista e aparece na interpretação de uma pesquisa, feita pela professora Arcelina Helena Dias, da Universidade de Brasília. Ela e seus alunos analisaram 249 páginas destinadas à cobertura da greve, incluindo também o Estado de S. Paulo.

Por enquanto, a pesquisa — ainda não concluída — só revelou coisas mais ou menos óbvias, como a existência, por trás do noticiário dos jornais, de uma ideológia. Em todo o caso, os dados já apurados servem para mostrar que a *Folha de São Paulo* e o *Jornal do Brasil* mantiveram um discreto equilíbrio na cobertura, pelo menos no que se refere a fontes de informações. Outro detalhe já elucidado (ou apenas reafirmado): na imprensa, a greve refletiu-se amis como um confronto entre trabalhadores e governo do que trabalhadores/empresários.

Pela quantidade de títulos de primeira página, a pesquisa observa as preferências dos jornais. *O Globo,* por exemplo, teve o poder Executivo como principal fonte de seus títulos: Executivo, 19 vezes; Trabalhadores, 13; Empresários, nove.

O Estado de S. Paulo circulou 36 vezes no período, mas escreveu 41 editoriais sobre a greve. Dezesseis de seus títulos tinham os trabalhadores como protagonistas e 27 referiam-se a medidas ou ao ponto de vista de funcionários do governo. Na *Folha de São Paulo,* ocorreu maior equilíbrio: por 21 vezes os metalúrgicos foram protagonistas de seus títulos, contra 22 do governo. Quase o mesmo equilíbrio do *Jornal do Brasil,* onde os trabalhadores perderam de 17 a 15 nos títulos. A pesquisa constatou que na *Folha de São Paulo* foram escritos 163 artigos assinados sobre a greve, 12 no *Globo,* 53 no *Estadão* e 45 no *Jornal do Brasil.* Nesses textos, assim como nos editoriais, admite-se a justeza das reivindicações, mas os autores são quase sempre contra o movimento grevista e suas lideranças.

A professora Arcelina, que ao encomendar a pesquisa partiu do raciocínio que a ideologia "é um nível de significação que pode estar presente em qualquer tipo de mensagem, até mesmo em um texto científico", diz que nas primeiras páginas dos jornais os trabalhadores estavam sempre sendo julgados, presos ou sob intervenção: "Isso é importante — diz ela. Os jornais não deram em seus títulos "todos à greve" ou "200 mil parados" — por exemplo. Era mais algo assim como "o ministro não acredita", "o presidente acha", "os empresários consideram que a greve deve terminar".

A Cotrijuí está juntando a semente do Cooperativismo e as sementes da Policultura. Imagine os frutos que isso vai dar.

As sementes do Cooperativismo, tão boas por si mesmas, agora prometem frutos ainda melhores com o desenvolvimento da nossa maior meta: a Policultura.

A Policultura é o caminho onde está a solução que buscamos para a nossa agricultura. Possibilitando o aumento da produção em solos não exauridos, melhorando nossas safras, bem como a vida do agricultor que planta e colhe com maior segurança e maior lucro. Plantando de tudo e comercializando de tudo. Para os brasileiros, a Policultura representa uma mesa mais farta e diversificada. Para o Brasil, a redução das importações e dos problemas que as acompanham, tornando este País grande pelo que planta.

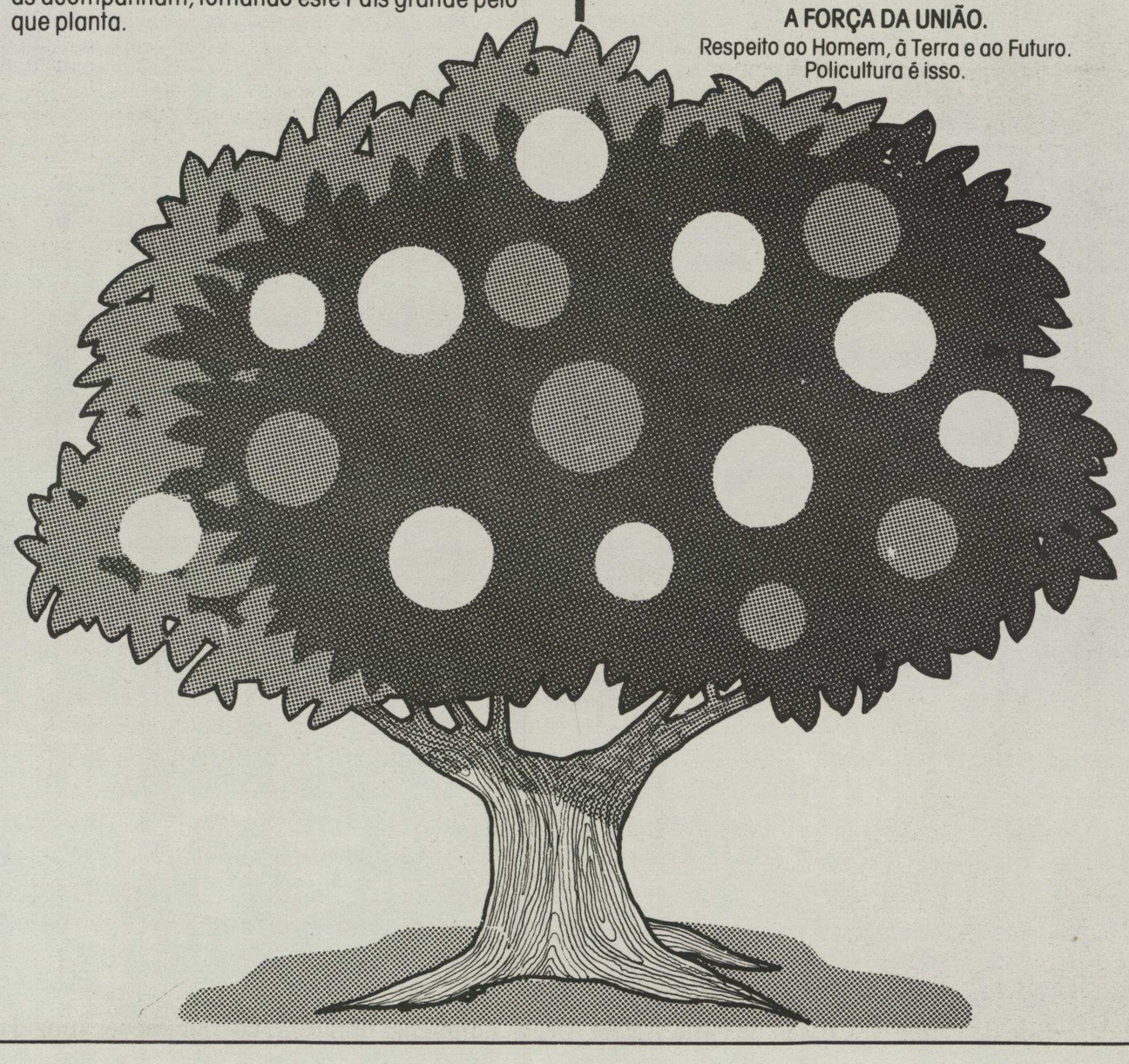
Os associados da Cotrijuí estão conscientes da importância dessa ação para a nossa agricultura e para a nossa economia. E têm orgulho dos frutos que vão colher.

Analise conosco. Plante conosco. Cresça conosco.

COTRIJUI

A FORÇA DA UNIÃO.

Respeito ao Homem, à Terra e ao Futuro.
Policultura é isso.



Cadê a liberdade de imprensa que tava aqui?

• Solidariedade do Clube de Criação de Porto Alegre Alegre à imprensa brasileira, tão duramente atingida, através do COOJORNAL, no seu dever de informar a verdade.

Suspense diferente

***Estado de Sítio,* de Costa-Gavras. Com Yves Montand e Renato Salvatore, breve em Porto Alegre.**

Com exceção de José Carlos Avellar, sempre atento à linguagem e à política do cinema, a crítica do Rio e São Paulo não foi muito favorável a *Estado de Sítio,* que estréia em julho em Porto Alegre. *Veja* chegou a lamentar a excessiva dramaticidade do filme de Costa-Gavras ao tratar de um passado ainda recente e lembrou que apenas 1800 espectadores viram *Estado de Sítio* no seu primeiro dia de exibições em dois cinemas do Rio de Janeiro, sinal mais do que evidente que o filme estaria com sua mensagem defasada.

Pode-se argumentar que o problema é bem outro. Que a abertura brasileira, de cima para baixo é construída à base de salvaguardas, tem mesmo o sentido de dividir, e que isso vale tanto para a política partidária como para a exibição de um filme como o de Costa-Gavras, que esteve anos na mira da Censura. Nosso sistema é certamente menos burro que os críticos, que fazem o jogo da reação disfarçando-se de defensores do distanciamento crítico.

Foi realmente grande a batalha para liberar *Estado de Sítio,* tão grande que perto dela a liberação de *O Império dos Sentidos* parece ter sido consenso. Ainda por cima, *Estado de Sítio* foi liberado com cortes que eliminam todas as referências ao Brasil (a bandeira nacional na cena da tortura, a efígie do Correio Nacional). Duvido muito, porém, que o filme tenha perdido o extraordinário impacto que atingiu o público como um soco numa memorável sessão de 1974, na Argentina, naquele período de transição entre Lanusse e a volta de Peron, quando Cámpora ocupava a presidência.

"CULPADO OU INOCENTE"

A principal crítica que se faz a Costa-Gavras é de que seus filmes são maniqueistas. Segundo esse raciocínio, em *Z* os personagens de esquerda representariam o bem e os coronéis no poder e seus sequazes, representariam o mal. Os primeiros eram puros, íntegros. Os segundos sujos, imorais, hipócritas, perversos. Enfim, cada um vê o filme como quer. Porque esse suposto maniqueismo de *Z* esbarra num dado aparentemente contraditório: o homem que desvenda a situação, o juiz íntegro, é um homem do sistema, de direita. E há a preocupação evidente de mostrar o Santore de *Estado de Sítio* ou o ministro do Interior do recente *Sessão Especial de Justiça* como pessoas comuns. Não são monstros. São pais de família, os típicos bons cidadãos, bem intencionados, mas que desempenham um papel sujo — por ideologia ou mercenarismo.

Estado de Sítio conta a história do seqüestro do agente americano Dan Mitrione em Montevidéu, julho de 1970. Mitrione aparece no filme como Philip Michael Santore. Junto com ele é seqüestrado o cônsul brasileiro Aloisio Dias Gomide (nome real). E o que o filme se propõe, na definição do roteirista Franco Salinas, jornalista de *L'Unita* e *Paese Sera,* não é fazer um filme clássico de suspense, no estilo "Ele vai morrer ou não?", mas levantar outro tipo de suspense: "Ele é culpado ou não?"

Esta é a interrogação que dá sentido a *Estado de Sítio* e que leva o filme a adotar seu peculiar estilo narrativo, mistura de documentário e ficção. Ele, o homem que está sendo julgado, é Santore ou Mitrione, um dos muitos agentes americanos que, utilizando-se do disfarce de organizações pacifistas e assistenciais, vieram dar aulas de tortura e assessoramento a regimes ditatoriais no Cone Sul. Eles, que se opõem a Santore ou Mitrione, são os Tupamaros, que só puderam ser desarticulados no Uruguai ao elevado preço da destruição do próprio país, tão infiltrado estava o movimento subterrâneo em todas as camadas da sociedade.

DIDÁTICA POLÍTICA

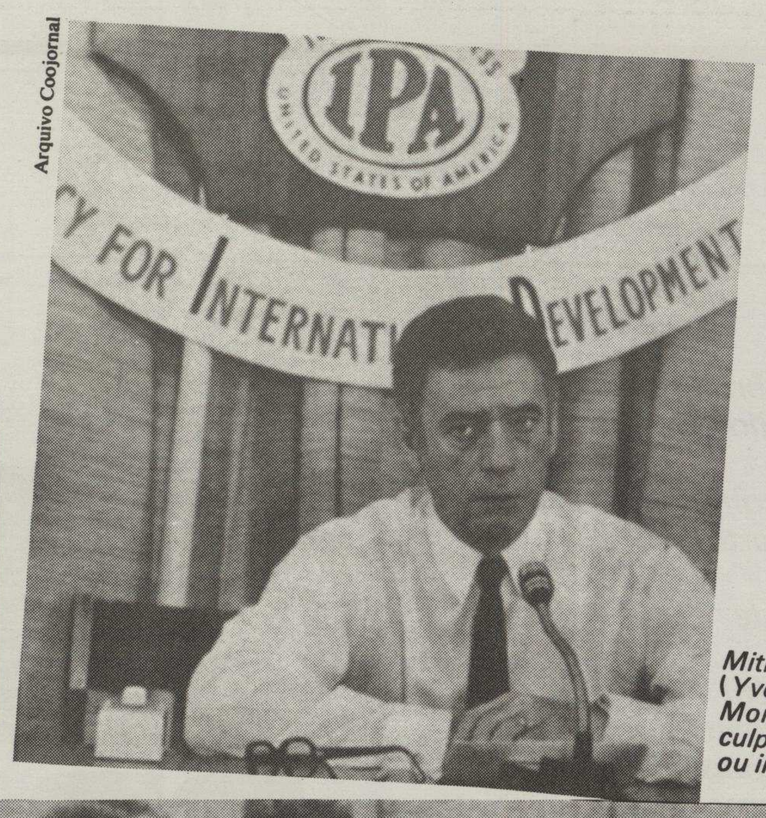
Com estes dados explosivos, não é de surpreender que o filme às vezes seja mesmo exageradamente dramático. Costa-Gavras vinha de *Z* e *A Confissão* na época. Não tinha conseguido derrubar o regime dos coronéis na Grécia mas havia ajudado a desmoralizar De Gaulle, segundo o depoimento (talvez também exagerado) de François Truffaut. Sonhava, de certo, com um filme atuando diretamente contra a realidade, no sentido de mudar as consciências rapidamente. Se isto é um pecado, subscrevo embaixo.

Poucos filmes vão tão a fundo na decifração desse dado. Ele é culpado ou não? Para responder a esta pergunta, ou para fornecer ao espectador elementos para que ele, numa exterioridade, responda a esta pergunta, Costa-Gavras e Salinas enchem o público de informações sobre as formas como os agentes do capitalismo e das multinacionais agem na nossa América Latina, especialmente no Cone Sul. E ainda realiza, em termos de *mise-en-scène,* isto é, em termos de puro cinema, uma proposta belíssima.

Suas cenas começam ou terminam com planos que mostram o olhar do homem comum, do homem das ruas, que está sempre testemunhando as coisas que se passam, como se passam. É dessa forma que ele nos projeta no filme. Nós também somos parte deste povo que olha de fora os acontecimentos. Mas cabe a nós decidir qual é o verdadeiro terrorismo, se o praticado por Santore-Mitrione ou o dos Tupamaros. *Estado de Sítio* é um notável exercício de didática política, aberto à participação do público, como certos críticos infelizmente não souberam compreender.

Luis Carlos Mertem

Arquivo Coojornal



Mitrione (Yves Montand): culpado ou inocente?

Arquivo Coojornal

*Cena de tortura em **Estado de Sítio:** exageradamente dramático?*

Taras

Vêm aí os guetos da sacanagem

Assinado no último dia 23 de junho o decreto presidencial que cria as salas *restritas,* para exibição de filmes considerados pornográficos. Ainda não está definido muito bem como elas vão funcionar, mas a idéia é criar guetos para exibição de espetáculos considerados sujos e que, logicamente, só serão freqüentados pelo público de cabeça também suja. A medida visa disciplinar a onda de sexo que tomou conta do mercado brasileiro. Realmente, a abertura aí foi para valer. Estamos no limiar da permissividade total, e isto preocupa pais de família e autoridades.

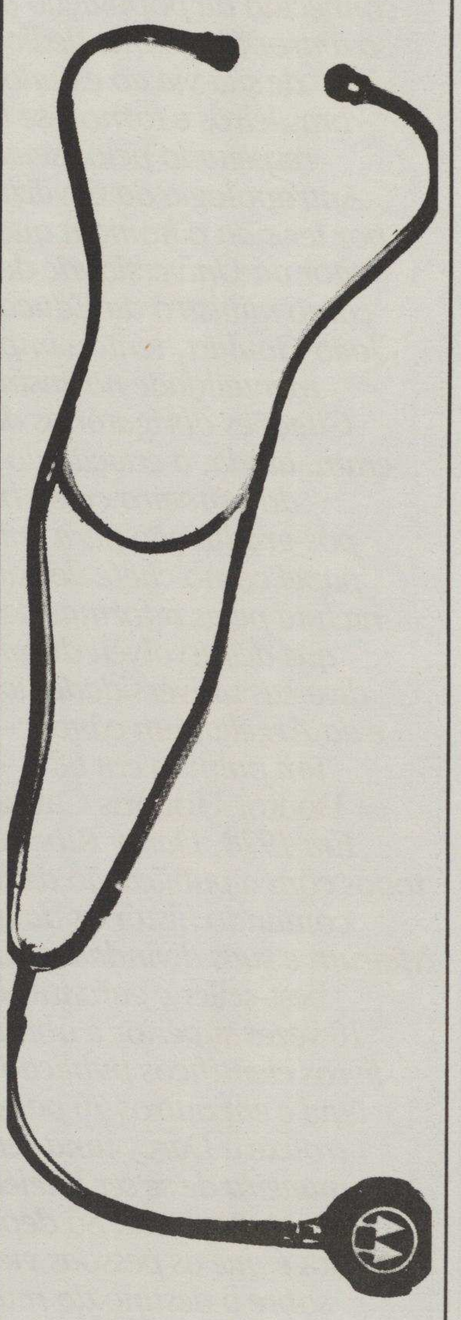
O psicanalista Eduardo Mascarenhas tem uma opinião interessante a respeito. Ele acha que só a saciedade mata a fome. Em resumo: nosso público foi privado tanto tempo destas coisas que agora quer *ver.* Com o tempo, é provável que ocorra um refluxo. O público vai terminar se cansando e o mercado ficará restrito por si mesmo. Mas esta é uma atitude racional diante do assunto. Os brucutus da moralidade querem salvar a família agora, e de preferência à base de um novo arrocho da Censura, como se as Vanessas e as Emmanuelles fossem o grande problema do país, atualmente.

É extremamente discutível, inclusive, esta noção de pornografia. Pornográfica, por exemplo, é a própria Censura quando libera os filmes com indicações do tipo "Sugestão de sexo e violência" (a impropriedade é 14 anos), e permite aos cinemas embandeirarem sua fachada chamando justamente para isso. E depois, o que é espetáculo pornográfico para uns pode não ser para outros. O grande campeão de bilheterias do cinema brasileiro, *Eu Te Amo,* é arte ou pornografia? Quem vai definir isto é o que os críticos se perguntam.

E há outro aspecto polêmico levantado por Beatriz Schiller em correspondência sobre o assunto para o *Jornal do Brasil.* Ela conta que somente em Nova Iorque houve dezenas de processos de associações de bairros e famílias contra empresários que queriam instalar salas restritas nas suas redondezas, em 1980. A explicação é que a sala termina polarizando um tipo de comércio ou de público, abrigando prostitutas, viciados, homossexuais e caubóis da meia-noite. A conseqüência é a especualção imobiliária, a partir da desvalorização destas áreas. Em Porto Alegre, significativamente, o exibidor está pensando em transformar em salas restritas o Ritz e o Coral, situados em dois dos bairros mais tradicionais da cidade, Petrópolis e Moinhos de Vento. Já pensaram?

L.C.M.

UMA COOPERATIVA DE MÉDICOS



A segurança de um atendimento com cobertura em todo o território nacional.
A qualidade do *Sistema Unimed* com atendimento no próprio consultório particular do médico escolhido.
O custo mais baixo, conseqüências de um sistema sem intermediários.
Estes são os fatores que fazem do *Sistema Unimed* o melhor para a Assistência Médico-Hospitalar da sua empresa ou família.

UNIMED

Porto Alegre — RS
Rua Santa Terezinha, 345
Fones: 31-1162 e 31-1677

Darcy Ribeiro

"A POLÍTICA BRASILEIRA SEMPRE FOI SACANA"

Quando retornou ao Brasil, em outubro de 1977, após mais de 10 anos de exílio, o professor Darcy Ribeiro ficou conhecido da população mais jovem como o antropólogo que dedicou grande parte de sua via ao estudo dos índios brasileiros e tornou-se mundialmente respeitado pelos seus Estudos de Antropologia da Civilização. Também por ter sido o homem que, primeiro como reitor da Universidade de Brasília, depois como ministro da Educação do governo João Goulart, tentou implantar uma nova mentalidade no ensino brasileiro. Citações obrigatórias de sua biografia eram, ainda, a criação do Museu do Índio, do primeiro curso brasileiro de pós-graduação para antropólogos, seu papel como chefe de gabinete de Jango na luta pelas reformas de base, o trabalho que desenvolveu durante o exílio em diversas universidades latino-americanas e da Argélia, um câncer — que lhe roubou um pulmão em 68 —, e o título de Doutor Honoris Causa *da Sorbonne.*

Em 1978, Darcy Ribeiro surpreendeu a todos com a publicação de um romance, Maíra, *contando histórias da imaginária tribo Mairum e suas divindades. O romance logo virou* best-seller *e garantiu-lhe uma renda 10 vezes superior à obtida com seus nove livros científicos publicados anteriormente, aqui e em outros 70 países. A experiência trouxe a Darcy uma certeza: "A única maneira de se ser intelectual no mundo é ser romancista. Só depois que publiquei* Maíra *é que as pessoas vieram perguntar-me sobre o destino do mundo, a terceira guerra mundial, se vale à pena ir à Marte".*

Apaixonado, polêmico e vaidoso — parodiando sua própria afirmação sobre Gilberto Freyre, "ele gosta que se enrosca de si mesmo", Darcy Ribeiro não se furtou à esta nova condição: escreveu livros, fez palestras e deu inúmeras entrevistas falando sobre tudo e todos. Seu tom passou a ser o do homem que não está apenas preocupado em acrescentar um dado a mais ao saber acadêmico, mas o de quem luta por inquietar as pessoas, tirar-lhes o sono, fazê-las pensar. "Um Amazonas verbal", como bem definiu-o o humorista Jaguar.

Detentor de um sólido conhecimento da evolução da humanidade (para escrever O Processo Civilizatório *estudou a fundo 10 mil anos de história), experiente e engajado politicamente (em 79, alistou-se no PDT de Leonel Brizola), apaixonado, vaidoso, Darcy transformou-se num dos poucos pensadores brasileiros que não teme discorrer sobre o que quer que seja, independentemente de títulos e especializações.*

Aos 58 anos, prestes a lançar seu segundo romance, O Mulo *— do qual publicamos um capítulo inédito nesta edição —, Darcy Ribeiro comprova mais uma vez sua condição de pensador corajoso ao tratar de temas tão diversos como o feminismo, a questão da terra, a literatura, a televisão, os partidos políticos, a juventude, o amor, a União Soviética e o futuro, nesta entrevista à repórter Thaís de Mendonça, do* **Coojornal.**

— Primeiro foi *Maíra,* agora *O Mulo.* Por que o antropólogo Darcy Ribeiro, um cientista, se iniciou na trilha do romance?

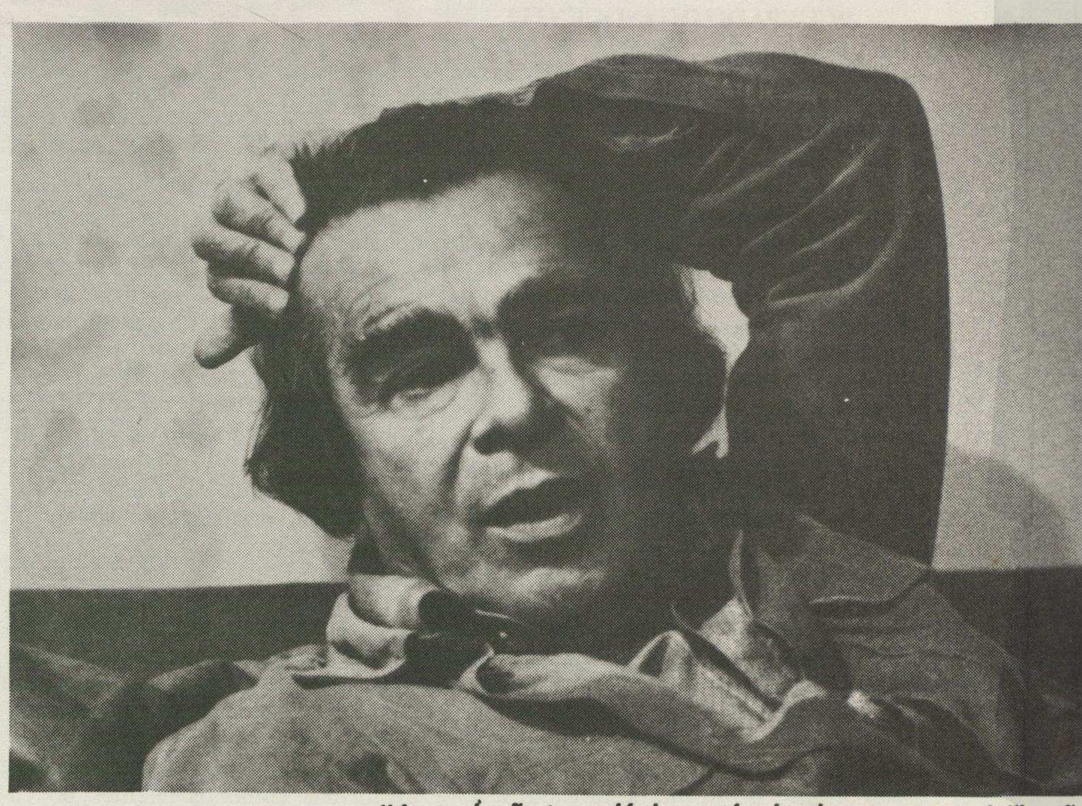
— Embora eu seja um intelectual, toda a minha realização como *intelectual científico* não é uma décima parte da minha realização como *intelectual romancista.* Na realidade, a única maneira de se ser intelectual no mundo é ser romancista. Só depois de publicar o meu primeiro romance, *Maíra,* é que as pessoas começaram a me perguntar sobre o destino do mundo, sobre a terceira guerra mundial, se vale a pena ir a Marte.

Com nove livros publicados, 70 edições em diferentes países, sinto que existe uma diferença fundamental entre escrever ciência e escrever literatura. Quando discorro sobre antropologia, eu tomo as rédeas do trabalho, me cavalgo e me dirijo. Quando escrevo literatura — a experiência intelectual mais intensa que já tive na vida — é o contrário, é a literatura que comanda. E esse livro novo, *O Mulo,* foi *vomitado* pelo meu inconsciente. Em alguma parte do inconsciente um romance se constrói como estrutura e sai *vomitado.* É totalmente diferente de um trabalho científico, onde você se dirige, você comanda.

— O que conta mais: imaginação ou intuição?

— Há muito de intuição. Não se sabe qual é o caminho da inferência científica, mas é um processo muito mais controlado, racionalizado, e, portanto, artificializado. Se tomarmos a informação que foi sobre como vive uma tribo indígena em *Maíra,* o leitor percebe o que é uma tribo indígena em sua complexidade: qual a função do parentesco, a forma da aldeia, a religião, a relação da religião com a casa, com a morte. Agora, se você quiser estudar este assunto cientificamente terá que ler pelo menos 50 livros. Porque essa informação está dispersa e atomizada.

Na ciência, tudo se constrói aos pedacinhos e não se pode referir senão apenas aquilo que se viu, o caso concreto. E há outro aspecto que eu considero importante: ao me dedicar a um ensaio científico, eu me armo contra o autor, discuto com ele. Com o romance, não. Ou você abre as pernas e se entrega, e se deixa ser possuído, ou você não goza. Então, o romance alcança uma intimidade com o leitor que é uma maravilha de experiência.



"A revolução tecnológica está criando uma nova civilização

— Por que você diz que *O Mulo* é um romance erótico?

— Na verdade, os dois romances são eróticos. *Maíra* representa a proclamação de que é legítimo gozar. Entre os mairuns, volta e meia Deus desce e entra na cuca dos homens para dar um fodinha. É uma beleza que a divindade queira fazer o amor, e entre na cuca de uma mulher para sentir o corpo dela, possuí-la, ou no corpo de um homem, para usá-lo, para sururucar. Nada da marca da perdição judaico-cristã de que todo o gozo é pecaminoso. Os índios não têm absolutamente este sentimento. Para eles, o amor físico é uma coisa boa, agradável, gratificante. Então, *Maíra* está cheio de erotismo neste sentido, de gente que gosta de fazer o amor.

— E em O Mulo?

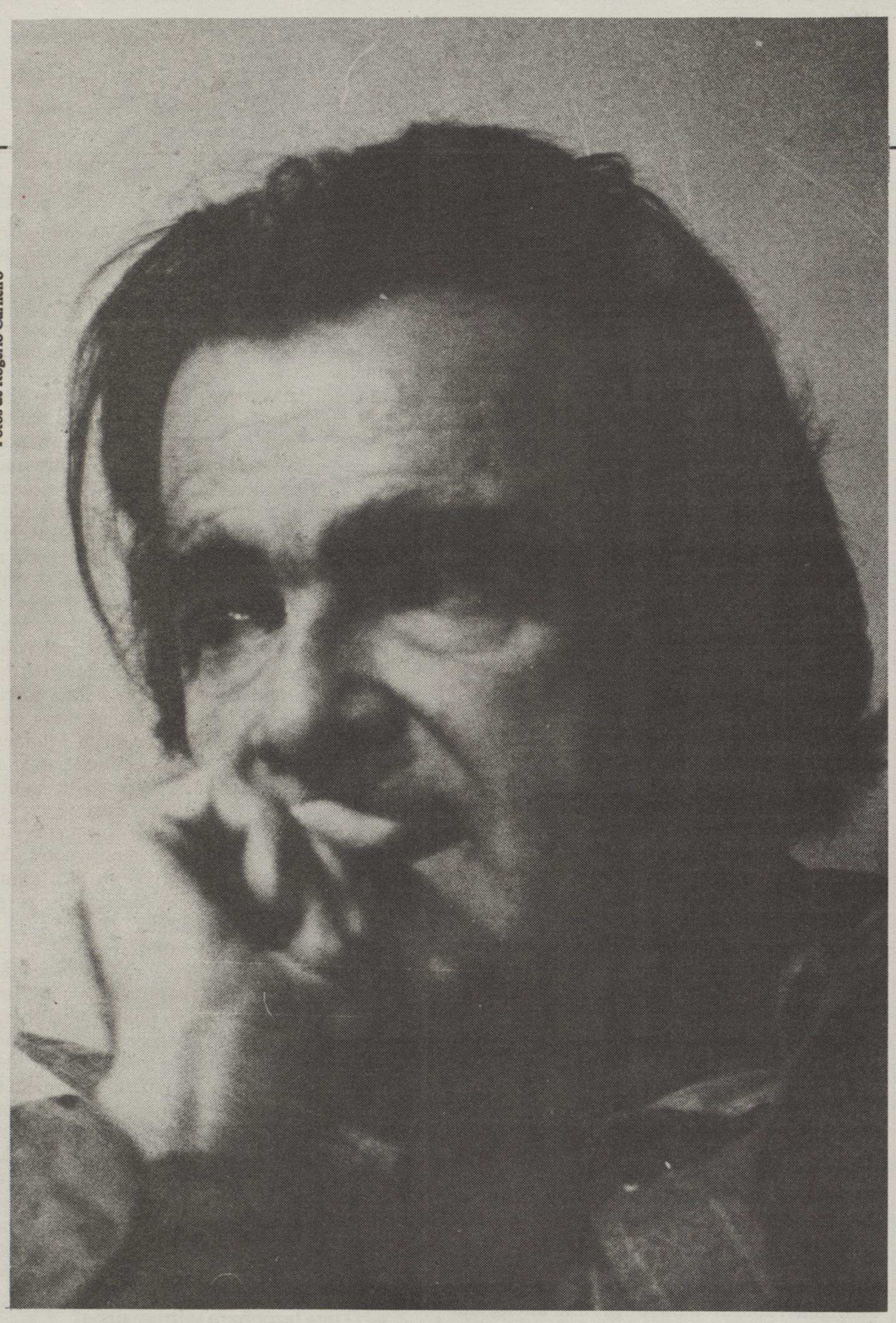
— Já em *O Mulo* — eu costumo chamá-lo de antierótico porque mostra alguém que conta todos os seus amores como um pecado —, um fazendeiro, pressentindo sua morte, resolve escrever a confissão. Ele diz que caiu em tentação nos rodeios com as negrinhas de Goiás, da fazenda, narra com detalhes os rodeios, depois as relações com as mulheres. Um homem incapaz de um amor completo, de um amor pleno e talvez por isso mesmo, com tantos amores. Isto tem um sentido profundamente erótico (como Eros, como amor) mas tudo realizado em linguagem própria e o tom de quem confessa — muito claramente e muito cruamente — amores que são pecados, daí a interpretação minha como antierótico.

— E nesta história o que tem de você, dos seus amores?

— Todo romance é uma autobiografia inventada. Eu estou tão presente ali como muito mais gente que eu conheci. Muitas vezes, o personagem se mostra o oposto de mim, na medida em que estou interessado em entender até o último limite alguém que não sou eu. Alguém que vejo como o outro. Agora, é claro que muitas vezes também sou eu.

sta:

iro



Fotos de Rogério Carneiro

— Você não falou dos seus amores...

— Sou casado pela segunda vez e muito bem casado. Em relação ao meu primeiro casamento, acho que não interessa falar, interessa? Há uma diferença de idade muito grande entre eu e minha mulher, Cláudia, o que vejo como uma coisa muito linda. Eu tenho 58 anos, minha mulher, 26.

— E filhos, você nunca quis tê-los?

— Calma, eu ainda vou ter. Ainda há tempo. Qualquer dia eu vou ter meus filhos.

— Voltando a *O Mulo,* o personagem *Philogônio,* segundo sua tese, seria uma reinvenção do autor Dacry Ribeiro. O fato de você ter tido câncer no pulmão e ele, enfizema pulmonar, os torna parecidos?

— Mas eu não sou parecido com ele, não. algumas pessoas que leram *O Mulo* achavam que havia um correlação entre aquela tristeza sem fim, a presença da morte como uma experiência imediata, com a idéia da vulnerabilidade: eu sou mortal, eu vou morrer, eu me preparo para a morte. Muitos — sabendo que eu tive câncer e que isto significa admitir a própria vulnerabilidade, significa saber que não há escudo contra a morte — imaginam que eu e *Philogônio,* somos a mesma pessoa. A estrutura do livro com estes componentes, as anotações básicas, porém, foram anteriores à minha doença. O livro não expressa uma experiência pessoal. Só se fosse algo como uma premonição.

— Você é religioso, foi educado segundo a religião católica?

— Fui, numa família católica, num colégio católico, sem nenhum exagero, como um menino brasileiro comum. Eu sei mais catolicismo que a maioria das pessoas porque gosto muito de música e canto gregoriano, missas cantadas me interessam bastante. Sou capaz de acompanhar o texto latino de uma missa sabendo mais ou menos do que se trata. No entanto, assim como o personagem de *O Mulo* se vê um predestinado — Deus o fez para ser assassino, o seu fado é matar —, se eu não sou religioso a culpa também é de Deus, ele que se vire.

Realmente, não fui iluminando pela fé e, já pequeno, achava que o negócio de religião era para imbecil. Pois a melhor forma de alguém se converter ao ateísmo rapidamente, em Montes Claros, era cometer *pecado solitário.* O padre ia logo perguntando, no confissionário: — Cometeu pecado solitário? Então... Eu, cheio daquilo tudo, resolvi logo fazer um concurso de masturbação com outros meninos da cidade. E rompi de vez com Deus.

> *"Minha tarefa como ser político não é a revolução socialista. Minha luta imediata é para que o povo volte a ter influência na definição de políticas"*

— E quem é o Darcy Ribeiro de hoje?

— Um homem descontente, um intelectual questionador. Eu não gosto do mundo como ele é porque sou perfeitamente capaz de conceber o que poderia ser, o que ele deve ser. Nós herdamos uma das províncias mais belas da terra, com um povo que reúne o talento dos índios, dos negros, dos brancos, do mundo inteiro. Mas tudo isto está frustrado, já que não podemos desfrutar de nossas potencialidades. Todo o sistema social brasileiro existe para impedir o povo de se realizar. Nem às necessidades mínimas, de que todo mundo coma todo o dia, nem a isto conseguimos satisfazer.

Durante anos as classes dominantes brasileiras se consolaram com ilusões, para não atribuir a elas próprias o fracasso do Brasil. O atraso e o subdesenvolvimento eram atribuídos a hipóteses impalpáveis como a da juventude (éramos *um país de jovens*), ou a de um país pobre, ou a da mistura das raças, a origem portuguesa, as raízes católicas. Tudo serviu como desculpa, mas nenhuma destas explicações ficou de pé. Como intelectual apaixonado que sou, todas estas preocupações impregnam minha obra. O que eu sou, na verdade, se concentra em poucas palavras. Um intelectual que acha que o mundo podia ser melhor. Uma pessoa que quer passar o mundo a limpo.

— E como o Brasil podia ser passado a limpo?

— Esta é a tarefa fundamental. Eu participei do governo de Jango (*Darcy Ribeiro foi chefe da Casa Civil e ministro da Educação de João Goulart*), que muita gente pensa ter caído por seus defeitos. Eu vivo afirmando que não. Ele foi derrubado por suas qualidades. Nenhum governo brasileiro ameaçou o latifúndio como João Goulart. Nenhum latifundiário do Brasil duvidou que Jango, latifundiário, ia acabar com o latifúndio. Não havia nenhum perigo de comunismo ali. O que havia, sim, era a possibilidade concreta de que mais gente vivesse melhor e comesse mais.

Aquilo pelo que nós lutamos agora, a minha tarefa como ser político, não é a defesa da propriedade social dos meios de produção, não é a revolução socialista. A minha luta imediata é para que o povo volte a ter uma influência na definição de políticas do governo. Para que a política seja plantar feijão — que o povo come —e não plantar soja. É tão fácil fazer este país melhorar, basta fazer o que todo mundo fez: escola pública e saúde para a população. Coisas simples com os recursos que temos, desde que se mude a regência, desde que a ordem do acesso à terra não seja determinada pelos fazendeirões, que não surjam militares-servos desta riqueza infecunda, desta classe dominante medíocre cujos líderes funcionam como os tutores da Nação.

A nossa luta é para organizar a população debaixo de todas as lutas, de todas as vicissitudes e dificuldades que *eles* procuram apontar, organizar a população para que ela volte a eleger livremente os homens fiéis a ela. Que passem o Brasil a limpo, no sentido do acesso à terra, no sentido do controle das multinacionais, da recuperação de nossas riquezas, da responsabilidade da empresa pelo trabalhador. Um trabalhador não pode ser posto fora, como não se joga capital pela janela. No sentido das garantias mínimas das liberdades, no sentido, sobretudo, de que não corramos o risco de virmos a ser torturados, presos, assassinados, como aconteceu em conseqüência daquela posição absurda, antihistórica, de 64, que se resumiu em proibir o Brasil de dar curso a certas reformas básicas, necessárias há séculos. O Brasil, meus amigos, está atrasado porque foi proibido desde sempre de se realizar. E ainda está proibido.

— Você tocou em dois pontos cruciais da realidade brasileira: a questão da terra e as classes dominantes...

— Sim, estes são assuntos palpitantes. Um tijolo do fazimento do brasileiro é o negro, o outro é o índio, mas o tijolo essencial, a argamassa, o cimento com que esta parede Brasil foi construída é o fazendeirão. A cobiça, a maldade, a malignidade, a brutalidade, a capacidade de gastar gente para construir uma pecúnia, e a determinação de controlar o destino de todos os outros — não para que os outros comam, não para que vivam, mas para que se exerça como dono, patrão, senhor, regente.

— E até que ponto isto nos influenciou realmente?

— O fato de termos sido a última nação do mundo a acabar com a escravidão teve suas conseqüências. Quando você caça na África um menino, um rapaz ou uma moça, tira-os da sua vida, da sua concepção, da beleza de uma existência pré-mercantil e o joga em terra estranha, convertido num bicho, para aprender a fazer coisas debaixo do chicote, debaixo do berro do capataz, ele é desumanizado. Obrigado a esquecer sua língua, este homem se desfaz, a imensa riqueza cultural e artesanal africana, a herança de seus ancestrais ele só pode guardar no fundo do peito, bem escondido.

Ao assistir ao carnaval carioca, a maior festa da terra, uma festa negra, um detalhe sempre me espanta: como este negros conseguiram preservar sob tanta tristeza toda esta imensa alegria que é capaz de estalar com 300 mil pessoas dançando? Nada acontece impunemente. Assim como o escravo foi coisificado, reduzido em sua humanidade, o senhor também foi coisificado no papel pior. O escravo, de alguma forma podia se reerguer, ostentar a dignidade de lutar pela própria liberdade. O senhor brasileiro está marcado por sina pior. Ele é condenado a defender o opróbrio, a escravidão, a miséria, a tortura, o gastar gente, e é claro que quando você, por séculos, faz isto e quando um mesmo dono continua dono da mesma terra onde houve escravos e trata eles com descaso, tudo vira procedimento rotineiro. Gente é mesmo a matéria mais reles no Brasil, ninguém se comove com gente morrendo de fome, ninguém se preocupa com o fato de que, para mais da metade dos brasileiros, a fome é uma experiência, senão diária, semanal.

> *"Vejo com enorme alegria, mas também com muito medo, a coragem com que a mulher brasileira está se passando a limpo, revivendo"*

— Num país com tanta terra, metade da população morre de fome por não ter acesso a ela...

— Você vê, em 1850 o Brasil define sua lei de terras. Em 1860, os Estados Unidos a deles. A lei de terras do Brasil de 1850, de forma aparentemente doce suave, afirma que a forma da propriedade é a compra. Uma coisa limpa, aparentemente honesta. Você só pode ter uma propriedade se você comprou do Estado ou de um particular. Atrás desta frase, está dito: não adianta fazer posse, porque se você não comprou não é sua. Não adianta chegar e montar casa naquele lugar onde estão os lavradores do Bispo Casaldáliga, lá no Sul do Pará, que era um deserto total: não adianta você ficar 20 ou 30 anos e fazer um casebre e uma roça, porque aquela terra é da Volkswagen, foi ela quem comprou. E o índio que está lá é invasor. No dia em que Ludwig aportou aqui, o caboclo que morava em seu cantinho de terra também era invasor.

Já nos Estados Unidos, dez anos mais tarde, a forma da terra é a posse. Quem quer que tivesse uma casa e uma roça podia marcar em volta 120 acres, que são 30 hectares. Todo o Oeste do país foi dado em pequenas propriedades. A prosperidade, lá, é baseada nisto. Aliás, exatamente como no Brasil : onde há pequena propriedade, há prosperidade popular. O que faz com que algumas áreas do Sul do Brasil tenham uma certa prosperidade não é a qualidade da raça ou da cultura alemã, mas sim o fato de que, como vieram para cá privilegiados (inclusive por que vieram *melhorar a raça*), para os estrangeiros se destinou pequena propriedade. Onde o alemão, o polaco ou o italiano se instalou sem terra ele caiu na miséria e se acaboclou. O italiano que veio para São Paulo é o operário que está trabalhando com o Lula.

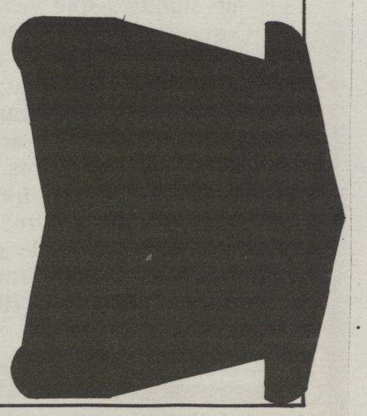
— Darcy, mudando de assunto: qual é a sua opinião sobre a mulher brasileira hoje?

— Em primeiro lugar, em segundo, terceiroe, quarto e quinto, a mulher brasileira é mulher. É fêmea, é feminina, dengosa, capaz de amor, de ternura em níveis muito altos. Eu acho que há na mulher brasileira, talvez pelo clima tropical, uma predisposição dupla de ternura e gozo no corpo que é muito bonita e só a comparo com a italiana . As duas têm alguma coisa em comum.

— Seria o temperamento latino?

— Não sei, porque nos dois casos são duas nações católicas, latinas também, embora o que penso ser fundamental é a presença do corpo como uma possibilidade de vida e paixão. Por outro lado, o que vejo com enorme alegria, mas também com muito medo, é a coragem com que a mulher brasileira está se passando a limpo, revivendo.

As mulheres do mundo inteiro estão en-



Entrevista: Darcy Ribeiro

frentando a experiência mais profunda que já se viveu. Nós estamos no meio da vertigem e da voragem da revolução da pílula. A pílula permitiu à mulher assumir o seu corpo e assumir o sexo como algo mais concreto. Assim como o homem podia tomar a mulher e fazer amor por puro amor, também a mulher pôde tomar o homem, usá-lo segundo sua vontade. A distância que existe entre uma mulher de 20 e uma outra de 40, entre mãe e filha, é maior do que entre aquela mãe e a primeira portuguesa que chegou ao Brasil. Isto sim, me dá um pouco de medo como antropólogo e ser humano: é toda uma geração vivendo uma situação pioneira, com uma coragem incrível de se exercer, de se desempenhar.

— E como fica o amor?

— Aí já é outra história. Às vezes penso que a atitude aqui é parecida com a que ocorreu na Europa depois das guerras, ou seja, uma certa sofreguidão na permissividade. Suponho que, por isto, tenda a haver regras. Por exemplo, quando eu comparo a moça brasileira de hoje com a moça francesa comum, ou à alemã, à italiana, à argentina, à mexicana, observo algumas diferenças. Como todos os países possuem divórcio, a legitimidade de uma relação concentra-se na idéia de que esta *pode* ter continuidade, raramente se admite a transa pela transa. Ou seja, o que dá dignidade ao contato entre duas pessoas é o fato de que aquilo representa o começo de alguma coisa. Aqui se dá muito menos ênfase a isto. Eu suponho que vá haver acomodação, que o pó vá assentar.

— Qual a sua opinião sobre a juventude brasileira?

— Nunca houve uma geração tão bonita quanto a atual. Quando vêm amigos estrangeiros ao Rio, eu sempre mostro dois aspectos: Ipanema e Madureira. a raça que já comeu, que come há duas gerações — aquela exuberância das tribos de Ipanema — e a raça que não comeu, cara pálida, boca sem dentes, que vive na favela. Esses contrastes são muito gritantes.

— O que você sente em relação a estes meninos de Ipanema, aqui tão próximos de sua casa?

— O Brasil, hoje, é muito mais parecido com Ipanema do que se imagina. Em cada cidade do interior os meninos se amoldam, o pessoal está copiando a televisão, me assusta um pouco esta *ipanemização.* Não que eu queira conservar na geladeira o Brasil exótico. Mas os critérios com os quais se está difundindo o Brasil novo são os critérios de que é bom para o jovem brasileiro o que é bom para vender Coca-Cola ou uma marca de cigarro. O mundo, hoje, pede aos jovens que ousem reformar este mundo que recebem tão ruim e, sobretudo, que se coloquem contra a minha geração, acusando: — Você tem alguma coisa a ver com Hitler, com a guerra do Vietnã, você podia estar contra, mas não lutou contra. É uma atitude radical, mas vocês, jovens, fazem as regras. A regra é experimentar, aceitando a margem de erro implícita na tentativa.

— O aumento da população jovem e a ascensão da mulher marcaram definitivamente o nosso século. O que representam estes fenômenos?

— As mulheres entraram valentemente no mercado de trabalho. Hoje, a quantidade de mulheres colocadas profissionalmente multiplicou por várias vezes o número das que trabalhavam no passado, estendendo-se às classes média e abastada. A revolução da pílula, a revolução do trabalho, a responsabilidade de ter colegas, de meter-se na vida com um senso outro de construtora dá à mulher uma integridade que a contrasta muito com a geração anterior, das dondocas, das bobocas.

Há dados, hoje, meio espantosos. Quando eu estava na Universidade, as mulheres — coitadinhas — chegavam a apenas 5%. Atualmente, 63% das matrículas são de mulheres, o que significa que elas invadiram as escolas. Costumo dizer, brincando, que daqui a pouco as meninas vão ter que fazer um abaixo-assinado pedindo que deixem os meninos, mesmo burros, entrar com seus 50%. Isto porque os meninos, aos 18, 20 anos são sempre muito malandros, ao passo que as meninas, *cdf,* sentam, torram e acabam ganhando o concurso. Ora, uma das funções da Universidade é a de ser uma agência matrimonial. Se o sexo feminino ocupa hoje 60%, amanhã podem ser 70, 80, 90% e aí perde a graça.

Paralelamente a isto, provou-se que as mulheres têm capacidade para o trabalho e em determinadas áreas elas começam a se graduar em número maior que os homens. Então, há um exército de mulheres tomando conta deste país. É bom, porque o que os homens fizeram até agora foi um negócio muito feio. Eu estou supondo que, no lugar destas mulheres-amostras que entram no Senado — tão comemoradas, tão notícia — amanhã terá que ter metade do Senado de mulheres, metade da Câmara de mulheres. Elas, com seu senso concreto de quem pare gente, de quem constrói gente com a barriga, de quem chora a dor de um filho como se fosse a sua, podem mudar a política brasileira — que sempre foi tão sacana — e dar a ela seriedade. O que os homens fizeram até agora com este país foi um negócio muito feio.

"Se o partido do Governo consegue ainda conquistar algum jovem, é porque este jovem já nasceu corrupto, já nasceu velho e sem vergonha"

— Que negócio foi este?

— Há muitos equívocos na questão da política brasileira. Uma delas centraliza-se sobre a idéia generalizada de que brasileiro não sabe votar, não sabe escovar os dentes. Ao contrário, acho que o povo é exigente, ele sabe votar, sim, contra a classe dominante pretensiosa, os falsos líderes que assaltaram o poder. Os homens que serviram à política brasileira nos últimos tempos são todos homens de negócios, financistas, ganhadores de dinheiro, gente que quer lucrar. Lucro, em latim, significa logro. Lucrar é lograr e são os logradores e não os estadistas que estão aí. Tipos como Roberto Campos, Delfim Netto, Mário Henrique Simonsen deviam ser proibidos de passar a quilômetros da Praça dos Três Poderes porque o coração deles só balança pelo lucro das empresas.

Este é um país que subsidia a exportação e deixa as pessoas morrerem de fome aqui dentro, que planta soja para dar lucro e esquece propositadamente que a comida do pobre é o feijão. Já imaginaram introduzirmos uma política na França que fosse contra a produção de camembert, champagne, vinho e trigo e, em lugar disto, orientasse para se plantar soja? Não se concebe semelhante situação em nenhuma nação decente, pois a terra é destinada a alimentar a população. Política, então, aqui, significa aliança mancomunada dos ricos, de um patronato que tira seu poder da exploração econômica e um patriciado de generais, professores universitários, até líderes sindicais. Aquele setor que dita a linha política é, em verdade, um corpo de empregados estrangeiros, os gerentes das multinacionais.

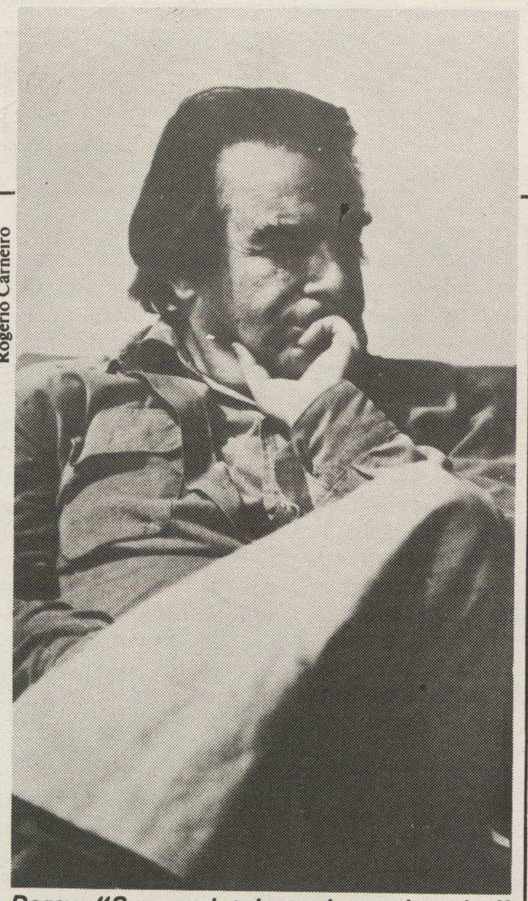
— Será por isso que a grande maioria dos jovens brasileiros está desencantada com a política?

— A juventude está contra a política. Contra invenções que nos matam de vergonha como a do decreto secreto. Decreto significa édito, publicado, exibido. Decreto secreto é uma coisa completamente doida, de alguém irresponsável que encontrou uma sacanagem e depois esconde o que fez porque é sujo. Qual o jovem que se interessará por políticos que fazem decreto secreto, expressão da antipolítica?

Pior, porém, é a invenção do senador biônico: Determina-se que a terça parte do Senado seja nomeada pelo presidente da República (senão eles perdem a eleição), num desrespeito tremendo ao direito de votar.

Se o partido do governo ainda consegue conquistar o coração de algum jovem é porque este jovem já nasceu corrupto, já nasceu velho, sem vergonha. Um moço que, aos 20 anos, queira ingressar no PDS não pode ter nenhuma ideologia: ele entra por fisiologia.

— Então esse desencanto dos jovens com a política é um bom prenúncio...



Rogério Carneiro

Darcy: "Sou um intelectual questionador"

— Um dos dos temores que eu tinha, no tempo do exílio, era de que a juventude tivesse sido imbecilizada no Brasil. O que estão fazendo com nossas crianças? — eu perguntava — ouvindo nos discursos que o Castelo Branco é bonitinho, que ele é até alto, até guapo, engolindo a doutrinação das aulas de Moral e Cívica do primário à universidade. Ao voltar ao Brasil, minha maior alegria foi verificar que o grande milagre brasileiro não foi o das medidas econômicas do Delfim, mas sim o de que a Educação Moral e Cívica não deu certo.

Nunca houve uma geração como a de hoje. Eu sou chamado diariamente para fazer conferências, não que queiram ouvir a mim, fulaninho de tal, mas porque querem ouvir o intelectual contestatório, de postura socialista. O meu discurso tem uma repercussão que nunca teve. O meu sentimento é o de que a minha geração se multiplicou por mil. Quando eu era jovem, nós podíamos juntar trinta, quarenta rapazes para ouvir um intelectual qualquer. Hoje, se eu vou ao Piauí, a Manaus ou a Belo Horizonte, encontro dez vezes mais do que isto. Nunca houve tantos jovens sedentos por saberem o que o país é e desejosos de passá-lo a limpo.

"Os netos de Lenin estão preocupados em se armar contra o capitalismo. Mas em função disso, eles não fazem mais a revolução do mundo"

— Por falar em passar o país a limpo, você dizia, em *Ensaios Insólitos,* que o grande desafio dos homens de agora é a necessidade que temos de planejar o mundo dos nossos netos. Você pode explicar isso melhor?

— O meu sentimento é de que estamos vivendo no meio de um furação, no meio de uma transformação chocante. Todos os *gadgets,* todos os objetos que temos em torno de nós, a televisão a cores, o DDD, sistemas de reprodução de som perfeitos, transistores, computadores, bomba atômica, raio laser, mudaram e estão mudando completamente a vida humana com uma velocidade que não se notou em qualquer tempo. A revolução tecnológica está criando uma geração nova, uma civilização nova.

A nossa civilização contemporânea já tem alguns aspectos admiráveis. Por exemplo: o domínio do homem sobre a natureza dá a ele uma capacidade total de reproduzir e transformar a matéria. O domínio do homem sobre a natureza dá a ele a possibilidade de destruir a terra. Neste momento, na Alemanha, por exemplo, há 60 mil cabeças atômicas nucleares capazes de, se a compararmos à dinamite (TNT), dar a cada ser humano três quilos de TNT. Ou seja, a cada ser humano vivo caberão três quilos de TNT se as bombas da Alemanha explodirem.

Hoje é possível imbecilizar uma população inteira com bombas. É possível pôr a dormir toda a gente, de um sono eterno, com drogas, ou de um sono de que todos saiam malucos. É possível fazer com que milhares de pessoas se convertam em bonzos, idiotas e débeis mentais.

Mas um dado talvez mais incrível ainda é de que nós começamos a mexer numa coisa muito delicada: a cuca dos homens, a cultura dos homens. Num determinado tempo, o humano abre mão de sua herança biológica e começa a usar sua herança cultural, o que é apreendido. Um teste muito duro, uma ousadia da espécie. Ou seja, o homem estava armado com a capacidade herdada automaticamente — tal como um João-de-Barro tem dentro dele a capacidade de construir sua casa, um mecanismo que faz dele um Oscar Niemayer do mundo animal. Pois bem, nós abrimos mão de todas essas habilidades para termos uma outra habilidade, a cultura. O homem veio explorando esta habilidade e realizou grandes feitos. Em lugar de procurar a comida onde a natureza a colocou — um pé de milho aqui, outro lá longe —, o homem fez uma roça. Ele ordenou a natureza — o mundo estava coberto por mil espécies diferentes e hoje se cobre de trigo e capim; ao invés da flora e da fauna imensas, o homem criou porcos, vacas e galinhas, *humanizou* o mundo.

— E aonde nós chegaremos?

— Não sei. Os homens foram capazes de inventar sistemas que permitem tornar um homem, homem, e uma mulher, mulher; fazem com que um homem acorde com o tesão necessário para fazer todo o trabalho dele, até de noite. Sistemas que permitem ao homem e à mulher terem um filho que durante muitos anos vai significar uma enorme sobrecarga para ela. E a mulher cuida desse filho, em vez de jogá-lo fora ou comê-lo. Neste momento, a herança cultural começa a fracassar. O estímulo necessário para o trabalho, a capacidade de sobreviver sem a necessidade de tomar drogas tranqüilizadoras estão cada vez menores.

— O que fazer para sairmos disso?

— Muita coisa está errada. Nós teremos que induzir as pessoas a gostar da sociedade. A gostar do seu país ou do seu filho. Assim como nós sugestionamos as pessoas para que elas tomem refrigerantes, vamos sugestioná-las a gostar dos que têm raça diferente, a gostar do outro, ou a gostar do trabalho. Os homens vão ter, talvez, que manipular o homem, programar o seu próprio neto, possivelmente com o risco de criar um degenerado. No próximo meio século, esta vai ser a tarefa maior do homem.

No passado, a humanidade estava dividida em 50 mil tribos diferentes. Se 20 mil fizessem besteira, ainda haveria muita gente sobrando. Então era possível tentar vários caminhos, a agricultura ou a fundição de metais. Hoje estamos todos num barco só, se fizermos uma burrada, afunda tudo. Então me dá vontade de separar uma área e dizer: deixa os homens aqui brincando, numa vida mais natural. A juventude, por exemplo, destila muita desconfiança. Ela tem toda a razão em acusar a geração de nossos pais por este mundo de merda que nós estamos herdando. E porque continuar neste trote? Já há na América do Norte, uma quantidade de jovens que não sente estímulo nenhum para ser gerente de fábrica ou ter o destino de seu pai. Eles protestam: "Por que servir aos patrões, unicamente para ter uma casa? Queremos uma vida mais livre".

— Há quem diga que esta é uma tendência regressiva.

— Não. Tenho muita esperança de que a tendência oposta, essa juventude que procura um sentido mais profundo, venha a prevalecer. Hoje eu olho a União Soviética, por exemplo: os netos do Lenin estão gordos, comendo batata, caviar. Os netos do proletariado que fez uma revolução com a seriedade que ele fez, estão enxudiosos. E qual a tarefa deles? — seria bom indagar. É a de enfrentar o poder de destruição norte-americano. Se eles não tiverem o poder para a represália, podem ser destruídos. Como a economia deles é seis vezes menor que a capitalista, cabe aos soviéticos fazer seis vezes mais força para aumentar sua capacidade de trabalho e de represália. Mas em função disso, eles já não fazem a emoção do mundo, a revolução do mundo.

Medrado

Um capítulo inédito de *O Mulo*, novo romance de Darcy, que sai em julho pela Nova Fronteira

Volto aonde estávamos. À Barra, à minha azarada viagem de volta. Saí de um dia pro outro, como se fosse para uma viagem qualquer, ali perto, deixando a casa e tudo com Nina. Dinheiro pouco, para ela não desconfiar. Meu medo era me ver metido em berreiros de ingratidão. Afinal, peguei ela furada e comborça da irmã.

Só montei casa porque não pude evitar. Foi depois de uma briga das duas, que até me pareceu forçada, e da nossa expulsão, minha e de Nina, lá da pensão, pelo Jesualdo. Eu já estava era meio enfarado, querendo largar aquela vida à-toa, de comer Nina e a comida dela de dia; fazer a barba de tarde com Mauritônio; ver cinema de noite; em casa, de volta, conversar horas sobre cada fita; e tornar a comer Nina.

Nunca vi mulher tão faladeira, nem tão despachada, desbocada. Para contar romances estava sozinha. Contou e recontou, minuciosa, a longa e desavergonhada descabação dela, pelo cunhado.

Começou com tempos sem fim, de bolinas que queriam parecer carinhos, mas eram malvadas. Quase sempre nas partes. Tudo com a irmã ali vendo, participando. Na cozinha, Jesualdo pegava a menininha, enquanto a mulher cozinhava, e com agradinhos ia melando a rachinha dela. Na sala, se não tinha hóspedes, punha Nina no colo, sentada, apalpando toda ela. Afinal, no quarto, na cama era nela, em lambeções esfregações que se esquentavam os dois para a fornicação.

Um dia, Nina entrou no jogo, por vontade própria. Disse que até ela mesma pediu. Jesualdo se virou e em lugar de meter na irmã, meteu nela. Não deitou sangue, nem sentiu dor. Gostou, desde a primeira vez. Viciou. Tinha uns doze anos, se tanto. Lá ficou dividindo o cunhado com a irmã e dando pra todo o hóspede que acoçava.

Nosso assunto hoje é outro. É a viagem azarada, aquela. Saindo da Barra, encontrei logo a estrada boiadeira, seca, poeirenta. Nuns passos, mal era visível no chão. N'outros, era visível demais, esburacada pelas rodas rígidas dos carros de boi.

Meti por ela adentro no meu jipe mal dirigido. Viajava devagar, entrando aqui e ali naquele chapadão, tão conhecido meu do tempo de tropeiro. Queria rever os povoados e procurar amigos antigos. Encontrei alguns, agora fregueses do Militão, que me recebiam hospitaleiros. Eu parava, pousava à noite, às vezes o dia e a noite e até repicava quando a conversa prometia, seguia caminho.

Num povoado bem adiante, encontrei solto um tal de Medrado. Homem moço, zarolho dos dois olhos, bom motorista e mecânico melhor ainda. Era o que eu precisava. O jipe na minha mão dava enguiço todo dia. Eu moureja, desarvorado, naquelas estradas desertas, buscando quem me empurrasse para o carro pegar; ou quem me rebocasse. Cheguei a fazer viagem de meio dia arrastado por junta de bois. Com Medrado não havia problemas; na mão dele o jipe não enguiçava. Quando dava galho ele mexia nos ferros, ajustava aqui, desajustava ali, reaparafusava acolá e consertava na hora.

Saímos adiante. Viajamos semanas, naquele estilo meu de buscar todo o lugar que queria rever procurando velhos conhecidos. Assim fomos, companheiros, quase amigos. Eu prometendo dações, favores, proteções.

Levava comigo, na mala, dinheirão graúdo, tirado na agência da Barra. Dinheiro demais para gastos de viagem. Dinheiro de menos para negócios. O necessário para dar segurança que só tenho com o tutano do governo, no bolso.

Um dia, abrindo a mala vi aqueles olhos vesgos do Medrado, se metendo no meu dinheiro. Vesgos e esverdeados, o que me dava certeza da maldade inata. Fui pegando desconfiança. No fim, já era medo dele acabar comigo. No ermo daqueles estradões da chapada já goiana, nada mais fácil do que ele me finar para, com meu jipe e meu dinheiro, cair no mundo. Pro Norte ou pro Sul.

Apavorado, passei a dormir com o revólver na rede. Duas vezes acordei assustado, achando que ouvia barulho suspeito. Não era nada; Medrado roncava, ou fazia de conta. Seguimos viagem, o meu receio crescendo. Virou medo, de medo passou a terror. Comecei a destratar o homem, provocando seu orgulho. Uma vez ele me disse que não era negro meu. Ameaçou me largar no próximo povoado. Seguiu adiante, decerto com os olhos no jipe que eu tinha prometido deixar pra ele no fim da viagem.

Éramos já dois inimigos viajando juntos. Naquelas voltas e reviravoltas do estradão goianeiro, procurando povoados e aguadas, eu e o zarolho, nos odiando.

Um dia, quero dizer, uma noite se deu a desgraça. Acordando assustado com medo dele, já de revólver na mão, vi Medrado atrás da minha rede, embuçado, numa moita rala. Ainda tonto de sono, só meio despertado, taquei fogo. Medrado deu um urro medonho. Levantei e vi, horrorizado: estirado no chão ele se retorcia com a mão nos rins. Era noite clara, pude ver bem que o homem estremunhava em cima da bosta. Estava era cagando, de calças arregaçadas.

Entendi, no instante, o tamanho do meu malfeito. Fui adiante, que jeito? Era preciso rematar aquela desgraça. Estourei a cabeça dele com um tiro. No ímpeto daquela hora, decerto pensei que o melhor era finar logo, para o homem não ficar ali, naquela agonia de sofrimento. Fiz o que a gente faz com cavalo estropiado ou cachorro doente, merecedor dessa caridade.

Amanheci sentado na rede, assombrado. Querendo me arrepender, me arreliava. Uma hora pensei em dar um tiro na cabeça, para me castigar do erro e me aliviar da vergonha de ter matado aquele zarolho de puro medo.

Naquela noite de breu, afundado no meu terror, quase morri de medo. Medo de ver Medrado se levantar dali do lado, alma penada ambulante, para me mostrar os seis buracos de meus tiros. Medo de algum visitante da noite, vivo ou fantasma, que viesse me acusar.

Na primeira luz do dia, fiz o que cumpria. Enrolei Medrado na rede dele e no meu cobertor, apertei o embrulho, até formar um pacote duro, bem amarrado com cordas e cinturões. Joguei no fundo do jipe com a minha roupa em cima e ganhei a estrada, andando devagar, em busca. Afinal, me lembrei de um grotão que há por aquelas serranias, jogando as águas do rio Alvo, afluente do Tocantins. Saí da estrada, pus a gasolina das latas no tanque e fui no rumo daquelas noruegas. Segui buscando caminho com a roda do jipe até topar com a morraria.

Lá, subi ao ponto mais alto que pude, pus fora o defundo e tentei carregar. Era impossível de tão pesado. Arrastei aquele fardo pelos pés de serra acima e, pondo os bofes pra fora, lá cheguei. Descansei um minuto e empurrei o finado no despenhadeiro. Desceu rolando, descambando, bem uns cem metros até ficar enleado nas galharias, quase no fundo. Voltei. Lutei como um danado para achar o estradão e pegar o rumo oposto.

Só me vi livre, passado meio dia, léguas adiante quando caiu um chuvão enorme. Saí do jipe e deixei aquela chuva me lavar, me molhar, me acalmar. Montei outra vez e continuei rodando. Uma rapadura, foi o que comi naquele dia. Já no fim da tarde, fui dar num curral, longe, onde uns tropeiros estavam acampados. Nos reconhecemos. Fiquei lá, esquentando fogo, comendo paçoca que me deram. Escutando, calado.

Nenhuma testemunha podia haver contra mim, pensava. O zarolho está morto e acabado. Se um dia me perguntarem por aquele homem que saiu comigo, que direi? Quem perguntaria? Nunca ninguém perguntou. Ninguém soube nunca do que nos sucedeu. Decerto era um cristão, na hora de morrer uma morte assim, que atravessou no meu caminho. Sina.

Cheguei nas Águas Claras dias depois, com espírito de cobra. Mais calado do que parti. Os negros me olhavam ressabiados, se perguntando se aquilo ainda era paixão de viuvez, raiva da perda do Vão; ou ressentimentos pela venda do Brejo. Calados, me olhavam de lado, com medo. Mais medo do que o de sempre.

Minha catadura inteira mostrava minh'alma amarga. Dei de ter uns pesadelos de morte, de que acordava agoniado gritando, apavorado. O pesadelo pior era de alguém que ia me dar morte com punhal, com faca, com tesoura, com facão. Eu escapava na última hora aos berros, com o metal já entrando no meu couro.

Tão ruim estava que aceitei a abusão de tomar uns banhos de cheiro que Socó me preparava nas regras da velha Tiça. Ela era, agora, a oficiadora das benzeduras dos meus pretos. A verdade é que com cada banho daqueles fui melhorando. Afinal, pude dormir tranqüilo, sem medo de entrar outra vez naqueles pavores.

Só agora, nessa missão de escrever em confissão tintim por tin-tim toda a minha vida, é que este caso do Medrado volta à minha mente. Dessa morte minha culpa é certa, seu padre, reconheço. É verdade que culpa mais do medo em que caí e de que muito me envergonho, do que minha mesmo. Não contratei aquele homem com nenhuma intenção maligna. Nem pensei que havia de matá-lo. Mas quem pode garantir, com toda a segurança, se não era ele ou eu? Se alguma razãozinha eu não teria naqueles receios alucinados, tão diferentes do meu natural. Não quero me desculpar, nem reduzir minha culpa, que o senhor há de perdoar. Quero é explicar ao amigo, com franqueza, mas também com claridade, como foi todo aquele caso desgraçado.

Aí está, meu padre, nas suas mãos de sacerdote mais este pecado grosso meu, para ser perdoado. Em minha defesa só alego que Deus, em Sua Onisciência, sabia muito bem o que nos ia suceder naquela noite de azar. Se quisesse evitar a morte do Medrado, podia perfeitamente ter salvo a mim dessa culpa, e a ele, daquela morte feia. O que sucedeu a mim, a nós dois, tinha toda a marca de sina. Era destino nosso, inevitável. Cumpri minha parte, sofrido, Deus foi servido, graças a Deus.

COMPRE OS SERVIÇOS DA COOJORNAL

Compre os serviços da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.
A Coojornal é a maior equipe de profissionais-jornalistas de todos os setores de Imprensa. Além disso, tem um dos melhores núcleos industriais do estado para a produção gráfica e jornalística.

Conte com a Coojornal em:

Serviços fotográficos
Departamento fotográfico, com laboratório próprio e fotógrafos com formação jornalística e publicitária.
Arquivo a cores e P&B e serviço de audiovisuais.

Serviços industriais
Nosso núcleo industrial está operando com modernos equipamentos de fotocomposição e fotolitagem, uma completa unidade preparada para atender a necessidade de fotolitos P&B e seleção de cores.
Produção e impressão *off-set* de material jornalístico, em qualquer tiragem, formato e padrões gráficos.

Serviços gráficos e visuais
Arte, *lay-outs*, produção de capas de livros, logotipos, folhetos, prospectos, cartazes, programação visual, malas-diretas, etc..

Serviços editoriais
Planejamento, execução e produção de jornais, revistas e boletins de empresas e entidades de classe.
Edição de revistas, livros jornais, anais, relatórios e quaisquer outras publicações, especializadas ou não.

Consulte hoje mesmo a Coojornal sobre preços, prazos e condições.

coojornal
COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
Rua Comendador Caruja, 372
Fones: 33.5990 e 33.5099 — Telex (051)1605 90000 — Porto Alegre — RS

Advogacia em Geral — Questões de Direito das Sociedades Cooperativas

Dr. Marco Túlio de Rose
OAB 9551 — CIC 133.646.690/15

Dr. Luiz Rache Vitello Filho
OAB 11.613 — CIC 202.967.700/00

Dra. Liliana Berry Veiga de Rose
OAB 10.987 — CIC 210.190.880/87

Rua Uruguai, 335, s/37 —
Porto Alegre Fone: 25-2687

CONCORDATA PREVENTIVA DE S.A. HENKIN & CIA. LTDA.

EDITAL

(Prazo 10 dias)

O Exmo. Sr. Dr. Sérgio Müller — 2º Juiz de Direito da Vara de Falências e Concordatas desta comarca de Porto Alegre, etc.

FAZ SABER aos que presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que nos autos da concordata preventiva de S. A. HENKIN & CIA. LTDA., foi requerido, pela mesma, a desistência da mencionada concordata, ficando os interessados intimados para, no prazo de 10 (dez) dias se manifestarem, querendo. CUMPRA-SE Porto Alegre, 25 de junho de 1981. Eu, Wesson A. do Amaral Duro, escrivão, subscrevi.

SÉRGIO MULLER
Juiz de Direito
P — 68515-06/JULHO

LIVROS

Grandes sucessos

Thomas Mann, Eliot e Faulkner são "best-sellers" no Brasil

Nem Pedro Paulo Senna Maduyreira, diretor da editora carioca Nova Fronteira, esperava por isso: em um mês, esgotou-se a primeira edição das *Poesias*, de T. S. Eliot. Foi surpresa mesmo para ele, que antes já conseguira a "proeza" de incluir nomes como Thomas Mann (*A Montanha Mágica*), Marguerite Yourcenar (*Memórias de Adriano*), William Faulkner (*Absalão, Absalão!*) e Virgínia Woolf (*Orlando*) nas listas dos autores mais vendidos no Brasil.

O que teria mudado no país onde "ninguém lê" e a preferência dos escassos leitores recai sobre Arthur Hailey, Frederick Forsith ou Johannes Mario Simmel? "Nada", diz Senna Madureira. Para ele, basta lembrar que as últimas tiragens de Thomas Mann são da década de 50 e que, desde então, não se editava nem se lia mais os grandes autores no Brasil. Isto, naturalmente, acabou solidificando o tabu de que o brasileiro não lê e os bons autores não vendem.

MERCADO SEDENTO

Thomas Mann, Faulkner, Virgínia Woolf e Marguerite Yourcenar — que com seu *Memórias de Adriano* é líder absoluta das listas dos mais vendidos há vários meses — são apenas alguns dos nomes que a Nova Fronteira reuniu na *Coleção Grandes Romances*. A idéia desta coleção nasceu há quatro anos, quando Senna Madureira e Sérgio Lacerda, presidente da editora, constataram o sucesso comercial da série *Romances de Hoje*, "uma visão múltipla dos conflitos do homem contemporâneo", que incluía autores tão diversos entre si como Carlos Fuentes, J. M. Simmel e James Baldwin. Provando que "saber escolher os títulos certos é a grande fórmula", a Nova Fronteira vislumbrou um mercado sedento por ler produtos de boa qualidade".

Além dos "títulos certos", traduções de alto nível, revisões cuidadosas, boa apresentação gráfica e intensa divulgação de cada lançamento são os demais ingredientes do sucesso da *Grandes Romances*. E a ousadia não pára aí. Até o final do ano, a editora carioca promete lançar ainda Marcel Proust (*Jean Santeuil*), Louis-Ferdinan Céline (*Morte a Crédito*), Stendhal (*Lucien Lewven*), Flaubert (*Educação Sentimental*), José Lezamas Lima (*Paraíso*), Thomas Mann (*Dr. Fausto*), Virgínia Woolf (*Entre os Atos*) e E. M. Forster (*Passagem para a Índia*).

Thaís de Mendonça

Daniel de Andrade

"Uma história bonita, engraçada e real"

O jornalista e escritor Sérgio Caparelli lançou, no final de junho, pela L&PM Editores, seu segundo livro de histórias infantis, *Vovô fugiu de casa!* A menina Milene Hegedus Craydi, de 10 anos, estudante da 5ª série do Colégio João XXIII, de Porto Alegre, leu o livro e dá aqui sua opinião:

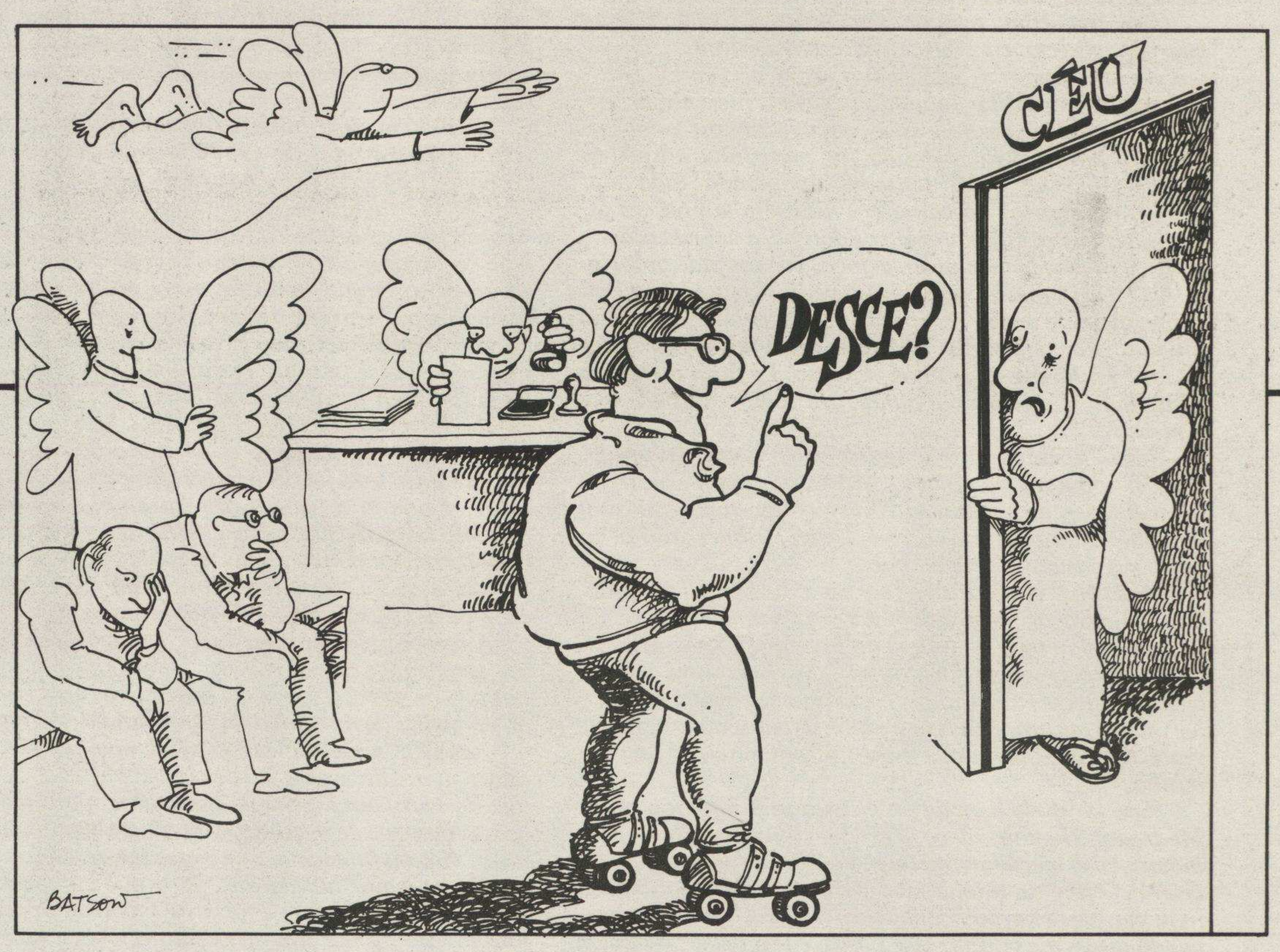
Este livro é bom, com uma história bonita. Tem partes engraçadas, outras esquisitas, confusas. Há partes em que parece com a vida real. E há palavras que não se entende porque são de outra língua. Partes esquisitas ou confusas e irreais, como a do vovô andar em cima das árvores, ou do macaco, peludo e viciado em vinho.

E real porque quase todos os velhinhos vivem sós, as pessoas não têm tempo de cuidá-los ou não gostam e não têm paciência, começam a se irritar...

Também real porque alguns, não todos, sentem vontade de voltar para a sua terrinha, seu país ou estado, e ficam lembrando das coisas boas de lá, das festas, etc.

A parte que eu achei mais engraçada é aquela em que ele fica mais alto levantando os ombros. E também aquela de o vovô andar em cima das árvores, a do macaco ser viciado por vinho e da discussão entre o macaco e o garçon. O vovô se meteu logo na discussão do lado do macaco, os dois ganharam do garçon, que tinha dado vinagre, em vez de vinho, para o macaco.

Milene Hegedus Craydi



MARCOS REY

O céu pode esperar

O Além existe, garante Woody Allen, o problema é saber quantos quilômetros dista do centro da cidade e até que horas fica aberto. Para Scott Fitzgerald o Paraíso ficava nos Estados Unidos mesmo, nos anos 20, porém fechou para sempre no **crack** *da Bolsa. Manuel Bandeira situava o Céu em Pasárgada, que dizia conhecer, mas nem para os íntimos mostrou fotografias. Muitos catalépticos foram, espiaram e voltaram. O fato é que ninguém dá crédito ao testemunho dos que estiveram lá a não ser que comprovem com uma pena de asa de anjo.*

Eu estive. Lá. Foi numa sexta-feira de dezembro, entre 10 e 11 horas da noite. O ponto de partida foi um rinque de patinação onde fora com uma jovem desequilibrada. Tão desequilibrada que levou três imensos tombos. Bem lhe advertira que não devíamos ter ido a um lugar muito iluminado. Às vezes é útil ouvir-se os mais experientes. Mas a história começou quando eu, andando sobre rodas, mas sem o bom senso aconselhado pela Volks, corri, escorreguei, piruetei e com a precipitação de quem teme perder o último ônibus da linha Penha-Lapa, afocinhei. Jamais se vira no rinque tamanha seqüência de efeitos especiais.

Um médico presente, constatou:
— Traumatismo. Está morto.

Acreditando na palavra do médico, vi-me subindo num ascensor hermeticamente fechado, comandado por um anjo de asas curtas, e que me pareceu bastante distraído ou bronqueado com a profissão.

Meu primeiro impulso foi o de gritar por socorro, mas entendendo logo a situação, e jogando tudo na esperança de sair dela, disse ao ascensorista com uma naturalidade que só se obtém no **Actor's Studio**:

— Pare na Seção de Brinquedos.

O anjo, que deveria ter exercido idêntica função na **Sears** *ou no* **Mappin**, *parou.*

Imediatamente passei para um vasto salão ou patamar com pinta de departamento de triagem, a julgar pelas pessoas que ali se acumulavam, ainda em roupas terrestres, a olhar todos os lados com o deslumbramento dum xavante que se hospedasse no **Waldorf Astoria** *por conta da Unesco. Entrele eles, conferindo chegadas, ativos, circulavam anjos, arcanjos, tronos, querubins (são todos gordos) e alguns que pelo aspecto seráfico só podiam ser serafins. Como eu não tinha crachá de Visitante, fui me esgueirando pelos cantos à procura duma saída. A um deles, com a mesma tonalidade casual do elevador, perguntei:*

— Onde fica o mictório?
— Hem?
— O refeitório?
— Hem?
— O dormitório?
— Hem?

Foi aí que vi o ascensorista, atarantado, cercado por superiores, a explicar numa língua morta (supus pelo mau hálito) a insólita fuga do recém-chegado. Em seguida ouvi um solo de flauta, que embora mavioso e merecedor de aplausos, era um alarma geral. Mesmo assim não me afobei e com uma calma pensada e repensada passei a outro patamar, mais privativo, já distante do aludido Departamento de Triagem, e envolto naquelas fumacinhas que conhecemos dos filmes.

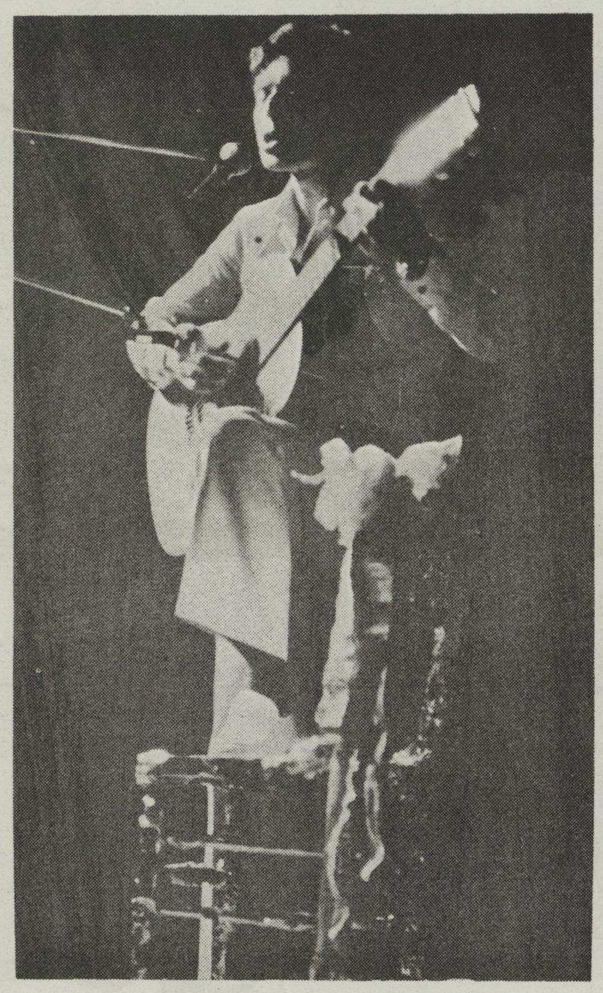
Dante poemava bem mas Hollywood chegou mais perto. Tive então inclusive algum tempo para constatações. Uma espiadela brevíssima numa ala que parecia uma colméia radiante mostrou-me onde os anjos dormem. Como ainda se discute o sexo deles, gozam de algum espaço mas dormem em camas de solteiro. Nos apartamentos não há banheiro, apenas uma pia cuja torneira jorra vapor, que um cataléptico, sem tempo para nada, confundiu com fumaça de cigarro. Num pequeno armário vi harpas eletrônicas e asas postiças. Não posso afirmar mas acredito que a princípio os novos hóspedes recebem asas provisórias. O que não entendi bem foi ver num salão um Mercedez Benz Sport, azul celeste, com chapa de Jerusalém, nº 33.

À procura da saída, ví inúmeras setas e placas com dizeres em aramaico, latim e grego antigo. Noutro, o familiar **Exit**. *O inglês, anotem, é a única língua viva admitada no Paraíso. Comecei a descer uma escadaria, porém tive que passar por outro patamar, mais escuro e acanhado, repleto de índios e negros velhos. Embora bem tratados, eles não dispõem de asas e não podem usar os elevadores.*

Desci cerca de 8.000 degraus, ainda a ouvir a flauta do alarma geral. No caminho deparei com um grupo de três anjos procurando aflitamente por alguém. Imitei idêntica ansiedade e continuei descendo. Ao pisar o último degrau, acordei numa mesa de operação a tempo de dizer à equipe médica:

— Esqueçam a fratura na cabeça. Basta uma boa massagem nas pernas.

A RÁDIO CONTINENTAL NÃO É ESPECIALIZADA EM NADA.



UFA, ISTO É ÓTIMO.

Acontece, que quem liga na Continental ouve muita música, mas não fica só na música. Em seguida vem informação, depois vem serviço. Um pouco mais de música brasileira e logo entram as notícias. E assim vai. Uma programação variada e vibrante, com o molho do pessoal que sabe falar com quem tem o espírito jovem e permanentemente aberto.
A Continental tem tudo isso junto e mais um pouco. Ainda bem.

550 600 650 700 800 900 110 1300 1500 1700

1120

ZYK 274 1120 kHz AM 100 KW ANDRADAS, 1155 - 5.º andar fone 246699 PORTO ALEGRE

RÁDIO CONTINENTAL o som nosso de cada dia

Sistema Globo de Rádio - Porto Alegre - Fone: 24-6699 - São Paulo - Fone: 259-7511 - Rio - Fone: 285-0548.

ogência um

Tira-gosto

Quem entra com a gaita pode violar qualquer coisa.

●

O músico que tocava de ouvido, encheu na primeira audição.

●

Céus! A inflação já está nas nuvens! Raios que a parta!

●

O menino que era um número, agora é um problema!

●

É o *boom*!! da violência!

●

Biggs, o bom Maluf.

●

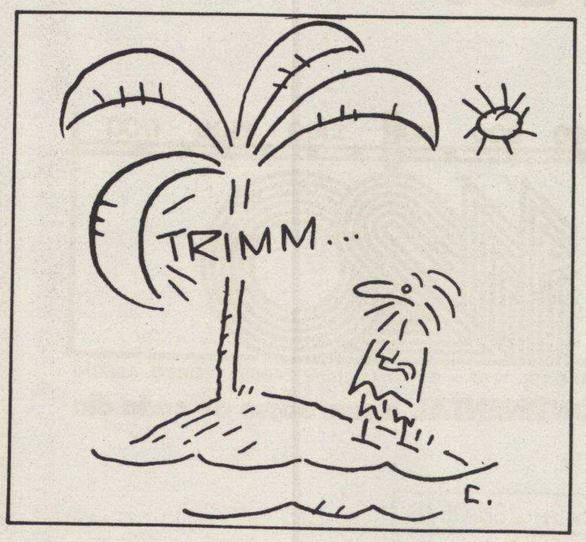
O Padeiro (Com ele ninguém tirava farinha!) deu tanta bolacha na cuca do empregado que ele ficou de miolo mole. É que a mistura de pão dormido com sonhos deu bolo!

●

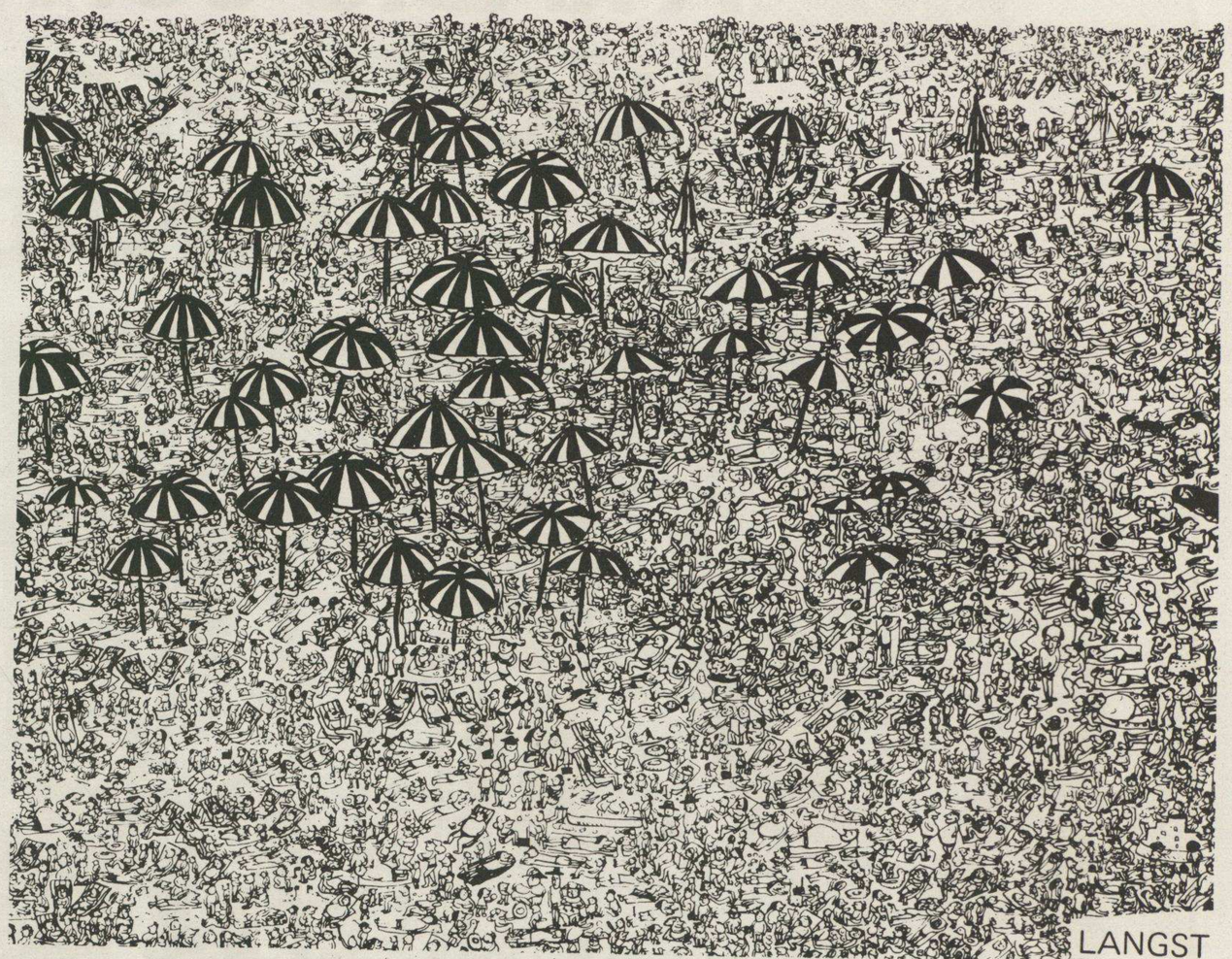
Não é lavagem cerebral que vai acabar com os porcos chauvinistas.

●

Não façam de seu Puma uma arma, as vítimas podem ser vocês.

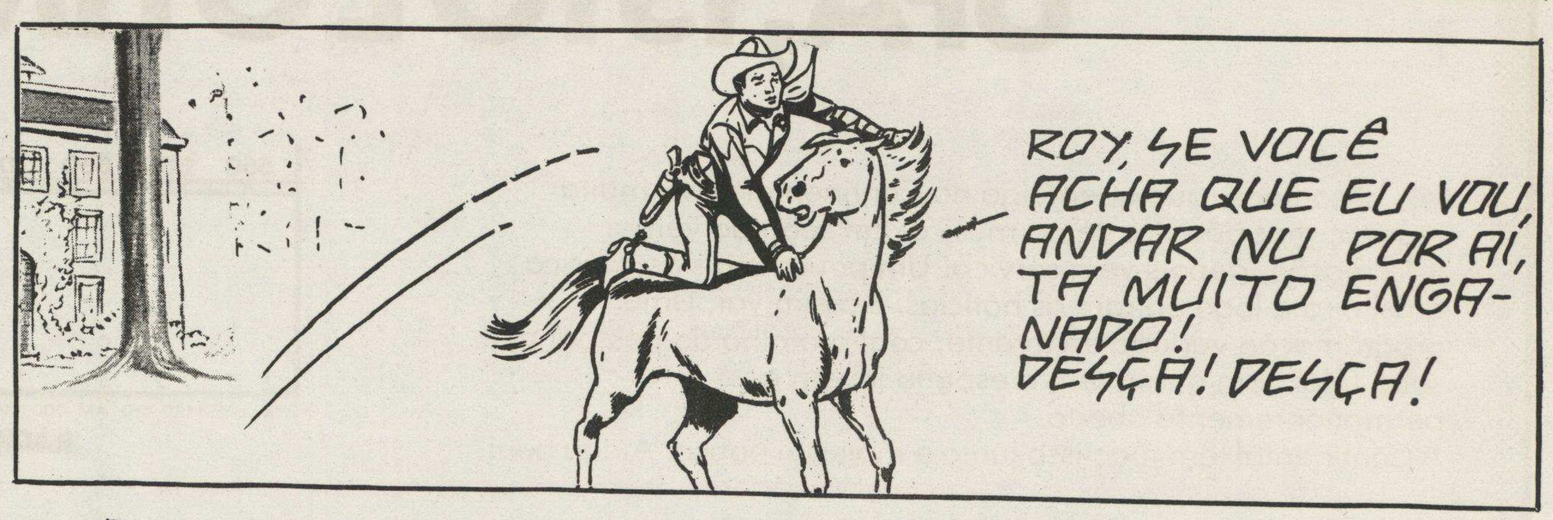


SEÇÃO HAJA SACO



*Como o **Coojornal** é mensal, fique curtindo esse desenho o mês todo. Pode até se divertir com os amigos(as). Ex.: Onde está uma moça com um biquini de bolinhas? Enfim, é um cartum próprio pra desempregado (que tá na moda).*

CANINI WEST



E NÃO SE ESQUEÇA: ESCOVE OS DENTES APÓS AS REFEIÇÕES!

INDICADOR PROFISSIONAL

Dr. João Carlos Domingues

Pediatra

CREMERS 7537
CPF 165332080/064
José de Alencar, 1.296, Apto. 1
Porto Alegre RS

RONALDO MOREIRA BRUM
PSIQUIATRA

CREMERS 2773
CPF 004705460/34

AV. OSWALDO ARANHA, 1092
APTO 21 — FONE: 24-9542

VITON DE ARAÚJO

ADVOGADO

OAB 4546 CPF 004493770/91
Borges de Medeiros, 308/135
Porto Alegre fone: 25-4745

Omar Ferri

Advogado

OAB 2406 CPF 004117520
Uruguai, 155 cj. 1306
fone: 25-4119
Horário: 10 — 12hs
16,30 — 18,30 hs.
Porto Alegre RS

Luiz Goulart Filho
OAB 7182 CIC 183730030/53
Hélio Goulart
OAB 12.600 CIC 220083570/15

Advogados

Horário: Das 10,30 às 11,30 e
Das 17,00 às 19,00 hs
Demétrio Ribeiro, 1078 cj. "B"
fones: 25-8393 33-6476

Nereu Lima

CPF-MF 082058760-53
Advocacia Criminal
Borges de Medeiros, 410
salas: 509/510
tel: 24-6049 Porto Alegre

Geraldo Nogueira da Gama

Advogado

OAB 5951 CPF 059035050/15
Rua Cel. Genuíno, 421
— 12º andar
Fone 25-0154
Porto Alegre RS

Lia Colossi
Advogada

CAUSAS CÍVEIS

OAB 11.505 Secção RS
Dr. Flores, 106 Conj. 812
F. 25.0509

DILMA DE SOUZA

OAB 4045
CPF 077642350/91

Direito de Família
Sucessões
Direito do Trabalho

R. Andrade Neves, 155/92
F. 25.3408

Luiz Carlos
Calachi Moraes

Advocacia Trabalhista

P/Empregados

Andrade Neves, 159 sala: 64
fone: 33-5445
Edifício Amazonas

Rovílio Antonio Breda
OAB/RS 2583

Abade P. Bulhões
OAB/RS 2835

AVENIDA BORGES DE MEDEIROS, 453
CONJ. 81 FONE: 24.69.23

ADVOGADOS

OAB/RS 939 CPF 001783570/49
fones: 24-2796 e 25-6305

Helio Carlomagno

ADVOGADO

João Carlos Gastal OAB 599
Newton Domingues Kalil OAB 7061
Milton Machado Rosa OAB 8550

Falências e Concordatas

Inventários — Separações — Divórcios
Rua Ramiro Barcelos, 330
2º and. fone: 24-9846

ADVOCACIA E REPRESENTAÇÕES

EM MATO GROSSO

AÇÕES CÍVEIS — COMERCIAIS — AGRÁRIAS — CRIMINAL
COBRANÇAS E EXECUÇÕES — ADMIN. DE IMÓVEIS
REGULARIZAÇÃO DE DOCUMENTOS — INVENTÁRIOS.

RUA BARÃO DE MELGAÇO, 2.426 — CX. P. 704
FONES: 065.322.10.38 — 321.51.38 — CUIABÁ.

---

advogados

HELIO ALVES RODRIGUES
oab 3975 cpf 001520800/15
JULIO CÉSAR ALVES RODRIGUES
oab 3408 cpf 001520990/34

RUA ANDRADE NEVES, 155
conjs. 71 e 72
fones: 24-8616 e 25-8035

Mario Chaves
Carlos Franklin Araújo
Vera Lucia Kolling

ADVOCACIA DE EMPREGADOS

Andrade Neves, 155 conj. 35/36
fone: 24-3159 Porto Alegre

ENTREVISTA EXCLUSIVA

O Analista de Bagé

Fotos Roberto Silva

O analista no seu consultório, numa folga dos joelhaços

Pela primeira vez é entrevistado o autor da terapia psicanalítica do joelhaço. O homem que estudou o homossexualismo que assola o país e a relevância do barranco na formação do psiquismo do sul — "Não há coisa mais linda do que uma barranqueada a céu aberto", garante. Trata-se do Analista de Bagé, também responsável pela descoberta da porção mulher do gaúcho. Um verdadeiro furo!

— Não te fresqueia! Quando ouço falar em furo já enfio a mão na bragueta!

A entrevista:

Coojornal — Qual é a sua escola? Segue os ensinamentos de Freud, Jung, Reich ou Honório Lemes?

Analista de Bagé — Pues, sou freudiano de carregar bandeirinha. Mas não desprezo os demás. No meu consultório tenho uma guampa esculpida com as cara de Adler e Jung. A dona Melanie Klein também, era china de se apresentar pra mãe. Coisa mui especial. Já esse tal de Reich, nem pra catá bosta. *Reich*, pra mim, é prenúncio de cuspida.

Coojornal — Qual a importância do barranco na formação do psiquismo do gaúcho?

AB — É importante barbaridade. Lá na fronteira se diz que nem toda mulher é vaca mas toda vaca é mulher. Quando me vem paciente com história que o *stress* não deixa ele trepar, ou a mulher é dominadora ou ele acha sexo mais nojento que mocotó de ontem, eu diagnostico na paleta: "Esse não barranqueou". Não há coisa mais linda que uma barranqueada a céu aberto. Desenvolve o membro e o amor à natureza. E se o vivente me diz que na terra dele não tinha barranco, repico em cima: "E não tinha formigueiro?" Não tem desculpa. Quando eu era guri, ia pro campo de banquinho.

Coojornal — Se um paciente sonha freqüentemente que está correndo nu, com guirlandas de flores nos cabelos, as faces rosadas e um relatório da Farsul debaixo do braço, qual é a terapia indicada?

AB — O sonho é fácil de interpretar. O índio velho obviamente se identifica com as classes produtoras gaúchas, que não param de levá. Enquanto for só sonho está especial. No dia em que ele me aparecer assim no consultório dou-lhe um tranco de virá cadeira.

Coojornal — Ouve-se dizer que o senhor não cobra suas consultas em dinheiro. Prefere uma porquita no esplendor da adolescência, uma ovelhita buena de retoço ou até mesmo uma galinhazita experimentada? É verdade?

AB — Já vi que o amigo tem vocação de fresteiro, pos tá babando no meu tapete malhado. Já se viu? Recebo pagamento em espécie, inclusive animal. Mas não costumo me envolver emocionalmente com meus honorários. É verdade que uma ocasião um latifundiário esquizofrênico de Dom Pedrito — era metade PP, metade PDS e ainda tinha uma partezita PDT que atiçava as outras duas — me pagou a consulta com uma égua castanha buenacha. Cosa pra não fazer feio em exposição ou no Motel Ipanema. Quase não resisti mas finalmente me segurei nas bombacha. Mesmo porque a Hortência não compreenderia.

Coojornal — A Hortência é a sua senhora?

AB — Não. A Hortência é uma pata que mora comigo. Mais ciumenta que mulher de tenente.

Coojornal — Qual sua reação diante de uma paciente que chega cuspindo fumo nos seus pelegos, calçando 44 bico chato e dizendo que está disputando posição na zaga central do Guarany?

AB — Desabotôo as braguetas e boto o Careca pra fora. Se ela quer competição então vamos ao que interessa, tchê.

Coojornal — O senhor também vai para a cama, digo, para os pelegos, com suas pacientes?

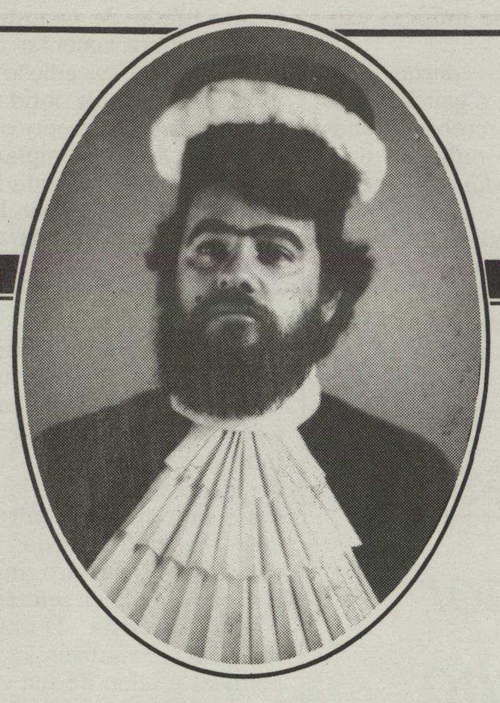
AB — Se o caso da moça me parece ser simplesmente falta de bageense, vou. Mas também depende da china. Se apetece, se tomou banho e outros eteceteras, pos fiz o juramento de Hipócrates mas não sou hipócrita. E tem otra cosa. Como os amigos sabem, hora de psicanalista tem 50 minutos e 50 minutos nem sempre é o bastante para se chegar ao fundo da questã. Gaúcho com ejaculação precoce é o que leva meia-hora. E eu gosto de fazer tudo como manda o almanaque. Tiro até as ceroula. Quem trepa vestido é padre e tartaruga.

Coojornal — É verdade que o analista-didata que o preparou foi o Paixão Cortes?

AB — Não. O Paixão não é analista e nem poderia ser. É um índio mui grosso. Este é negócio pra gente sensível. Empurra essa escarradeira pra cá que tá me subindo um daqueles de assustar buldogue. Reich! Slupt! Obrigado.

Coojornal — Qual sua explicação para o veadismo que campeia no Rio Grande?

AB — Não quero falar mal mas tem entrado muito uruguaio ultimamente... E é preciso entender que gaúcho marica sempre houve. Tem gaúcho aí sem bigode e de costeleta curta como estribo de anão que nem por isso é veado. Se bem que tá ALI. Marica é marica. Nem todo mundo corta unha com facão. Agora esse negócio de homossexualismo é frescura. Uma vez um índio velho que eu tava



"Fiz meu curso em Paris, Viena e Nova Iorque, com especialização em Passo Fundo. Depois apresentei a técnica do joelhaço num congresso de psiquiatria e os bundinha quase desmaiaram"

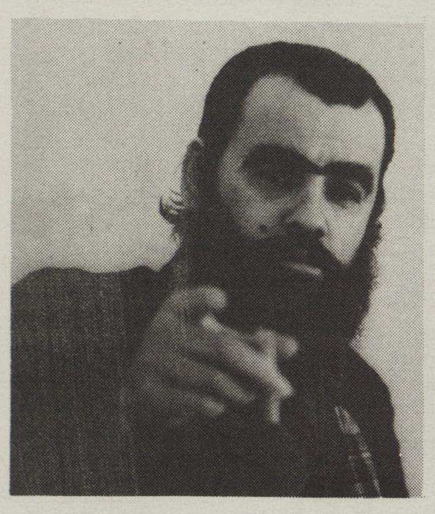
analisando disse que tinha se apaixonado por mim. A tal de transferência. O Freud disse que devia se deixar sempre um revólver carregado à mão para os casos extremos. E o índio velho era macho de três culhões, tchê. Seu perfume era francês: o Mitterrand depois do cuper. Disse que estava apaixonado por mim. Eu disse "Não tá". Ele disse "Tou". Eu disse "Te fecha". Ele disse "Mas é verdade". Eu disse "Quer parar de falar e prestar atenção na música? Tu tá pisando nos meus pés". Mas um mês depois tava curado. É verdade que insistiu em ficar com três cabelos do meu peito para guardar num livro do Vinícius. Mas hoje tá emprenhando até china de delegado. Não existe gaúcho homossexual. Existe bageense que não deu certo.

Coojornal — Dizem que a bomba de chimarrão é um tal de símbolo fálico.

AB — Símbolo fálico é o cacete.

Coojornal — O Senhor já descobriu a porção mulher do gaúcho?

AB — Já. Ela se chama Noemi. Todo gaúcho tem ego, superego, id e Noemi. Eu apresentei essa tese num congresso no México e fui vaiado, mas sustento. Inclusive, através da análise, já penetrei no inconsciente de muito guasca grosso e fiz contato com a Noemi. Uma vez, com o hipnotismo — fico balançando um rabo de terneiro na frente do paciente e dizendo "Dorme, filho da mãe!" — consegui curar um guasca do Alegrete que estava quase se perdendo. O causo era que a Noemi queria ir morar no Baixo Leblon e ir à vernissage de sandália e o vivente queria ficar na fazenda curando bicheira. Dei uns trancaço na Noemi dele e ela se aquietou. Nenhum gaúcho sai do Rio Grande do Sul por vontade própria. É sempre a Noemi que emigra e leva o pobre junto.



"Quem tá no poder tem sempre tesão de seminarista. Só que o objeto da paixão dele é a nossa paciência"

Coojornal — O senhor fez seu curso em Paris, Viena, Nova Iorque ou Passo Fundo?

AB — Em Paris, Viena e Nova Iorque, com especialização em Passo Fundo.

Coojornal — Antes quem tinha lenço branco no pescoço ia prum lado e os de encarnado pro outro, mas agora a gauchada tá praticando a tal de amizade colorida. Que mudança foi essa?

AB — Coisas da Noemi.

Coojornal — Por falar no assunto, o senhor é maragato ou chimango?

AB — Maragato, Guarani, Internacional, Iolanda Pereira, João XXIII, sal grosso em vez de salmoura, tango, mulher ancuda, pinga ardida, fumo de rama, filme de pirata e não sei cagá sem ler o Correio.

Coojornal — E o tal de feminismo, que tal lhe parece?

AB — Pos sou a favor. Acho que toda mulher deve lutar pela sua igualdade, desde que não interfira com o serviço da casa. Depois de pendurar as roupa ela pode fazer o que bem entender.

Coojornal — Falam da existência de uma nova mulher, uma nova moral, o tal de "novo pacto afetivo". O que é que o senhor acha?

AB — Uma vez veio um casal me consultar e trouxeram uma amiga junto. A moça era que nem casa de esquina, dava pros dois lado. Já fiquei aqui, massageando meu fumo e cuidando a trinca. Os três se acomodaram no divã e empeçaram a charlar. Bandalheira vai, bandalheira vem e descobri que estavam com um problemita. A tal de avulsa conhecera um sargento da brigada, Salustiano, vulgo Barril, e queria levar o bicho pra morar com os três porque ele era autêntico, entende? Os outros ficaram com ciúmes mas logo se deram conta que ciúmes era uma recaída burguesa e careta e estavam confusos. O que é que achava? Virei o divã com um pontapé e corri com os três a tapa. Sou a favor de uma nova moral mas poca vergonha, não!

Coojornal — E a tal de maconha? O senhor aprova sua liberação?

AB — Aprovo, porque não hai como controlar. Ouvi falar que tem gente alimentando boi com cogumelo alucinógeno e depois fumando a bosta seca. É como dizem na minha terra: pra besteira e financiamento do Banco do Brasil, sempre se arranja um jeito.

Coojornal — Já se sabe que existe uma revolução de costumes. Ela só atinge a classe média ou o proletariado também entrou nesse reboliço?

AB — Pela minha clientela do Inamps posso dizer que a peonada também foi atingida nos seus costumes. O costume de comer, por exemplo.

Coojornal — E a técnica do joelhaço, como foi descoberta?

AB — Aprendi com um médico dos meus tempos de piá. Quando a gente dizia que tava com dor de ouvido ele dava um beliscão no braço até a gente gritar: "Tô com saudade da dor de ouvido!" Também apresentei a tese do joelhaço num congresso de psiquiatria. Os bundinha quase desmaiaram. Sou um pioneiro na sua aplicação na psicanálise.

Coojornal — O *Império dos Sentidos* bateu todos os recordes de permanência em cartaz aqui em Porto Alegre. Será que a gauchada já perdeu a vergonha?

AB — Fui ver o *Império dos Sentidos* . Sentou uma piguancha do meu lado e no meio do filme nos estávamos num roçado lindo no más. Na saída eu perguntei se ela não queria continuar o filme lá em casa. Ela disse "Querer eu quero, mas onde é que a gente vai conseguir os japonês?"

Coojornal — Como o senhor explica o fato do seu conterrâneo Milito, mais conhecido como general Garrastazu Médici, não tê-lo convidado para suas bodas de ouro?

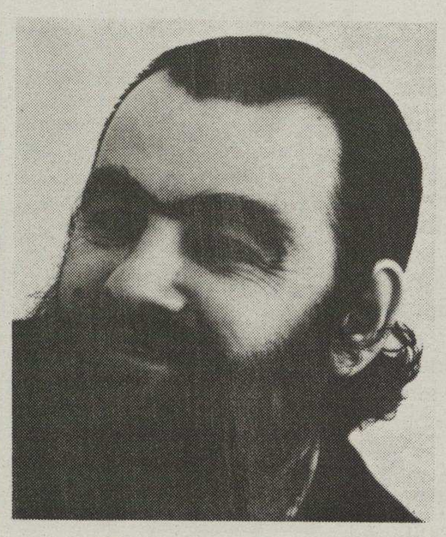
AB — Não me importei. Nossas famílias não se davam. Quando anunciaram que um filho de Bagé era o mais novo-presidente da Revolução, meu pai observou: "Bem feito, quem mandou sair daqui?"

Coojornal — E a tal história de poder e sexo? Dizem que quem tem o primeiro não faz o segundo. Qual é a sua opinião?

AB — Pelo contrário, tchê. O poder é estimulante. Quem tá no governo tem sempre tesão de seminarista. Só muda o objeto da paixão do homem. Em vez da mulher dele, é a nossa paciência.

Coojornal — Qual a sua opinião sobre Fernando Gabeira, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Eduardo Mascarenhas, o jornal *Lampião* , João Figueiredo e José Asmuz?

AB — O Fernando Gabeira me lembra um causo. Lá em Bagé tinha um bolicho chamado *Bago's*. Era onde a indiada se reunia pra coçar o saco, tomar cana com pólvora e contar história de pelotense. Se passasse homem bem barbeado pela porta, lá vinham os assobios e os gritos de "Ai, Rosinha" ou "Tá passando o Bambi". Mas volta e meia aparecia um moço no bolicho. Bota de salto alto, cabelo mechado, brincos e passinho de quem não quer peidá. Entrava, ia até o balcão e tomava uma Fanta uva com o dedinho levantado. E a indiada quieta. Aí o moço rodopiava e saía. E se alguém estranhasse aquele respeito com o veado, ouvia logo a explicação: para entrar ali daquele jeito, o cara tinha que ser macho. Muito macho. Quanto ao Gilberto Gil, o Caetano Veloso, o Eduardo Mascarenhas, o João Figueiredo e o José Asmuz, só posso dizer um troço, tchê. Pelo menos dois têm a desculpa de ser baiano.



"Tive uma infância normal de interior. O que não aprendi no galpão aprendi atrás do galpão"

Coojornal — Uma pergunta de analista: como foi a sua infância?

AB — Uma infância normal do interior. O que eu não aprendi dentro do galpão aprendi atrás do galpão.

Coojornal — O senhor já sentiu um bafo quente na nuca? Como reagiu?

AB — Já senti, sim. O bafo da tua mãe, que errou de lado. Tu só não leva um joelhaço porque é da imprensa nanica e eu não sou provalecido.

Coojornal — Calma, calma. Qual a influência da bombacha no machismo gaúcho?

AB — A maior ameaça aos machos do Rio Grande, de bageense até *marchand de tableau,* são esses tais de gins. O gaúcho é o que é porque a bombacha dava espaço. Uso bombacha até no consultório. Quando a ocasião é social uso as de enfeite do lado. Mas nada que brilhe, senão já é bichice. Pra apertar meus fundilhos só mão de china.

Coojornal — E agora a última pergunta: o que a Sociedade Psicanalítica de Bagé vai achar desta entrevista?

AB — A Sociedade Psicanalítica de Bagé se reúne semanalmente no CTG Rincão da Sublimação Consciente, o único lugar do Estado em que mancha de gordura na toalha de papel é interpretada na hora. Eles me consideram uma rês desgarrada porque sou muito radical. Só não expulsaram ainda porque querem me capar antes.

Produção - Corvo, Roberto Silva e Caveira.
Analista - Fraga
Analisado - Juska
A entrevista com o Analista de Bagé foi feita na casa de Luís Fernando Veríssimo por Ayrton Centeno

A psicanálise de bombacha

O *Analista de Bagé* nasceu em maio, na coluna diária que Luís Fernando Veríssimo mantém no jornal gaúcho *Zero Hora*, freqüentando depois a nova fase da revista *Careta*. Dele, talvez a mais brilhante descoberta de Veríssimo, um hábil criador de tipos, já foram publicados oito episódios. Aqui reproduzimos o primeiro:

Certas cidades não conseguem se livrar da reputação injusta que, por alguma razão, adquiriram. Algumas das pessoas mais sensíveis e menos grossas que eu conheço vêm de Bagé, no Rio Grande do Sul, assim como algumas das menos afetadas são de Pelotas. Mas não adianta. Estas histórias do psicanalista de Bagé são provavelmente apócrifas (como diria o próprio analista de Bagé, história apócrifa é mentira bem-educada) mas, pensando bem, ele não poderia vir de outro lugar.

•••

Foi o analista de Bagé que desenvolveu a terapia do joelhaço.

Diz que quando recebe um paciente novo no seu consultório a primeira coisa que o analista de Bagé faz é lhe dar um joelhaço. Em paciente homem, claro, pois em mulher, segundo ele, "só se bate pra desgarregá energia". Diante do joelhaço, o paciente é levado, dobrado ao meio, para o divã.

— Te abanca, índio velho, que tá incluído no preço.

— Ai, — diz o paciente.

— Toma um mate?

— Na — não... — geme o paciente.

— Respira fundo, tchê. Enche o bucho que passa...

O paciente respira fundo. O analista de Bagé pergunta:

— Agora, qual é o causo?

— É depressão, doutor.

O analista de Bagé tira uma palha de trás da orelha e começa a enrolar um cigarro.

— Tô te ouvindo — diz.

— É uma coisa existencial, entende?

— Continua, no más...

— Começo a pensar, assim, na finitude humana em contraste com o infinito cósmico...

— Mas tu é mais complicado que receita do creme Assis Brasil. Continua.

— E então tenho consciência do vazio da existência, da desesperança inerente à condição humana. E isso me angustia.

— Pois vamos dar um jeito nisto agorita — diz o analista de Bagé com uma baforada.

— O senhor vai curar minha angústia?

— Não, vou mudar o mundo. Cortar o mal pela mandioca.

— Mudar o mundo?

— Dou uns telefonemas aí e mudo a condição humana.

— Mas... isso é impossível!

— Ainda bem que tu reconhece, animal!

— Entendi. O senhor quer dizer que é bobagem se angustiar com o inevitável.

— Bobagem é espirrar farofa. Isso é burrice da gorda.

— Mas acontece que me angustia. Me dá um aperto na garganta...

— Escuta aqui, tchê. Tu te alimenta bem?

— Me alimento.

— Tem casa com galpão?

— Bem... apartamento.

— Não é veado?

— Não.

— Tá com os carnês em dia?

— Estou.

— Então, ô bagual. Te preocupa com a defesa da seleção e larga o infinito.

— O Freud não diria isso.

— O que o Freud dirigia tu não ia entender mesmo. Ou tu fala alemão?

— Não.

— Então te fecha. E olha os pés no meu pelego.

— Só sei que estou deprimido e isso é terrível. É pior que tudo.

Aí o analista de Bagé chega sua cadeira para perto do divã e pergunta:

— É pior que joelhaço?

Músicos

Com o olho nos lucros das emissoras

A posição dos compositores de cobrar uma taxa de 3,5% do faturamento das emissoras de rádio e TV, reacendeu a antiga briga entre artistas e empresários de comunicação pelo direito autoral. Os primeiros, representados pelo Escritório Central de Arrecadação do Direito Autoral (Ecad), adiantam que não há outra alternativa às emissoras além de pagar a taxa. "O compositor está no seu direito de cobrar pela execução de suas músicas", argumenta Luís Gonzaga Júnior. "As empresas tocam se quiserem".

O presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert), Paulo Machado de Carvalho Filho, retruca: "Se isso acontecer, as empresas pequenas irão à falência e as grandes passarão por sérias dificuldades".

Mas os argumentos dos empresários não parecem convencer os artistas. Ivan Lins, que recebe em média Cr$ 200 mil mensais pela execução de suas músicas, afirma que os empresários relutam em abrir seus livros de contabilidade, o que será necessário caso seja adotada a nova sistemática. "Já oferecemos a alternativa de cobrar um percentual sobre o potencial publicitário", lembra o cantor "mas eles não quiseram". Segundo circula nos meios publicitários, o total da mídia aplicada em rádio e TV no ano passado atingiu Cr$ 40 bilhões. A incidência de 3,5% sobre este valor proporcionaria a apreciável quantia de Cr$ 1,4 bilhão, a ser dividida entre os compositores. "Com estes recursos, o compositor poderia dedicar-se à criação com mais tranqüilidade", ressalta Erasmo Carlos, um dos campeões de arrecadação com média de Cr$ 800 mil por mês.

Por enquanto, o MEC suspendeu o pagamento até que as partes se acertem. Carvalho Filho observa que as empresas não se recusam a pagar mais, mas rejeitam o novo critério: "Caso o Chico Buarque cobrar Cr$ 200 mil, eu toco alguém que cobre apenas Cr$ 1,00 e ponto final". Para isto ele aposta na divisão da classe artística motivada por uma medida anterior adotada pelo Ecad no primeiro semestre, que separava 30% do total arrecadado para repartí-lo igualmente entre os autores de músicas executadas.

Assim, enquanto durou este critério, por exemplo, o gaúcho Vitor Ramil, que deveria receber apenas Cr$ 532,00, já que tinha só uma música gravada — *Mina de Prata,* por Zizi Possi —, acabou levando Cr$ 10 mil. Mas os compositores de maior sucesso tiveram sua renda reduzida drasticamente. Gonzaguinha, com uma média mensal de Cr$ 1,5 milhão, ganhou apenas Cr$ 500 mil.

Sucesso

Humor gaúcho mostra como vender jornal

Quando lançaram o mensário *Tchê,* há cinco meses, seus proprietários, os jornalistas Ayrton Ortiz e Mário Goulart venderam carro, férias, fundo de garantia e se prepararam para aguentar um prejuízo nas seis primeiras edições. No entanto, a receptividade obtida pelo jornal surpreendeu aos próprios donos, tanto que os 8 mil exemplares do nº 4, contendo uma apimentada entrevista com o colunista social Roberto Gigante, falando de seus amores com homens e mulheres, logo se esgotaram e foi tirada uma edição suplementar de 5 mil exemplares.

O jornal circula no Rio Grande do Sul e Santa Catarina e sua fórmula é simples: uma entrevista forte por edição, humor e artigos assinados, tudo por apenas Cr$ 30,00. A curiosidade em torno do jornal deve-se, em grande parte, à entrevista com o líder bancário Olívio Dutra, publicada no primeiro número, cujo tom não agradou a setores do PT.

Na entrevista, Dutra deixou de lado as costumeiras abordagens políticas e falou de sua vida pessoal, inclusive de suas experiências sexuais. A repercussão foi tal que toda a edição foi comprada pelo PT. "A matéria prejudicou o jornal", garante Ortiz. "Nem nós nem o próprio Olívio imaginávamos que ela fosse usada pela direita e até por gente da esquerda para tentar prejudicá-lo".

Sexo & TV

Vamos voltar a Hollywood dos anos 50?

Lembram o Édipo? Matou o pai e dormiu com a própria mãe. É muito conflito, e a grande arte, como o folhetim televisivo, depende bastante disto que se chama de *miséria humana* para prender a atenção e comunicar alguma coisa. Isto aqui é, a propósito do texto de uma das organizadoras da campanha pela Censura na TV, *Precisamos Salvar Nossas Crianças,* num dos números de junho da revista *Veja.* Dona Marlene não-sei-o-quê diz que os meios de comunicação estão emporcalhando o sexo. Não cita nomes, mas deve estar se referindo à sunga de Antônio Fagundes ou à masturbação de Catucha. Para dona Marlene há tanta coisa mais bonita para mostrar no relacionamento homem-mulher e no sexo-procriação. Imaginem...

Close de Betty Faria entreabrindo os lábios na novela das oito, mas sem mostrar a língua. Close do galã, pode ser o Tony Ramos, olhos *cúpidos* de desejo, como se diz na subliteratura de Adelaide Carraro. Quando eles vão se beijar, a câmara se afasta e dirige-se para a lareira. Se for beijo adulterino, a câmara vai para a janela onde um raio risca o céu. Corte. Betty Faria grávida ou, quem sabe, embalando o bebê. Quer dizer, se prevalecer a vontade das donas Marlenes que querem nos moralizar, vamos voltar a Hollywood, anos 50. Tudo aborecidíssimo. Afinal, este tipo de *felicidade* já é o que as pessoas têm em casa (ou não?).

Censura na TV deve ser privilégio do espectador, única posição digna. Pode existir um código de ética, mas a palavra é do público. Não gostou, muda de canal ou desliga o botão. Clic. E os pais que tratem de fazer os filhos respeitar as proibições por faixa etária e horários. Mas dona Marlene acha que é pouco, que o país está viciado em televisão. Pior para o país. Chamar a polícia, o que representa, em última instância, o pedido de mais Censura na TV, é que não. Quanto a salvar nossas crianças... Nobre causa. Existem 25 milhões de menores carentes no Brasil. Um Exército de Pixotes malamados e violentados, que um dia talvez nos farão comer fogo. Só que não vai ser tirando o sexo da TV que o problema será resolvido.

L.C.M.

Nostalgia

Palco de Elis virou bailão

O primeiro palco pisado pela menina Elis Regina de Carvalho Costa, que o Brasil conhece apenas por Elis, desapareceu. Hoje, o cinema Castelo, templo dos programas de auditório da década de 50, livrou-se de suas três mil cadeiras e preparou-se para os novos tempos: transformou-se no Bailão do Castelo, onde, por Cr$ 300,00, um casal pode dançar a noite inteira.

O Castelo também testemunhou os passos iniciais de outro vencedor: ali começou, apresentando a própria Elis, o ex-animador de auditório Maurício Sirotsky Sobrinho, atualmente dono da Rede Brasil Sul de Comunicações — onze emissoras de TV, um jornal, rádios AM e FM no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Brasília.

Sirotsky apresentava o programa de maior audiência da Rádio Sociedade Gaúcha a PRC-2, — que compraria anos depois — misturando a fórmula quase sempre infalível de humorismo mais música. Aí resplandecia a menina Elis que, em 1959, faturava nada menos de 500 mil réis por apresentação, o maior cachê do Castelo, cantando sambas e boleros.

Depois de entrar para a história do rádio e da música, o Castelo fez sua estréia aos 41 anos, na literatura. No ano passado, o romancista Josué Guimarães adotou o velho cinema do bairro da Azenha como figurante do seu *Camilo Mortágua.*

Elis nos tempos do Castelo...

Vigésimo-oitavo cinema fechado em Porto Alegre nos últimos 40 anos — eram 52, hoje são 24 — o Castelo vai enfrentar outra parada dura: na Grande Porto Alegre existem cerca de 70 bailões. Nos últimos três anos, o bailão transformou-se num dos maiores fenômenos populares do Sul. Versão gaúcha do forró, funciona na base de um galpão ou armazém, um animador, alguns músicos e muito entusiasmo, fornecido pelo respeitável consumo de cerveja e cachaça.

Daniel de Andrade

... hoje pista de dança

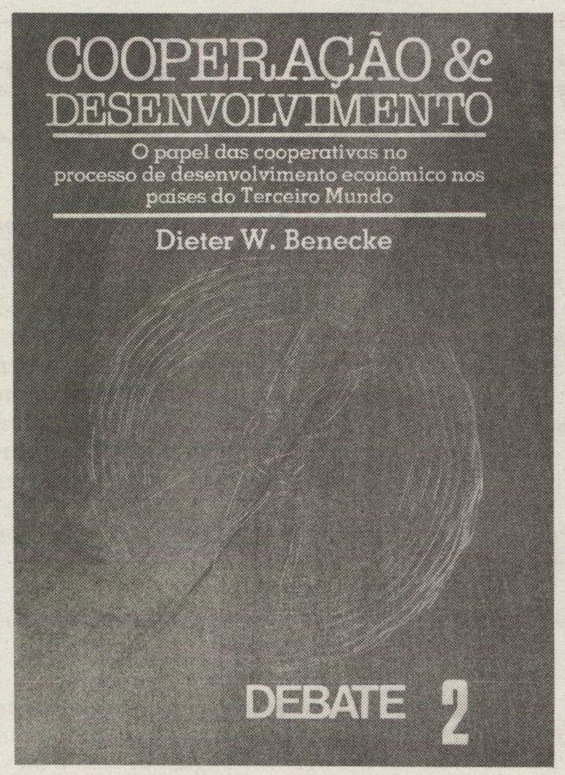
Mas o folclorista Antonio Augusto Fagundes, 46 anos, ex-freqüentador dos programas do Castelo e antigo namorado de Elis Regina, garante que o sucesso do bailão está "superando o planejado". Segundo Fagundes, dono do bailão, cinco mil pessoas encheram o Castelo no dia da inauguração. Fagundes também pretende criar uma escola de danças folclóricas que funcionará durante o dia, aproveitando integralmente os dois mil m² do salão. Mas, por enquanto, são apenas planos. Certo mesmo é o legado de histórias da chamada *época heróica* do rádio deixado pelo Castelo.

"Eu me lembro — conta o ex-animador Ivan Castro — de uma vez em que o Paixão Cortes tinha que subir no palco e dar um tiro de festim. Pois o Paixão carregou demais a garrucha e quando atirou provocou um curto-circuito. Botou o salão no escuro e o programa fora do ar..."

As cooperativas nos países subdesenvolvidos

O que uma cooperativa pode fazer na economia de um país do Terceiro Mundo? As cooperativas podem realmente contribuir para a mudança de estruturas econômicas? "Cooperação e Desenvolvimento" é um raro livro sobre o papel das cooperativas, analisando estes assuntos em profundidade. São 240 páginas de informação e análise sobre a importância deste sistema econômico para a estratégia de crescimento de um país como o Brasil.

O autor, Dieter W. Benecke, aprofunda estudos sobre a economia dos países em desenvolvimento; o que se pode esperar das cooperativas neste processo; os fatores positivos e negativos da atividade cooperativa; o Estado controlador da atividade cooperativa; a busca de novos caminhos para superar o fracasso da política de desenvolvimento nos países capitalistas e socialistas.



Uma co-edição COOJORNAL e ASSOCENE

Solicito enviar...exemplar(es) do livro "Cooperação e Desenvolvimento", ao preço unitário de Cr$ 350,00 cada.

Nome:_____

Endereço:_____

Cidade:_____

Estado:_____ CEP:_____

DOMINGO NO PARQUE

DEBATES

Cooperativismo e Empresas

Os principais problemas (que o Brasil não sabe como resolver)

Solidariedade foi a palavra chave que levou um grupo de ingleses no século passado, a inventar o cooperativismo. Hoje este subsistema econômico é influente em todo o mundo — 60% da população sueca e 30% dos ingleses, por exemplo, são associados de cooperativas. No Brasil, e especialmente no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo, o cooperativismo também já se desenvolveu bastante.

As cooperativas produzem hoje 80% da soja, 90% da lã, 51% da carne e 90% do trigo no Brasil, além de 52% do leite que se destina às usinas e 72% do leite vendido in natura *nas pequenas cidades do interior. E mesmo assim, apenas 1 milhão e 400 mil brasileiros são cooperados. Mas é esta resposta positiva que preocupa os empresários.*

Há cerca de três ou quatro anos as cooperativas começaram a ser acusadas de gigantismo, de competirem desigualmente com as empresas mercantis em função dos subsídios que recebiam. Para discutir questões como esta, Cooperativismo e Empresa, *o* **Coojornal,** *no seu relançamento, no início de junho, reuniu Roberto Fendt, superintendente da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, do Rio de Janeiro; Ruben Ilgenfritz da Silva, presidente da Cotrijuí (Cooperativa Regional Tritícola Serrana de Ijuí) e membro do Conselho Nacional de Cooperativismo; e Jarbas Pires Machado, presidente da Fecotrigo (Federação das Cooperativas de Trigo e Soja), que reúne cerca de 200 mil produtores rurais gaúchos. O mediador foi o jornalista Hélio Gama, da sucursal de Porto Alegre da* Gazeta Mercantil.

Os desafios: inflação, contas externas, retomada do crescimento e sua distribuição

ROBERTO FENDT — Há quatro grandes desafios a que as cooperativas, como qualquer outra empresa, terão certamente que se dirigir. Estes desafios estão sintetizados no problema da inflação, no programa da retomada do crescimento, na questão do balanço de pagamentos das nossas contas externas e no problema do crescimento com uma distribuição mais eqüânime dos frutos deste crescimento.

Em primeiro lugar, temos a inflação. Após cinco meses de forte restrição monetária, acredito que agora em maio podemos ter conseguido, pela primeira vez, algum resultado significativo no que diz respeito aos índices inflacionários. Significativo no sentido de revelar uma tendência de decréscimo. Já em abril houve um decréscimo e o mês de maio ficou fortemente condicionado pela forte retração de demanda advinda da realização dos principais resultados da política monetária creditícia.

Não significa que a inflação terminará, mas que a inflação está no caminho de se encerrar, de perder a sua dinâmica. Assim, todo este sacrifício de contenção monetária creditícia, pelo qual a economia vem passando já desde a segunda metade do ano passado, estará agora a ser recompensado, induzindo as autoridades a permanecerem nesta linha.

Quanto às contas externas, os resultados são mais satisfatórios do que nós mesmos imaginávamos há três meses. O déficit acumulado da balança comercial brasileira nos quatro primeiros meses do ano é de quatrocentos e poucos milhões de dólares, quando em igual período do ano passado era de um bilhão e oitocentos milhões de dólares. Assim, do lado das contas externas, certamente estaremos a observar em 81 o melhor dos resultados da política econômica. Não seria surpreendente se a balança comercial deste ano apresentasse um equilíbrio ou mesmo um pequeno superávit. E qualquer movimento neste sentido está a significar uma redução na evasão de divisas do país da ordem de três bilhões de dólares ou mais até, na hipótese de um pequeno superávit.

Mais uma vez, isto reflete um novo quadro, dentro do qual a atividade cooperativa deverá se inserir. É uma nova faceta da realidade brasileira que estará a demandar de todos nós, envolvidos de uma forma ou de outra com o cooperativismo, um posicionamento diferente do posicionamento que nós tínhamos no período anterior.

A retomada do crescimento é o *calcanhar de Aquiles* da política econômica. Nós nos habituamos, durante muito tempo, a acreditar que em economia existem milagres e milagreiros. Este tipo de coisa infelizmente não acontece. O que ocorre é o aproveitamento sistemático, feliz, de um momento propício, e a reação inteligente, a resposta do político inteligente diante de situações desagradáveis.

A questão do crescimento com uma distribuição de renda mais eqüitativa vai suscitar, ao longo dos próximos anos, algumas das principais questões no que diz respeito ao posicionamento do sistema cooperativo, no Brasil. Não há dúvida de que, no caso brasileiro — e como já se observara em outros países, em suas fases áureas —, o crescimento teve a marcante característica de produzir uma forte concentração, tanto da renda como da propriedade.

Mas agora, no meu entender, o esforço cooperativo representa uma das respostas mais satisfatórias e mais propícias ao caso brasileiro para um engajamento na empresa privada. Isto vale tanto nos três primeiros esforços como, em particular, no último esforço, o de crescimento com justa distribuição. Não há nenhuma dúvida de que um dos grandes temas de discussão hoje colocados, na economia brasileira, é o da participação do homem ou da empresa privada no desenvolvimento e no equacionamento dos principais problemas por que passa a nossa economia. Nós vivemos num mundo de grandes empresas e, evidentemente, quem não se associa, perece. A grande resposta que temos, como alternativa à participação ainda maior da empresa multinacional na nossa economia, ou à participação significativa da empresa estatal, é precisamente a resposta da associação da pequena empresa de capital nacional em cooperativas. Sob todas as suas formas, esta participação certamente estará a condicionar muito no que diz respeito à própria distribuição de poder, à própria distribuição da renda, à própria distribuição da riqueza que estará a se efetuar dentro da nossa sociedade nos próximos dez anos.

Chegou a hora do cooperativismo ser um instrumento do seu associado

JARBAS MACHADO — Se é verdade que a inflação pode cair, é verdade também que, infelizmente, ela vai cair só depois que nós, produtores, formos bastante prejudicados. Infelizmente, o produtor tem tido mesmo um azar neste sentido. A inflação sobe quando ele tem que adquirir os seus insumos e desce quando ele tem que vender a sua produção. É lógico que a médio ou a longo prazo o produtor sairá beneficiado com a queda da inflação, mas ele tem sido, ao longo do tempo, bastante sobrecarregado, ao ter o peso dos custos inflacionados e o peso do valor de sua produção deflacionado.

Acontece que o cooperativismo, por muito tempo, tem sido visto e tomado num enfoque muitas vezes romântico. Sempre tem servido como instrumento, seja para aliviar determinadas tensões, para gerar alimentos, para fazer cair a inflação, e mesmo para equilibrar as contas externas.

Penso que definitivamente chegou a hora do cooperativismo ser decididamente um instrumento do produtor associado. Surge uma nova era do cooperativismo, em que ele realmente se compromete com a pessoa e procura resolver os problemas imediatos destas pessoas. Quantas e quantas vezes o cooperativismo é chamado a resolver problemas mais distantes, problemas de toda uma conjuntura econômica, pagando o preço de desprezar o problema imediato vivenciado pelo associado!

É importante notar o caso do Rio Grande do Sul, onde apenas nas cooperativas de trigo e soja temos 200 mil produtores associados, sendo que 160 mil deles têm uma renda familiar que mal ultrapassa a casa dos Cr$ 200 mil por ano. Existem no mínimo 50 mil famílias de produtores rurais associados às cooperativas gaúchas que têm uma renda per capita não superior a Cr$ 50 mil por ano, isto é, menos que o salário mínimo regional.

A culpa disto é do cooperativismo? Não. Mas responsáveis somos todos nós, cooperativistas ou não, perante esta situação. É extremamente importante, ainda, compreendermos a função que hoje se exige do cooperativismo. Ao mesmo tempo em que a renda desta grande maioria de produtores rurais permaneceu estável ao longo do tempo, as cooperativas conseguiram — verdade seja dita, em grande parte graças a financiamentos oficiais — montar uma estrutura econômica considerável.

Só nas cooperativas de trigo e soja, por exemplo, o cooperativismo gaúcho detém uma rede de armazenagem capaz de armazenar toda uma safra de trigo e soja juntas. Poderíamos passar um dia citando exemplos de conquistas do cooperativismo no plano econômico e o seu grande significado na economia brasileira. Mas é incrível constatar que, apesar de todo este avanço, o cooperativismo não conseguiu alterar as condições essenciais de vida de seu associado.

E eu repito: a culpa em si não é da cooperativa, mas o fato de ela ter sido muitas vezes chamada a resolver determinados problemas que não foram criados pelo produtor associado. Por isto, acho que é extremamente importante o debate que se deve fazer hoje sobre a função social do cooperativismo, sobre o que se espera de uma cooperativa como empresa, e que campo e que função de responsabilidade tem uma cooperativa hoje. Sem dúvida nenhuma, já podemos dizer que através da cooperativa é perfeitamente possível gerar todos os resultados necessários às melhorias da condição de vida.

A grande função do cooperativismo é dar poder de competição para quem não tem

RUBEN ILGENFRITZ — Um dos temas deste debate é passar a limpo esta discussão entre o que as empresas tradicionais, ou seja, as empresas mercantis, esperam do cooperativismo, e o que ele faz. Nós gostaríamos de nos situar um pouco nesta questão. Houve, de modo especial nestas duas últimas décadas, uma mudança substancial do comportamento de nossa economia. Registrou-se um ingresso enorme do capital estrangeiro e o ingresso de tecnologia altamente sofisticada, com a entrada de módulos industriais que obrigaram a um novo comportamento do sistema cooperativo.

Ocorreu, em decorrência, a realização da grande função do cooperativismo, que é dar poder de competição a quem não tem. Esta é a sua grande função. E a resposta da cooperativa à empresa convencional não é fruto do acaso. Nós nos organizamos para continuar competindo; se o cooperativismo tivesse

adotado outro funcionamento seria alijado, como muitas cooperativas e pequenas e médias empresas, comerciais e industriais, foram alijadas. Basta ver o que houve nos últimos 10 anos — houve uma substituição quase total das empresas que operavam inclusive nas pequenas cidades.

Em nome do desenvolvimento nós ingressamos num processo de modernização, num grau de sofisticação muito grande. Vamos citar apenas o exemplo da cultura da soja. Como era industrializada a soja até duas décadas atrás? Era através do mesmo princípio que valia para a uva — usando-se os pés para esmagamento. O óleo de soja não era produzido de forma muito diferente — era quase que pisando em cima do grão para tirar o óleo. Usava-se uma pequena prensa, num trabalho quase artesanal. Depois veio a modernização, e hoje, para que uma indústria de soja seja viável e possa competir a nível de mercado, ela precisa esmagar em torno de 600 toneladas de soja por dia, ou seja, 10 mil sacas de soja por dia. Pergunto: Qual é o produtor que produz 10 mil sacas por dia? E quantas cooperativas têm um volume de produção capaz de atender esta exigência industrial? Assim é que pequenas cooperativas e pequenos proprietários foram alijados do processo.

Com o trigo ocorreu um processo semelhante, porém, agravado com a questão da distribuição de quotas. E o que se vê hoje? As empresas que produzem mais farinha de trigo não são brasileiras, mas empresas estrangeiras, multinacionais que detêm as quotas que até bem pouco tempo atrás eram dos produtores.

Então, toda a economia se transformou. Reparem que as cooperativas, na medida em que tiveram que crescer, cresceram para competir. E entenderam que, à medida em que cresciam, tinham a função de ser formadoras de preços em relação aos bens de consumo. E começaram a se organizar, com a suas pequenas lojas, com os seus bodegões, que aos poucos foram crescendo até chegar ao nível de auto-serviço, o supermercado — e aí começaram as críticas de outros setores empresariais.

Até então as coisas eram admitidas. Isto é, a cooperativa bem comportada, prestando assistência técnica ao produtor, gerando insumos, investindo em armazenagem, tinha sinal verde. Mas até aí os investimentos iam por conta do produtor. Mas chegou o momento em que também os produtores se acordaram, e viram que precisavam organizar-se em relação àquilo que estavam consumindo — e começaram os bodegões.

Eram bodegões simplórios: a mercadoria de um lado, o balcão no meio e o consumidor do outro lado. Mas estas lojas cresceram, chegando a nível de auto-serviço, porque nós entendemos que, como produtores, também precisávamos formar o nosso grande *bolo* de consumo para poder competir. Muitos insumos e bens de consumo já eram produzidos como hoje, por grandes grupos internacionais, onde o preço oscilava em função da quantidade adquirida. Então, se comprássemos juntos, em grande quantidade, até o preço da alpercata diminuía.

Por isto estou convencido de que o limite da participação do cooperativismo deve ser determinado pelo associado. Este é também o limite do tamanho da cooperativa e o seu limite de comportamento. Daí vem o nosso desafio: organizar o produtor para dimensionar a função real do que ele deseja do sistema cooperativista e da sua cooperativa em particular.

A grande distorção que pode haver dentro do cooperativismo — em relação ao que se coloca como *gigantismo* nosso — é a da cooperativa no seu comportamento em relação ao associado, ou seja, a cooperativa se mercantilizar para poder competir. Agora, onde estão as distorções do sistema cooperativista? Na realidade, nós somos fruto de uma grande distorção sintetizada nos quatro itens aqui apresentados com muita propriedade pelo sr. Roberto Fendt.

Que história é essa de brim coringa com marca em francês, Dior ou Cardin?

HÉLIO GAMA — Temos aqui um telex enviado pelo presidente da Câmara da Indústria e Comércio Agropecuário e Serviços de Passo Fundo, sr. Gilson Grazziotin, que se desculpa por não ter sido possível vir pessoalmente a este debate. Mas não queria ficar fora do debate, e enviou esta questão:

"Não nos opomos às cooperativas, pois as apoiamos em sua atividade firme que é a congregação de forças do homem rural, mas não podemos concordar, tampouco calar, frente ao posicionamento ora adotado por um grande número de cooperativas, que busca na comercialização de produtos, desvinculados de sua natureza, a lucratividade e a ampliação de sua força econômica. Se as cooperativas visam sua transformação em empresas comerciais, que isto seja feito em condições de igualdade com as empresas privadas, pagando, portanto, Imposto de Renda, pagando PIS sobre o faturamento, e não sobre a folha de pagamento, e abrindo mão da vantagem de juro subsidiado. Além disso, o cooperativismo foge ao seu ideal, pois sua atividade fim, que é incentivar e apoiar a produção agrícola, fica relegada pela atividade da prestação de serviços, desvirtuando o espírito e o próprio sistema cooperativista. Dizemos, ainda, que não acreditamos na polivalência dos dirigentes de cooperativas, o que já está demonstrado pela ineficiência de muitas cooperativas que, para subsistirem, tiveram necessidade de aporte de capital pelo Governo. A atual situação das cooperativas, entrando competitivamente, sem igualdade de condições, no mercado de bens de consumo, é um desestímulo e uma afronta à empresa privada."

JARBAS MACHADO — Nós dizíamos inicialmente que o cooperativismo, até um determinado momento, foi basicamente usado para gerir e transferir resultados — e que agora o cooperativismo começava a se comprometer no sentido de fazer com que estes resultados voltassem à fonte geradora, o produtor. E é no momento em que o cooperativismo deixa de ser funcional a um determinado modelo e passa verdadeiramente a reverter o fluxo de concentração de renda para ser instrumento de distribuição de renda — é neste momento que ele naturalmente começa a pisar nos calcanhares de muita gente. Aí começam a se acirrar críticas acerbas contra o cooperativismo, como a que nós ouvimos, embutida na pergunta que nos é formulada por telex.

Isto, de uma certa forma, é um elogio ao nosso cooperativismo. Nós estaríamos muito preocupados se a intermediação hoje existente estivesse batendo palmas a nós outros. É de se desafiar, a quem quer que seja, a provar que cooperativas gaúchas utilizem créditos subsidiados para fornecer bens de consumo em suas lojas ou bodegões. Por outro lado, é bastante difícil de se conceber a lógica de que uma pessoa ou empresa possa ter uma loja, quando se quer negar este direito a um grupo de pessoas reunidas. Isto é a lógica clara de que o interesse coletivo, o interesse de toda uma coletividade, deve se subordinar sempre ao interesse e à ganância individual.

Quanto à questão dos impostos, não existe quem gere mais impostos no estado do que as cooperativas. E desafiamos alguém a demonstrar que elas não pagam os mesmos impostos que todo mundo paga. A cooperativa só não paga o Imposto de Renda porque este é pago individualmente por cada um de seus produtores associados. Portanto, são totalmente descabíveis estas acusações contidas na pergunta. O cooperativismo realmente cansou de ser o instrumento que transfere renda que ele gera para uma grande concentração de renda neste país.

RUBEN ILGENFRITZ — Não há muito mais a dizer em relação a isto, a não ser que nós nunca pedimos tratamento preferencial. Não estamos preparados com números agora, mas poderíamos analisar oportunamente: não há termo de comparação, em relação ao cooperativismo, com os inúmeros incentivos fiscais existentes para a empresa capitalista mercantil.

Na realidade, acho que há uma angústia por parte dos empresários em relação ao desenvolvimento das cooperativas, e acho que esta angústia é válida. Acho que esta provocação tem que ser aceita para que possamos ir às causas reais do problema. O que nós estranhamos é que não há protestos oficiais em relação a um grupo de fora, até do exterior, que chega para atuar numa faixa de mercado, em que este está plenamente estável. Vem grupo de fora, leva uma fatia do mercado e ninguém reclama. Agora, quando uma cooperativa abre mais um supermercado, ou abre mais uma loja, por que esta contestação toda?

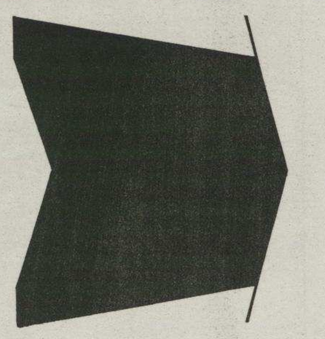
A verdade também é a seguinte: as pequenas empresas estão, paulatinamente, desaparecendo, e todos os que hoje criticam o sistema cooperativista como um todo, possuem grandes cadeias de lojas que, inclusive, estão presentes em todas as áreas onde nós colaboramos para abrir pequenos armazéns.

Mas a política da cooperativa é plenamente diversa: vejamos o exemplo dos eletrodomésticos. No supermercado da Cotrijuí a geladeira não tem cor, não tem sofisticação. O associado pode escolher o tamanho — cor só no magazine mais sofisticado. A verdade é que, no fundo, quem está totalmente desorganizado é o consumidor. Se possível, nós pretendemos chegar a um ideal em que estará estabelecido o que o consumidor precisa e o que não precisa, afastando o consumismo. Que história é esta de brim coringa com marca em francês, Dior ou Cardin?

Se vocês estão na comercialização têm que entrar no luxo. Joãozinho Trinta já falou

HÉLIO GAMA — A platéia pede para transferir a mesma pergunta vinda de Passo Fundo ao sr. Roberto Fendt.

ROBERTO FENDT — Eu já ia me oferecer para meter a minha colher neste debate. Todo mundo mais ou menos concorda em que a entrada de alguém numa atividade econômica não deve ser cerceada. Acredito que os dois lados da questão concor-



A UNIDONTO PROPÕE A TODAS AS COOPERATIVAS UM BOM NEGÓCIO

A Unidonto oferece assistência odontológica pelo sistema cooperativista.
A Unidonto oferece consulta e tratamento odontológico com hora marcada.
A Unidonto oferece seu plano de assistência familiar.
A Unidonto oferece preços mais baixos.
Solicite a presença de um executivo da Unidonto.

unidonto
PORTO ALEGRE
sociedade cooperativa de serviços odontológicos ltda.
Unidonto Porto Alegre Fone 24-5380 Av. Borges de Medeiros, 596 4° andar G. 42

DEBATES

Cooperativismo e Empresas

dariam com isto, e concordariam mais com a idéia de que em igualdade de condições qualquer um teria que entrar e deveria ficar aquele que desempenhasse mais eficientemente as funções pleiteadas. O que parece estar na raiz da questão, de novo, é a velha questão do subsídio ou incentivo, que tantas vezes trazem muito mais problemas do que soluções efetivas. É bastante claro que tanto de um lado como do outro há um conjunto enorme de incentivos de toda a natureza, a economia é cheia de créditos subsidiados por todo lado. Na verdade, há um cipoal de incentivos e subsídios que confundem o próprio Governo, o que acaba, no fundo, criando uma discussão deste tipo.

Acredito que se não houvesse toda esta confusa situação de incentivos e subsídios, seria muito mais fácil saber qual é o papel de uma atividade comercial puramente comercial, qual o papel de um grupo de cooperados comprando elementos tanto no meio de produção como no meio de consumo.

Agora, quanto à questão de consumir o brim coringa com o nome de Dior ou qualquer outro, eu diria ao Ruben o seguinte: eu acho que certamente se vocês estão na comercialização, vocês tinham mais era que entrar no luxo também. Joãozinho Trinta já falou nisto, na verdade, o nosso povo quer um padrão de vida mais sofisticado. A platéia pode achar até irracional, mas são padrões que não têm nada a ver com o país subdesenvolvido e atrasado como é o nosso. O *jeans* feito nos Estados Unidos é feito com tecido exportado pelo Brasil. Lá recebe a etiqueta *Lee* ou *Lewis* e o povo compra aqui na ilusão de que se tem esta marca, ou a de Pierre Cardin, é um negócio completamente diferente. Assim, Ruben, se vocês estão na distribuição destes bens, pensem um pouco nisto; certamente os cooperados vão ficar mais satisfeitos.

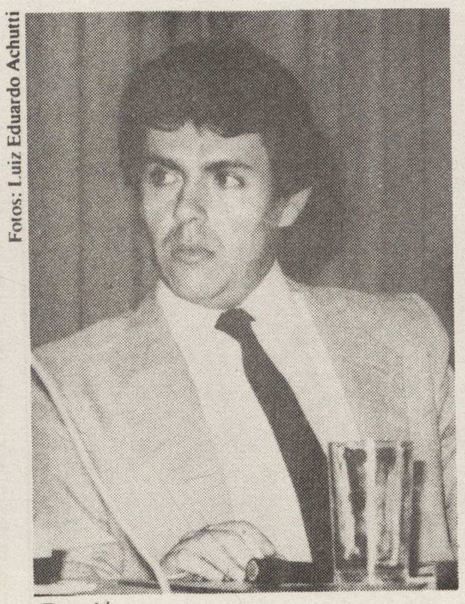
RUBEN ILGENFRITZ — Acho que aí é que começa a discussão. Quem é que pode aspirar? É uma classe média com algum poder aquisitivo. Mas a massa não aspira, quer é comer, vestir alguma coisa. Então, acho que o sistema cooperativista não pode entrar neste consumismo. Veja que até o tipo de indumentária que usamos aqui é, na maioria das vezes, incômodo. Mas o gaúcho criou-se usando bombachas! Bombachas e outras roupas simples, feitas com o brim diamantina.

Nós não somos um país com recursos para pagar direitos para o exterior em função de uma marca ou nome de um grande costureiro francês que é usado numa calça de brim. Acho que a realidade nacional exige uma denúncia disto, e um comportamento diferente em relação a isto.

E as coisas que acontecem em nosso setor industrial? De repente, lançam mais um automóvel no mercado. Nós, consumidores, estamos esperando que o novo carro faça 30 quilômetros com um litro de gasolina, mas não. O automóvel tem mais relógios no painel, tem um equipamento mais sofisticado, e vai simplesmente atingir aquela classe de consumidor que pode ter quatro, cinco automóveis. O que aconteceria com esta indústria se entrasse no mercado um fabricante de outro país, apresentando uma visão diferente para este tipo de problema, com um automóvel que levasse em consideração a realidade do país e do combustível?

Ilgenfritz

Fotos: Luiz Eduardo Achutti



Fendt

Jarbas

É preciso fugir do risco de a cooperativa fazer só o que a direção imagina que seja o mais correto

HÉLIO GAMA — A platéria pergunta: "Se 160 mil associados têm renda familiar em torno de Cr$ 200 mil por ano, e outros 50 mil ganham menos de Cr$ 50 mil por ano, como se explica o surpreendente crescimento de algumas cooperativas e centrais, como a Fecotrigo?

JARBAS MACHADO — Como falou em Fecotrigo... Existe esta contradição interna, mas não podemos apressar a conclusão de que a capitalização do sistema cooperativista tenha se dado em cima do achatamento da renda desta maioria de associados. Em primeiro lugar, deve-se lembrar que a cooperativa distribui os resultados gerados de acordo e proporcionalmente com a produção entregue pelo associado.

Mas a questão crucial, repito, é que o cooperativismo tem que deixar de ser instrumento para objetivos alheios aos interesses de seus associados. E devemos ainda lembrar que passamos por um período de fundamentar bases. Nós tivemos de criar toda uma rede de armazenagem — e qual é a empresa de capital que gosta de investir em armazenagem? A grande indústria quer ter hoje uma soja limpa na mão, pronta para ser esmagada. Esse negócio de tirar a sujeira e água da soja é para as cooperativas... Forçosamente, aconteceu ainda que as cooperativas tiveram que se capitalizar e constituir para evitar que o processo de queda de renda do pequeno produtor fosse mais acentuado ainda.

PLATÉIA — Por que a Fecotrigo levantou como bandeira prioritária a gestão democrática, ou seja, a organização do quadro social?

JARBAS MACHADO — Cooperativa, como todos nós sabemos, é uma sociedade de pessoas, em que a maioria das pessoas — e não a maioria do capital — decide e direciona a organização. Em função disso, é absolutamente necessário que se criem os canais de participação, para que essa grande maioria de associados realmente possa exercer um poder de decisão dentro da cooperativa.

Por outro lado, o cooperativismo tem a sua grande força exatamente nas pessoas. E ele deve estar direcionado em função do interesse destas pessoas. Para definir estes interesses, precisamos ter um mínimo de autenticidade interna, com um mínimo de organização, para que cada produtor possa negociar seus interesses. É necessário, portanto, que a cooperativa gere um novo pacto interno, em que o poder na organização fique democratizado, e o associado tenha realmente a possibilidade de participar. É preciso fugir sempre do risco da cooperativa fazer o que a direção, ou seu corpo técnico, imagina que seja o mais correto. Embora a intenção seja a melhor possível, o resultado final poderia não atender o interesse fundamental de todo o quadro social.

PLATÉIA — Em função de uma série de colocações apresentadas, em perguntaria ao sr. Fendt: a resposta que o cooperativismo tem que dar, é para o Governo ou para o produtor?

ROBERTO FENDT — Acho que a pergunta se auto-responde, e aqui já foi colocado que o objetivo central da cooperativa é, claramente, produzir resultados para os cooperados. Não há o que inventar em relação a isso. O que há de diferente, principalmente num estado como o Rio Grande do Sul, com uma forte colonização alemã, é que o cooperativismo oferece outra alternativa a uma série de problemas da sociedade. As cooperativas são uma forma eficiente. objetiva, de tratar dos problemas da coletividade brasileira — que são, em essência, aqueles que apresentei em minha primeira intervenção. Aliás, quanto mais as cooperativas atenderem a seus próprios interesses, mais elas estarão atendendo aos interesses do resto da coletividade brasileira, não membros das cooperativas.

O setor de habitação é a primeira grande distorção do cooperativismo

HÉLIO GAMA — Temos aqui uma pergunta, endereçada aos três participantes, que mostra que Passo Fundo está realmente preocupada com as cooperativas. Pergunta o vice-presidente do CDL de Passo Fundo: "Foi admitido, aqui, o desaparecimento das pequenas empresas nos últimos tempos. Não parece que o gigantismo das cooperativas, com uma série de vantagens que lhes permitem criar mais alguns tentáculos, serve para sufocar os poucos pequenos empresários que restam no mercado?"

JARBAS MACHADO — Bem, a pequena empresa não está tão desaparecida assim. Hoje existem em torno de 900 mil pequenas empresas no país. É verdade, também, que muitas pequenas e médias empresas, e até grandes empresas nacionais, desapareceram. Os motivos disso são bem conhecidos, e o sr. Roberto já falou sobre isto no início. Agora, sinto informar que não foram as cooperativas as culpadas. Pelo contrário: organizada também no sistema de distribuição, a cooperativa tem se tornado um sustentáculo importante para a pequena empresa local.

O Ruben talvez possa responder a isto melhor do que eu, pois em Ijuí mesmo não se vê empresário muito preocupado com as cooperativas, porquanto elas têm sido a sustentação, em termos de viabilidade comercial, daquilo que a pequena empresa está produzindo. E Ijuí não é exceção à regra. Por outro lado, o que a cooperativa pode tirar na faixa do comércio puro e simples, ela repõe com juros e dividendos na geração do poder aquisitivo. Que seria do comércio local, no interior deste estado, se não fosse a atividade da cooperativa gerando o poder aquisitivo?

RUBEN ILGENFRITZ — Em primeiro lugar, nós não acusamos a grande empresa ou a grande cooperativa de acabar com a pequena empresa. O que apontamos é uma distorção do modelo econômico. Agora, se formos analisar mais profundamente, vamos verificar que algumas grandes empresas nasceram no meio do produtor.

As primeiras críticas ao gigantismo das cooperativas surgiram lá em Ijuí, na Associação Comercial. Mas hoje, o comércio de Ijuí, e de uma forma especial a pequena indústria, cansou de transferir seu insucesso ou problema para a cooperativa. Lá nós só temos um supermercado — não são dez nem cem — e o pequeno empresário da cidade convenceu-se de que o crescimento de Ijuí deve-se em boa parte ao crescimento da Cotrijuí.

Existe outro exemplo. Os pequenos comerciantes de Ijuí, os chamados *bolicheiros,* aqueles que têm um pequeno armazém atendido pela própria família, manifestaram o interesse de que a nossa cooperativa abrisse o seu setor de supermercado para eles, criando uma espécie de seção de atacado, para poder atender às suas necessidades de consumo.

Acontece aí que, se a cooperativa for organizada no setor de consumo, é porque ela encontrou uma escala suficiente para poder adquirrir volumes e permite a formação do preço. Então, por que não usar a estrutura da cooperativa? Não são os preços, na realidade, os vasos capilares de todo o processo de consumo?

HÉLIO GAMA — Uma questão que se refere ao que foi colocado rapidamente pelo presidente da Cotrijuí no início de sua exposição: "Qual é a vinculação das cooperativas de habitação com o sistema cooperativista?"

RUBEN ILGENFRITZ — O setor de habitação é a primeira grande distorção do cooperativismo brasileiro, pois dele participam nove milhões de brasileiros exercendo o papel de meros objetos. Eles não usam o sistema cooperativista e sim, o organismo para construir a residência, não opinam nada sobre o que estão comprando, e isto é tão verdadeiro que nem o lazer estas cooperativas organizam. Pior do que isto, a maioria dos conjuntos habitacionais tem um setor de consumo que é entregue para uma rede mercantil explorar.

Imaginem, agora, nove milhões de brasileiros discutindo habitação. Na minha região, por exemplo, tem bastante material de construção: tijolo de barro, telha de barro, etc., mas o que usamos lá é Brasilit e Cerâmica! Se os associados de cooperativas de habitação pudessem discutir coisas como esta, viveriam melhor e pagariam ainda menos pela casa.

E as cooperativas de habitação não têm nenhuma referência institucional, pois estão à margem do sistema cooperativista. Elas são um ser perdido, com uma vinculação ao Banco Nacional de Habitação que, por sua vez, cria outro órgão nas capitais para determinar o que deve ser feito e o que não deve ser feito pelas cooperativas. Se a cooperativa vai comprar um terreno, eu, associado e comprador, não participo da decisão — e sempre tem alguém com um lote suficiente para vender por um bom preço, supervalorizado! A grande distorção é que não há participação nenhuma do associado, e uma cooperativa em que o associado não participa não é cooperativa.

Faça seu pedido pelo reembolso postal para Coojornal — Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS

COOPERATIVISMO E COMPETIÇÃO
A experiência do Cooperativismo alemão na busca de adaptação ao regime capitalista.
Coleção Cooperativismo
Selo Debate nº 1
Cr$ 100,00

Faça seu pedido pelo reembolso postal para Coojornal — Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS

QUERIDA FAMÍLIA
Um drama do nosso tempo. As cartas enviadas pela brasileira Flávia Schilling à sua família narrando toda sua amarga experiência nos cárceres uruguaios.
Cr$ 100,00

CARTAS

Orgasmo de prazer intelectual

"São três minutos da madrugada. Passei numa livraria (Entrelivros), vi o **Coojornal** nº 64, paguei Cr$ 100,00 todo contente, botei debaixo do braço, levei pra casa, sentei na cadeira de balanço, li o *humor* do Veríssimo, li a entrevista do Odorico, e gozei. Tive um orgasmo de prazer intelectual desses que eu já não tenho há bastante tempo. Viva o **Coojornal** (viva a seriedade do povo gaúcho! Gaúcho diz que o jornal vai parar mas vai voltar, e volta mesmo. E por isto que quando eu estava discutindo com meu vizinho do andar de cima, que tem dois cachorros policiais num apartamento de quarto e sala, quando eu reclamei que o cachorro dele já mordera três pessoas e não estava usando a fuceira que foi aprovada pelo condomínio, a primeira coisa que o cara falou foi: "Olha que eu sou gaúcho". Aí eu falei pra ele, humildemente: "Eu também sou, de Porto Alegre"

Mas como diriam os anglo-saxões modernos — to cut a long story short — ou seja, vamos aos finalmentes, como diria o Odorico: "Gaúcho queira ou não queira, é ponto de referência. E estamos conversados". A frase é minha. A volta do **Coojornal** é prova disso. O **Coojornal,** por outro lado, voltou mais brasileiro. Mais carioca, mais cheio de ginga, de humor, de mineirice (no bom sentido) e de picardia. Tô com vocês, faz quase três anos, e não abro, realmente. Um abraço, pois, aos senhores editores, principalmente àqueles que conheço. Gostei de saber que o Elmar Bones está de volta. O time está, pois, reforçado".

Jacob Wolfson Fº
Rio de Janeiro — RJ

"Para nós, o Coojornal *dançou..."*

"Neste momento estou com o nº 64 do **Coojornal** nas mãos. Acabo de tentar lê-lo até o fim e, lamentavelmente, confesso que não tive saco para fazê-lo. Daí não pude me furtar de fazer alguns breves comentários sobre o mesmo e, principalmente, sobre a "reformulação" que o jornal sofreu.

Como vocês devem saber melhor do que ninguém, desde há muito tempo a chamada imprensa alternativa vem ocupando um importante papel de informar o povo brasileiro das coisas que *realmente* são notícias, ocupando o espaço deixado pela grande imprensa, que inexoravelmente se aliou ao capital, a quem aliás ela sempre serviu.

Com o avanço do processo político e diante da necessidade de definição dos papéis, eis que quase todos os jornais se ligaram a partidos políticos, passando a porta-vozes das diversas tendências ideológicas presentes naquelas agremiações, o que, de resto, acabou por afastá-los de seus leitores habituais.

Diante disso, restaram apenas duas publicações com linha editorial realmente independente: o *Pasquim* e o **Coojornal,** ficando o *Pasquim* mais para a ala dos "desbundados" e o **Coojornal** como um jornal mais sóbrio e mais sério, tornando-se mesmo uma excelente referência histórico, política, cultural e informativa. Aliás, a única que realmente merecia crédito. Até que...

Devido à falta de maiores informações a respeito, achamos conveniente não discutir os motivos que levaram à "reformulação", ficando os comentários restritos ao que nos toca, ou seja, o "novo" jornal. Talvez seja prematuro julgar o jornal partindo apenas de um número, mas como o editorial sugere uma continuação do estilo, aqui vão algumas impressões sobre o nº 64:

— Número excessivo de matérias considerando-se o número de páginas.

— Matérias muito superficiais, sem nenhum aprofundamento.

— Falta de conteúdo nas matérias-chave.

— Muitas matérias de interesse restrito ao Rio Grande do Sul.

— Mal aproveitamento e má distribuição do espaço humorístico.

— Miscelânea de assuntos que não têm nada a ver um com o outro, como se o interesse fosse falar um montão de coisas, sem conteúdo, transmitir nada concreto.

— Matéria de capa de péssimo nível, digno da revista *Amiga.*

— Nenhum fundo crítico.

— Linha editorial completamente sem direção, sem eixo.

— Nenhuma informação histórica de interesse, o que marcava nitidamente o "antigo", tais como: Zumbi dos Palmares, Documentos Secretos da Guerrilha, Guerra do Paraguai, Invasão do México pelos Espanhóis, etc.

Desculpem, mas para nós o **Coojornal** dançou..."

Um Grupo de Leitores — Belo Horizonte — MG

Em defesa das idéias de Comte

"Uma visão parcial do panorama político brasileiro, sem suas conotações internacionais, em estranho partidarismo dedutivo, leva-nos à interpretação errônea dos acontecimentos sociais. Tal fato ocorreu com o artigo de Eduardo Bueno — *O Pai dos Ditadores* — publicado nesse jornal, de rara independência, de março/abril passado. Sua afirmação de que Júlio de Castilhos é o pai da instituição do regime ditatorial brasileiro, simbolizado nas figuras sumamente controvertidas de Getúlio Vargas, Costa e Silva, Emílio Médici, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo é uma heresia sociológica, desprovida de qualquer apoio histórico. Com exceção do primeiro, os demais nunca fizeram qualquer profissão de fé positivista e parece, por falta de citações, que desconheciam a obra de Comte.

Sabido é que A. Comte em sua política positiva, depois de exaustivo e atento de toda a fenomenologia sociológica, estabeleceu um regime político de transição para uma época normal ou positiva destinado aos povos ocidentais — a ditadura republicana — caracterizada por concentração executiva, mas sempre vigiada e controlada por uma opinião pública energicamente atuante, capaz de afastar ambições e veleidades pessoais. Fruto inseparável do pleno exercício das liberdades públicas e individuais, consubstanciada na ampla separação entre o poder temporal e os diferentes órgãos de direção espiritual, sua característica máxima.

Para ele a ditadura não consistia em regime de prepotência, repressão e coerção sob o comando de retrógrados tiranetes carismáticos, apoiados na força material, mas o exercício pleno de uma autoridade executiva, livremente imposta ou escolhida por uma esclarecida opinião pública, oriunda de um poder espiritual moralizado e independente e sempre sob a vigilância e aceitação dos preceitos libertários.

Impossível, pois, atribuir-se ao positivismo de Júlio de Castilhos a formação ditatorial daquele político e militares acima citados, que sempre foram adeptos de um autoritarismo assistido por imposições violentas e sempre liberticidas, que fogem inteiramente das medidas políticas preconizadas por Comte e por seus discípulos brasileiros.

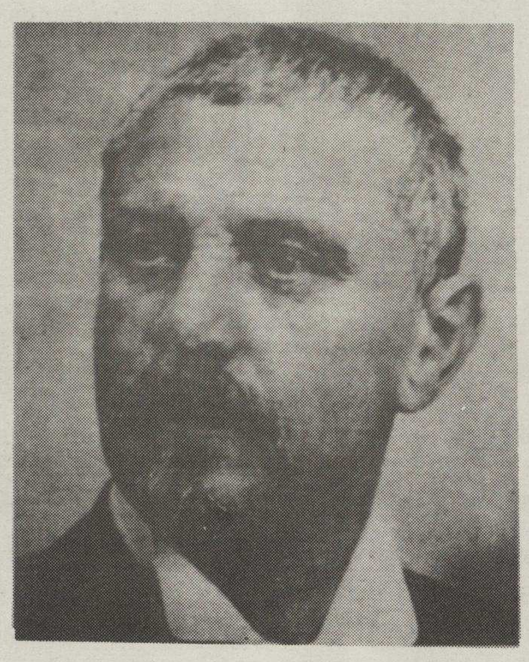
Destaque-se ainda um ponto esquecido pelo articulista: o surgimento mundial de um movimento ditatorialista, independente dos ideais de Comte, já que "o homem se agita e a Humanidade o conduz". Seus dirigentes, completamente alheios à obra comteana, por insuficiente divulgação, tornaram-se ditadores, ciosos da concentração e da unidade executivas com o desprezo total pelas liberdades públicas e individuais, tão acatadas pelo positivismo. Os exemplos são tão gritantes que basta citar alguns nomes, como os de Hitler, Stalin, Mussolini, Chiang-Kai-Chek, Salazar, Franco para conceder maior objetividade à afirmação, sem a menor vinculação positivista.

No Brasil, dessa estreita e coercitiva linhagem ditatorialista surgiram a comunista do indefinido Luiz Carlos Prestes e a integralista do inefável e expressivo Plínio Salgado. Enquanto o primeiro perdeu-se pela violência e pelo massagre da liberdade, o segundo cresceu pelo temor dos dirigentes em ver seus bens seqüestrados em favor da causa pública. As forças armadas eram o seu principal sustentáculo. A quase totalidade dos militares, com honrosas exceções, lhe deram completo apoio. Dessa raiz autoritária e liberticida nasceram Getúlio Vargas, Castelo Branco, Costa e Silva, Médici e João Figueiredo, todos senão adeptos pelo menos impregnados maciçamente pelos ideais verdes do retrógrado integralismo.

Ficaram sempre afastados das idéias republicanas de Benjamin Constant, Demétrio Ribeiro, Júlio de Castilhos, para citar alguns positivistas militantes na política, defensores instransigentes das liberdades públicas e individuais dentro de uma concentração executiva, cuja essência se encontra na Constituição do Rio Grande do Sul, de 14 de julho de 1881, que devia merecer a atenção dos atuais governantes.

Além da codificação perfeita dessas liberdades, consigna esta Constituição, pela primeira vez no mundo, uma situação de relevo aos trabalhadores, instituindo leis sociais que os afasta da marginalização então vivida numa sociedade que atribuía um valor pessoal ao capital, quando por sua origem, fruto do trabalho excedente de gerações sucessivas, deveria ter a imprescindível aplicação social, em favor da comunidade humana, como preconizou sempre Júlio de Castilhos. Jamais o pai de ditadores caricatos, mas de uma ditadura republicana com que honrou o Rio Grande do Sul pela sua grandeza moral e intelectual, associada à integridade ética de Borges de Medeiros e seus correligionários e que sempre colocaram os altos interesses da comunidade muito acima de suas ambições pessoais, como a historicidade dos fatos não nega."

Ruyter Demaria Boiteux
Rio de Janeiro — RJ



Júlio de Castilhos: "Uma ditadura que honrou"

A morte do Correio de São Carlos

"Para o jornalista, registrar que um jornal deixou de circular é como dar a notícia da morte de um amigo. Especialmente para quem ainda recentemente, deplorava, em artigo, o desaparecimento, um a um, de grandes e pequenos órgãos de imprensa brasileira, foi melancólico ler, na edição de 16 de maio último, que o *Correio de São Carlos,* desta pujante cidade universitária paulista, encerrava suas atividades. Não se trata de nenhum sentimentalismo piegas. Logo abaixo do cabeçalho lia-se: ano 69 — Nº 16.572.

Coriolano Ferraz Meirelles, explicando aos leitores a medida sentiu "não poder alimentar ilusões mais diante do problema conjuntural da economia brasileira, que é ruim". Dou-lhe razão e não tem sentido trabalhar no vermelho por puro idealismo, porque se é verdade que "nem só de pão vive o homem", também o é que "também de pão vive o homem". É, no entanto, uma vergonha nacional morarmos num país onde jornais — eu disse jornais, no plural — fecham. E não por má administração. Isto significa que moramos numa terra meio sem amor à cultura, à história, ao debate à informação e que deve adorar a superficial televisão, cheia de cores, mas tão vazia na formação das pessoas."

Roberto V. Themudo Lessa
São Paulo — SP

coojornal
ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
A Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre foi fundada em 24 de agosto de 1974, constituindo-se na primeira do gênero no país. A Cooperativa é uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral para um mandato de dois anos. Cada associado, independente de sua participação no capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia.

ASSOCIADOS:
Osmar Trindade (**Presidente**), Antônio Oliveira (**Vice-presidente**), Rafael Guimarães (**Secretário**), Affonso Ritter, Carlos Roberto Dornelles, Danilo Ucha, Luis Afonso Franz, Marcelo Oscar Lopes, Clarice Aquistapace, Jorge Polydoro, José A. Vieira da Cunha, Manoel Canabarro e Tomás Irineu Pereira (**Conselheiros de Administração**)
Elaine Lerner, Sérgio Batsow, Vladimir Neto Ungaretti, Eugênio Neves, Francisco Daniel da Silva e Mauro Toralles (**Conselheiros Fiscais**)
Daniel de Andrade, Edgar Vasquez, Fernando Goulart, João Batista Aveline, João Borges de Souza, Jorge Gallina, José Antônio Pinheiro Machado, Juarez Fonseca, Luiz Carlos Merten e Valdir da Silva (**Conselheiros de Edição**)
Acari Amorim, Adalberto Corrêa de Lemos, Adélia Porto da Silva, Ademar Vargas de Freitas, Ademir Fontoura, Adriano Lopes de Oliveira, Adroaldo Correa, Afonso Licks, Agene Schiffino, Airton M. Rodrigues, Alberto André, Alberto Filgueiras, Alberto Blum, Alda Souza, Alfonso Abrahan Alfredo Fedrizzi, Alice de Lorenzi Urbim, Amauri Mello, Amilton Vieira, Ana Amélia Lemos, Ana Maria Riviello, Ana Maria Smidt, Ana Maria Terra Magalhães, André Jockymann, Ângela B. Ricordi, Ângela Santamgelo, Ângelo Teixeira Júnior, Aníbal Bendatti, Anilson Gantes da Costa, Antôno Britto Filho, Antônio Carlos Esteves, Antônio Firmo Gonzalez, Antônio Dreon Peres, Antônio Vargas, Ariosto Teixeira, Ari da Silva Teixeira, Armando Burd, Armando Sobral Rollemberg, Armindo Antônio Ranzolin, Artur Monteiro, Artur Oliveira Filho, Artur Pereira da Silva, Artur S. Poester, Ataídes Miranda, Augustinho Licks, Avani Maenfeld, Ayrton Centeno, Ayrton Kanitz, Beatriz Micheletto da Rosa, Beatriz Polydoro, Benigno Rocha, Bernardete Duarte Schimitt, Bruno Ange Ferreira, Cândido Cruz, Carla Irigaray, Carlos Alberto Fruet, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Alberto Sardenberg, Carlos Alexandre Gruber de Castro, Carlos Alfredo Simch da Silva, Carlos Alves Müller, Carlos Athanazio, Carlos Fehlberg, Carlos Frederico Mentz, Carlos Gerbase, Carlos Karnas, Carlos Henrique Bastos, Carlos Marino Urbim, Carlos Mossmann, Carlos Rafael Guimaraens, Carlos Roberto Silveira, Carlos Salzano V. da Cunha, Carmem Rita Cagno, Carmem Silveira, Carmem Silvia Rial, Celso Rosa, Celso Schroeder, Cid Pinhero Cabral, Cinara Lima, Cintia Leal, Clarice Dornelles, Ciro Dias dos Reis, Cláudia Quinto, Cláudio Barcelos, Cláudio Levitan, Clayton Selistre, Cléa Marcia Motti, Clóvis Heberle, Clóvis Malta, Cristina Baptista Pereira, Cyro Canabarro, Delmar Marques, Divino Fonseca, Edelberto Behs, Edgar Lisboa, Edna Della Nina, Edson Chaves Filho, Edson Kosminski, Eduardo A. Tavares, Eduardo R. Bueno, Eduardo San Martin, Eduardo S. Guimaraens, Eleonora Canto de Lucena, Elio Falcão Vieira, Elisabete Portugal, Elisabeth Copetti, Eloísa Enck, Elmar Bones da Costa, Elser Quintana, Enio R. Rocha, Ercy Pereira Torma, Erni Quaresma, Euclides Torres, Eugênio Bortolon, Eva Caparelli, Evaldo Gonçalves, Evelyn Berg Ioshpe, Evilázio Oliveira, Fátima Regina Torri, Fernando Lindote, Fernando Saes, Fernando Guedes, Fichel Davit Chargel, Flávio A. Porcello, Flávio Dutra, Flávio Schubert, Floreal Rodrigues Rosa, Floriano Correa, Francisco C. da Silva Ribeiro, Francisco Dias Lopes, Francisco José Karam, Francisco Juska, Francisco Paulo Santana, Gabriel Matias, Geanoni Peixoto, Gecy Balmonte, Geraldo Hasse, Gerson Schirmer, Gilberto Pauletti, Gilberto Leal, Glauco Cruz Brandão, Gomercindo Coutinho, Guilherme Pereira de Souza, Guisleno Baru Derquin, Gustavo de Freitas Moritz, Haroldo Abrantes da Silva, Hedi Moema Bauer, Heidy Gerhadt, Hélcio Pereira, Hélio Gama Filho, Hélio M. Doyle, Heloísa Cé, Helton Ricardo Barreto, Hermelindo Macedo, Higino Barros, Hiltor Paulo Mombach, Hiron Cardoso Goidanich, Iara Bendatti, Iara Schilling Pereira, Iaraporan Müller, Ibsen Valls Pinheiro, Ieda Guterres Bernardi, Ignes Pletsch, Ilgo Wink, Ilza Girardi, Imara Stalbaum, Ivan Pinheiro Machado, Ivo Egon Stigger, Jandira Cesar, Jandira D'Ávila Feijó, Jane M. Filipon, Jayme Copstein, Jayme Klintowitz, jaime Saltchuk, João Batista Scalco, João C. Ferreira da Silva, João Paulo Lacerda, João dos Reis Muniz, Jorge Baumann, Jorge Freitas, Jorge Meditsch, Jorge Escosteguy, Jorge O. Carvalho Leite, Jorge Oliveira da Silva, Jorge M. Gomes, Jorge Sá de Miranda Neto, José Antônio Ribeiro, José Antônio Severo, José A. Simch da Silva, José A. Pinto Netto, José A. Vieira Flores, José D. Ripoll, José Emanuel Mattos, José Enedir Francisco, José E. Nascentes, José Félix Valente, José Guaraci Fraga, José H. Mitchll, José Lauro Dickmann, José Luiz Chiarelli, José Luiz D. da Silva Lima, José Luiz Prévidi, José Marcelo Pontes, José Onofre, José Reduzino de Araújo, José R. Fontes, José Roberto de Alencar e Silva, José Roberto Garcez, José Abu-Jamra, José Secundino da Fonseca, Juan Carlos Gomes, Judith Costa, Julieta Nunes, Júlio José Chavenatto, Júlio Sortica, Jurandir Silveira, Jussara Coelho, Laerte de Franceschi, Laerte Martins, Laila Pinheiro, Lauro Quadros, Lea Aragon, Lenora Vargas, Leo Tavejhanski, Leonardo Dourado, Leonid Streliaev, Licínio Azevedo, Lilian Bem David, Linda Cristina Degrazia Sarturi, Lorena da Silva Paim, Lotário Neuberger, Lourival Viana e Silva, Lucila Camargo, Luiz Alberto Arteche, Luiz Alberto Scotto, Luiz Americano Vidal, Luiz Antônio Duarte, Luiz A. Corazza, Luiz A. Kosminski, Luiz A. Pinheiro, Luiz Carlos Felizardo, Luiz Carlos Ferreira, Luiz Carlos Miranda, Luiz Carlos Mello, Luiz Carlos O. de Almeida, Luiz Cláudio Cunha, Luiz Eduardo Achutti, Luiz Fernando Lima, Luiz Fernando Flores, Luiz Fernando L. da Silva, Luiz Fernando Veríssimo, Luiz Francisco Terra Júnior, Luiz Fonseca, Luiz Gonzaga, Luiz Humberto Pereira, Luiz Inácio de Castro, Luiz Oscar Matzenbacher, Luiz Paulo Pilla Vares, Luiz P. Ruschel Daudt, Luiz Vitello, Luiz Recena Grassi, Luiz Lanzetta, Lygia Miriam Nunes, Manuel J. Lourenço, Mara Bernardes, Marcelos Vilas-Boas dos Santos, Marcia Silva Câmara, Marcia Beatriz Turcatto, Marco Antônio Schuster, Marcos Antônio Baggio, Marco Tulio de Rose, Maria Angélica de Moraes, Maria Elaine Borges, Maria da Graça Seligman, Maria da Graça Silva, Maria H. Passos, Maria Helena Branchar, Maria Iara Rech, Maria Ines Zanchetta, Maria I. Hummes, Maria L. Fontanive, Maria Luiza Teixeira, Maria Regina Ferreira, Maria Suely Caldas, Margareth da S. Paula, Marina Wodtke, Marinoria Osório, Mário Alberto Nascimento, Mário Aris Perez, Mário Rocha, Mário L. Madureira, Mário Marcos de Souza, Marise Fetter, Meristela Barrios, Maroni João da Silva, Marques Leonam, Mary Menda, Mary Mezzari, Maureci Santos, Mauro C. Silveira, Milton Galdino da Silva, Milton Wells, Milton R. da Silva, Milton Saldanha Machado, Miriam Costa Correa, Miriam Tereza Chagas de Moura, Miriam T. Timponi, Mirta Coelho Maron, Najar Tubino, Nelson Franco Jobim, Nelson Matzembacher Ferrão, Neltair Rebés Abreu, Nestor C. Fedrizzi, Neusa M. Ribeiro, Newton Peter, Nilson Figueiredo, Nilson Guimarães, Nirce Levin, Nivaldo T. Manzano, Octacílio Grivot, Odilon Abreu, Olides Canton, Olívio Lamas, Olyr Zavaschi, Omar Barros Filho, Orlando C. Brasil, Otílio Rieth, Paolo Marconi, Patrício Bentes, Paulo Antôno Fogaça de Medeiros, Paulo Burde, Paulo Cancian, Paulo C. de Almeida Verri, Paulo Denis Pereira, Paulo V. Macedo, Paulo E. Vasconcellos, Paulo Fernando Guerreiro, Paulo Gerson A. de Oliveira, Paulo Marcon, Paulo Mário Garcia, Paulo Martimbianco, Paulo Queirós Bezerra, Paulo e Tarso Riccordi, Paulo Totti, Pedro Macedo, Pedro Sosa, Pedro V. Maciel, Plinio Dotto, Porfírio Borba Netto, Raul Rubenich, Raul Quevedo, Regina Vasques, Rejane Lempeck, Remi Baldasso, Renan A. de Oliveira, Renato Canini, Renato Kern, Renato Pinto da Silva, Ricardo Bolsoni, Ricardo Chaves, Ricardo Schimitt, Riomar Trindade, Roberto Alves D'Azevedo, Roberto Appel, Roberto A. Thomé, Roberto Ethel, Roberto Franco, Roberto L. Antunes Fleck, Roberto Manera, Rogério Fróes Monteiro, Rogério R. Ruschel, Rogério S. de Medeiros, Rômulo Kratka, Ronaldo Westermann, Rosvita Saueressig, Rubens Constantino Volpe, Rui Jorge Bender, Ruy Carlos Ostermann, Sérgio Becker, Sérgio Caparelli, Sérgio Moita, Sérgio Roca Lagranha, Sérgio Toniello, Severino Goes, Sibila Rocha, Silmar Müller, Silvia de Souza Costa, Silvio Ferreira, Silvio S. Corrêa, Solange V. Morgado, Tânia Carvalho, Tânia J. Failace, Tânia Krutscka, Telmo Zanini, Terezinha Figueiredo, Ubirajara Silva Prates, Vera Daisy Barcellos, Vera Bosak, Vera Costa, Vera Kern, Vera Maria Gomes, Vera Monteiro, Victor Hugo Sperb, Virson Holdembaum, Victor Moraes, Waldoar Teixeira, Walter Firmo da Silva, Whalmir Anna von Koening, Wilmar Marques, Zelia D. Leal.

Associado à AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

A brincadeira da Placar

"Asmuz só pode ser gremista". Com esse título, a revista *Placar,* de 12 de junho, publicou um rosário de possíveis erros do presidente do Internacional. Ele seria o culpado pelo fato de o time não ganhar nenhum título desde que assumiu, no início de 80, como candidato da oposição, justamente quando o Inter era campeão brasileiro pela terceira vez, em 79. A reportagem foi ilustrada com uma foto-montagem de Asmuz vestindo a camiseta do Grêmio. E, anunciava: "Na próxima semana, a tentativa de defesa de José Asmuz".

De fato, na edição seguinte, 19 de junho, a revista publicou as respostas do presidente do Inter. Mas, comprovando que seria uma *tentativa* de defesa, levou as respostas, antes da publicação, para o hoje oposicionista Frederico Arnaldo Ballvé (ex-presidente e ex-diretor de futebol), que deu sua interpretação pessoal para cada item.

Este foi, talvez, o ponto mais dramático do metralhar de críticas a que vem sendo submetido o presidente do Inter nos últimos tempos. Sem dúvida, o mais criticado presidente da era Beira-Rio.

Daniel de Andrade

Asmuz: apesar de tudo, sorridente e otimista, como antes do vendaval

Asmuz defende Asmuz

— A que o senhor atribui o tratamento que a imprensa vem dando à sua gestão na presidência do Internacional? Tem inimigos na imprensa?

— Não, inimigos não tenho. Trato a todos muito bem, com igualdade. Não entendo a razão desse tratamento. Talvez seja porque sou muito aberto e franco, isso pode ter me prejudicado, por ser uma pessoa popular, que nunca assumiu aquela posição de presidente fechado em gabinete.

— O senhor está processando a revista *Placar*. Por quê?

— Porque eles cometeram uma injúria contra mim. Deveriam ao menos ter respeitado o cidadão e pai de família que eu sou.

— O que sua família e amigos acham de toda essa situação, o que eles dizem?

— Olha, meus filhos e minha esposa, a única coisa que me pedem é para eu largar o Inter. Eles acham que eu abandonei o trabalho e a família para me dedicar, quase exclusivamente ao clube e que, em troca, estou sendo injuriado e criticado. Então, acham que devo abandonar o clube.

— O senhor parece ter ficado meio isolado na direção. Isso se deve aos maus resultados do time no futebol?

— Em parte sim. Isso acontece para todos. No futebol, quando não se tem sucesso em campo a gente fica meio *leproso,* todos têm medo de se aproximar.

— Recapitulando algumas críticas: o caso do troca-troca de Jair, Cláudio Mineiro e Vagner por Jesum e Mauro, que a imprensa tachou de mau negócio e provocou a demissão do diretor de futebol Pércio França, como foi?

— O negócio foi absurdo. Essa minha opinião é pública e notória. Eu estava em Roma tratando de negócios relacionados com a venda de Falcão e, quando cheguei, sem saber de nada, fui abordado pela imprensa no aeroporto. Perguntaram o que eu achava do negócio. Eu pensei que aquilo fosse apenas uma proposta e disse na hora: "Acho um absurdo". Mas a verdade é que o negócio já estava feito, só me cabia honrar o compromisso e zelar pelo nome do clube.

— E o caso do Batista, que muita gente queria que fosse poupado no jogo de Recife, para os jogos decisivos do Nacional deste ano?

— Se eu não escalasse o Batista naquela partida contra o Sport, em Recife, eu também seria acusado. Havia outros clubes interessados na nossa vitória e eu acho que o Inter é um clube grande demais e não pode se prestar a essas coisas. O fato de Batista ter quebrado a perna é uma fatalidade, ele a quebraria num treino ou em outro jogo qualquer.

— E a venda de Falcão, muita gente ainda não se conforma.

— Eu não vendi Falcão, Falcão é que se vendeu. Não que ele tenha *se vendido,* nesse sentido. É que quando eu assumi o negócio já estava acertado. Eu não tinha condições de segurar o Falcão no Inter, ele próprio estava interessado em ir para o Roma e fazer sua independência financeira. Ele ganhou um milhão e duzentos mil dólares, não me perdoria se eu o segurasse aqui. Tive de aceitar a venda.

— E o dinheiro da venda de Falcão? O Inter foi criticado por não comprar craques com o dinheiro.

— O dinheiro da venda de Falcão ainda não foi totalmente pago, é um negócio parcelado. Parcelado e em dólares com juros de 10% ao ano. O clube está ganhando dinheiro com isso, e vai ganhar até 82. O Falcão foi vendido com o dólar a Cr$ 50,00 e hoje o dólar está a Cr$ 91,00. O Inter está ganhando com isso.

— E o caso de Mário Sérgio que ficou muito tempo sem jogar?

— O caso Mário Sérgio não tem nada a ver com dinheiro. É sabido que ele queria um reajustamento. Mas quem quer reajustamento tem que trabalhar. Então, ele tinha que voltar a trabalhar. E aí está jogando, sem problemas.

— O senhor tentou fazer o *seu* time no Internacional?

— Não. Minha política foi a de comprar jogadores baratos e os que não aprovaram nós revendemos, com lucro. Nós temos aí o Ademir, que é um guri novo, custou apenas 5 milhões. Temos o Jones, que vai ser o centroavante do Internacional, que custou dois milhões. Tem alguns que não aprovaram. O Barbieri, por exemplo. Ele foi comprado por cinco milhões, não aprovou, e foi revendido por nove milhões. É preciso ter paciência. Eu plantei para o clube.

— O senhor atribui os maus resultados no futebol apenas ao azar?

— Eu não acredito em azar. É que o futebol é assim mesmo, os detalhes são muito importantes. Por exemplo, no ano passado, o Inter foi terceiro colocado no Campeonato Nacional. Não acho que esse seja um resultado desonroso para o clube. Perdemos o segundo lugar no último jogo, quando o Falcão teve erisipela e não pôde entrar em campo minutos antes do jogo. Na Libertadores da América nós fomos vice-campeões, um título inédito no clube. Perdemos no último jogo, por um a zero, com um gol aos 38 minutos do primeiro tempo, quando já havíamos perdido duas chances de gol. O Campeonato Gaúcho, lembro que na decisão o Jair chutou uma bola na trave. Se aquela bola tivesse sido cinco centímetros mais baixa nós seríamos campeões, e eu o melhor presidente do Inter. São detalhes. Na verdade, nós perdemos o campeonato para o São Borja, sofrendo gol aos 47 minutos do segundo tempo. Isso só acontece de 20 em 20 anos. Se não tivéssemos perdido aquele jogo, teríamos entrado no Grenal decisivo em vantagem, o empate bastaria para sermos campeões.

— O Inter já teve fases ruins anteriormente e nunca se viu tanta crítica dirigida ao presidente. Qual a diferença, agora?

— Olha, eu tinha muita força no Conselho Deliberativo. Eu fui eleito com uma proporção de três votos por um. Então, quem tinha que ser massacrado era eu mesmo, era a minha pessoa e não o clube...

— O senhor está se referindo à oposição no Inter, à política interna...

— A política em futebol é muito mais podre que a política partidária. Eu já fiz política partidária e acho que ela nem chega perto da política existente num clube de futebol...

— O senhor pode explicar melhor?

— Olha, vocês querem ver como são as coisas? Em 1977, o Inter vinha de um bicampeonato nacional e era octacampeão gaúcho. Em 77, o Inter entrou em 25º lugar — a pior classificação do clube desde que disputamos o campeonato nacional — e perdemos o campeonato gaúcho. Ballvé era presidente e Dalegrave o diretor de futebol, esses mesmos que hoje são salvadores da pátria. Quer dizer, o negócio é contra mim mesmo.

— O que o senhor alinharia como pontos positivos de sua gestão?

— Em termos de obras, eu terminei a capela, fiz uma sala de reuniões para o Conselho, acho até que é o melhor auditório de Porto Alegre, construí dois campos auxiliares e transferi os meninos daquele pardieiro que era os Eucaliptos. Agora, nós temos 80 guris, de 15 a 18 anos, morando no estádio, com direito à cama, comida, roupa lavada e estudo. Moram aqui e são sustentados pelo clube, são os craques do futuro. Financeiramente, vou passar o clube ao próximo presidente sem um tostão sequer de dívidas. Três ou quatro meses depois de eu sair é que minha gestão será reconhecida.

— Qual foi a sua frustração na presidência do Inter? Que sonho ou plano o senhor não pôde realizar?

— Um sonho eu não pude. Pregava o reaproveitamento do estádio dos Eucaliptos. Mas o Conselho não concordou. Muitos conselheiros têm os Eucaliptos como patrimônio histórico do clube e não querem tocar nele.

— Qual era a proposta?

— Transformar os Eucaliptos num grande conjunto residencial e comercial para o Inter. O Inter continuaria sendo o proprietário do imóvel. Nós alugaríamos os apartamentos e as lojas, assegurando uma boa renda para o clube, independente dos resultados no futebol.

— O Ballvé já declarou que não se candidatará no fim do ano e que desaconselhará seus amigos. O senhor vai incentivar alguma candidatura?

— Vou, é claro. Acho que há grandes colorados capazes de assumir a presidência do clube.

— Quer dizer, mesmo com os apelos da família, não vai se desligar do Inter?

— Não, absolutamente. O Internacional nunca me decepcionou.

Cupom de assinatura Coojornal

Nome: _____

End: _____ Nº: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____

Profissão: _____

Assine o Coojornal

Ele agora está muito melhor

Mande o cupom de assinatura e um cheque nominal para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., no valor de Cr$ 1.100,00, e receba em casa, por um ano, o seu **Coojornal.**

Coojornal, Rua Comendador Coruja, 372 — CEP 90.000 — Fone: 335099
Porto Alegre — RS